



**UFSM**

**Dissertação de Mestrado**

**IDENTIDADES: UMA VISÃO COMPARATISTA DE  
*PRIMAVERA CON UNA ESQUINA ROTA* DE MARIO  
BENEDETTI E *LA CANCIÓN DE NOSOTROS DE*  
EDUARDO GALEANO**

---

**Neiva Maria Graziadei Fernandes**

**PPGL**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2002**

**IDENTIDADES: UMA VISÃO COMPARATISTA DE  
*PRIMAVERA CON UNA ESQUINA ROTA* DE MARIO  
BENEDETTI E *LA CANCIÓN DE NOSOTROS* DE  
EDUARDO GALEANO**

---

por

**Neiva Maria Graziadei Fernandes**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do  
Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de  
Concentração em Estudos Literários, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito  
parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Literatura Comparada.**

**PPGL**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2002**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Artes e Letras  
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a  
Dissertação de Mestrado

**IDENTIDADES: UMA VISÃO COMPARATISTA DE *PRIMAVERA CON  
UNA ESQUINA ROTA* DE MARIO BENEDETTI E *LA CANCIÓN DE  
NOSOTROS* DE EDUARDO GALEANO**

Elaborada por  
**Neiva Maria Graziadei Fernandes**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Literatura Comparada**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Rosani Úrsula Ketzer Umbach**  
(Orientadora)

---

**Eduardo Flávio Coutinho**

---

**Robson Pereira Gonçalves**

Santa Maria, 2002

---

© 2002

Todos os direitos autorais reservados a Neiva Maria Graziadei Fernandes. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito do autor.

Endereço: Rua Barão do Triunfo, n.1330, apto 303, Bairro Patronato, Santa Maria, RS, 97.110-610

Fone (014) 55 221 8950; End. Eletr.: [neivagf@uol.com.br](mailto:neivagf@uol.com.br)

---

**Não me perguntem quem eu sou e não me peçam para continuar o mesmo. É uma moral de registro civil: impera nos nossos documentos. Ao menos deixem-nos livres quando se trata de escrever.**

(Foucault)

## AGRADECIMENTOS

### Agradeço

Aos professores do Curso de Letras-Espanhol dessa instituição pelo apoio recebido ao longo desses oito anos.

À minha orientadora, prof. Dra. Rosani Umbach, pela leitura atenta e paciente e pelo respeito aos meus silêncios.

Ao prof. Dr. Jaime Ginzburg pelo incentivo e colocações pertinentes ao meu trabalho.

Ao prof. Dr. Robson Gonçalves por seus esclarecimentos lacanianos.

À profa. Ms. Luciana Montemezzo por indicar-me a Literatura Comparada como o caminho possível para o trato das literaturas de língua espanhola.

Ao colega prof. Ms. Larry Winieswsky pelo apoio constante.

Ao prof. Pablo Rocca, coordenador do Programa de Documentación en Literatura Uruguaya e Latinoamericana de la Universidad de la República, Uruguay, pelo acesso à correspondência de Mario Benedetti.

Ao prof. Carlos Hipogroso, da mesma universidade, por sua incansável ajuda.

Ao Sr. Universindo Díaz Rodríguez por seu valioso testemunho.

À profa. Gloria da Cunha-Giabbai, professora de Literatura Hispano-Americana no Morehouse College, Georgia, por sua amizade e colaboração.

Ao Sr. Jair Krishe, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, pelo fornecimento de dados relevantes para a conclusão desse estudo.

À Irene e à Cleo pelo carinho e presteza.

Aos meus filhos, Franco e Aline, por seu amor e compreensão.

Às colegas de Mestrado, Ana Maria e Erudita, por sua amizade.

A Deus, por sua infinita bondade.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>I – A LITERATURA COMPARADA</b> .....	07
1.1 Aspectos gerais .....	07
1.2 A literatura comparada e a interdisciplinaridade .....	09
1.3 O comparatismo na América Latina .....	11
<b>II – O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO</b> .....	15
2.1 O pensamento de Freud .....	15
2.2 O compromisso social de Mario Benedetti e de Eduardo Galeano .....	24
<b>III – IDENTIDADES</b> .....	37
3.1 O eu como sujeito social .....	37
3.2 A identidade latino-americana .....	47
<b>IV – O PODER AUTORITÁRIO</b> .....	57
4.1 O poder como instrumento de dominação .....	57
4.2 A ditadura no Uruguai, 1973-1985 .....	64
4.3 A Santa Inquisição Espanhola .....	67
4.4 A tortura .....	69
4.5 Exílios .....	72
<b>V – PRIMAVERA CON UNA ESQUINA ROTA E LA CANCIÓN DE NOSOTROS</b> .....	80
5.1 Os autores .....	80
5.2 As obras .....	86
5.3 Paralelos .....	93
<b>REFLEXÕES FINAIS</b> .....	115
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	120

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

**IDENTIDADES: UMA VISÃO COMPARATISTA DE *PRIMAVERA CON  
UNA ESQUINA ROTA* DE MARIO BENEDETTI E *LA CANCIÓN DE  
NOSOTROS* DE EDUARDO GALEANO**

AUTORA: NEIVA MARIA GRAZIADEI FERNANDES

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ROSANI ÚRSULA KETZER UMBACH

Data e Local da Defesa: Santa Maria, Março de 2002

Este trabalho apresenta uma análise literária comparatista sobre o processo de fragmentação da identidade dentro do contexto repressivo latino-americano. Procurou-se ressaltar o modo como essa fragmentação ocorre em sujeitos que estão submetidos à uma ação autoritária, bem como as mudanças identitárias pelas quais este sujeito passa em situações de extrema violência, como a tortura e o exílio. Nesses termos, observa-se que as personagens de Benedetti e Galeano encontram-se em constantes processos identitários, deparando-se a todo o momento com a alteridade, a permanência de si e a desordem do eu como sujeito social. O eixo norteador desse estudo, sob o enfoque da identidade, do poder e do exílio, será a identidade vista sobre duas variáveis: a que caracteriza a identidade como fonte de significado e como processo de auto-construção e a que se entende como identidade social. O suporte teórico a ser utilizado fundamenta-se em três áreas do saber, quais sejam: a Literatura Comparada, a Psicanálise e a Sociologia. O trabalho está dividido em 5 capítulos, tratando respectivamente de: revisão de literatura (A Literatura Comparada; O mal-estar na civilização; Identidades; O poder autoritário); da análise e discussão das obras (*Primavera con una esquina rota* e *La canción de nosotros*); das considerações finais da autora sobre seu trabalho.



**ABSTRACT**

Master's Thesis  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brazil

**IDENTITIES: A COMPARATIVE VISION OF *PRIMAVERA CON UNA ESQUINA ROTA* WRITTEN BY MARIO BENEDETTI AND *LA CANCIÓN DE NOSOTROS*  
BY EDUARDO GALEANO**

AUTHOR: NEIVA MARIA GRAZIADEI FERNANDES

SUPERVISING PROFESSOR: DR. ROSANI ÚRSULA KETZER UMBACH

Date and Place of Presentation: Santa Maria, March 2002

This work presents a comparative and literary analyses about the process of identity fragmentation inside the repressive Latin-American context. It has been emphasized the way this identity fragmentation happens to people who live under an authoritarian act, as well as the possible identity changes that occur to somebody when exposed to situations of extreme violence, such as torture or exile. On these terms, it is observed that the characters presented not only by Benedetti, but also by Galeano, are under constant identity processes, at every moment, facing the difference, the self permanence and the self disorder as citizens. The main topic of this thesis, also focusing identity, power and exile, will be identity seen through two different angles: the first one characterizes identity as fount of meaning and as process of self-construction and the second one understands itself as social identity. The theoretical support applied to this study is based on three different areas of human knowledge: Comparative Literature, Psychology and Sociology. The thesis is divided in 5 chapters, which one concerning respectively about: literature revision (The Comparative Literature; Civilization and its discontents; Identities; The authoritarian power); analyses and discussion of works (*Primavera con una esquina rota* and *La canción de nosotros*); the author's final consideration about her production.

## INTRODUÇÃO

A relação que existe entre a Literatura Comparada e o contexto sociopolítico favorece o desenvolvimento de estudos voltados para uma articulação entre literaturas nacionais e/ou estrangeiras.

Entre os anos 60 e 70, o comparatismo latino-americano efetuou pesquisas que levaram em conta as diferenças étnicas, nacionais e culturais. A preocupação em estabelecer uma crítica particular para cada literatura produzida no continente segue até os dias de hoje, distanciando-se do modo eurocentrista e estabelecendo um diálogo entre as literaturas da América Latina.

Sob essa ótica, a relação que existe entre história e literatura permite a abordagem de fatos políticos que geraram a própria história da América Latina e implica numa aproximação aos regimes autoritários que nela se instalaram em determinado período do século XX.

Um outro aspecto a considerar é que a Literatura Comparada, desde os seus primórdios, está ligada à identidade, pois sua origem remonta à formação de nações e definições de fronteiras com sujeitos que atuam e interagem entre si de acordo com seus interesses, individuais ou coletivos. Entretanto, a condição de sujeito depende de várias etapas pelas quais este deve passar. Desde a concepção freudiana até as concepções sociológicas atuais de “ator social” e de “sujeito”, entende-se o mesmo como o criador de sua própria história e atribuidor de significados. Representa, nesses termos, a passagem da condição de indivíduo passivo frente às mudanças que acontecem à sua volta, para assumir a condição de agente transformador de seu meio social. Vista sob esse ângulo, a identidade faz parte dos diversos processos sociopolíticos de um grupo ou de uma só pessoa. A indeterminação quanto ao perfil do

sujeito latino-americano caracteriza-se, portanto, pela resistência, coletiva ou solitária, a um regime de exceção, resultante de uma ideologia dominante.

Esse trabalho propõe-se a analisar o processo de fragmentação do “eu” dentro do contexto repressivo latino-americano. Para tal, escolheu-se dois autores contemporâneos uruguaios, Mario Benedetti e Eduardo Galeano e seus respectivos livros: *Primavera con una esquina rota* e *La canción de nosotros*. Neles, a análise comparatista se desenvolverá sob três enfoques fundamentais e distintos, mas pertinentes entre si, quais sejam: identidade, poder e exílio.

O estudo de dois escritores estrangeiros, ao invés de um brasileiro e um estrangeiro, justifica-se pelo fato de que, no Brasil, há muito para ser visto em relação aos nossos vizinhos de fala espanhola. São poucos os trabalhos num universo acadêmico tão vasto como o brasileiro, que se ocupam do comparatismo entre autores não nacionais. No cânone nacional, tem-se Antonio Candido (*Ensayos y comentarios*), Eduardo F. Coutinho (*Fronteiras imaginadas. Cultura nacional/Teoria internacional*), Tânia Franco Carvalhal (*Cultura, contextos e discursos*), Zilá Bernd (*Olhares cruzados*), Reinaldo Marques e Gilda Neves Bittencourt (*Limiares críticos: ensaios sobre literatura comparada*). O interesse desses autores consagrados em relação às literaturas hispano-americanas enriquece a Literatura Comparada cuja análise tende a evidenciar a heterogeneidade existente entre as mesmas, constituindo-se no que se define como “olhares cruzados” (Bernd ,2000), ou seja, uma aproximação não apenas comercial, mas cultural – criada pelo MERCOSUL<sup>1</sup> e pela globalização. Essa abordagem contraria a constatação feita por Antonio Candido, no VII Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada, em Ontário em 1973, de que existia um “isolamento da literatura brasileira em relação às hispano-americanas” (Nitrini, 1997), devido às diferenças de idioma.

---

<sup>1</sup> Mercado Comum do Sul.

Atualmente, os estudos comparatistas tanto do lado brasileiro como do lado hispano-americano, evidenciam o interesse em um colóquio dinâmico e consciente das especificidades de cada um.

O eixo norteador desse estudo será a identidade vista sobre duas variáveis. A que caracteriza a identidade como fonte de significado e como processo de autoconstrução e a que se entende por identidade social.

A hipótese que ora se apresenta, sustenta que o sujeito, que tem de si imagens mentais positivas e pretende uma identidade estável e concluída, vê-se obrigado a reestruturar-se como pessoa, dadas as situações extremas de violência às quais está exposto. Em ambientes autoritários, nos quais este sujeito submete-se à tortura e ao banimento, a finalidade é produzir nele uma “*demolición, el quiebre psicológico que conduzca a cambios en la conducta*”, conforme Sylvia Bermann (1994). Por causa dessas instâncias negativas, tenta reelaborar e redimensionar essas imagens, de forma que as mesmas favoreçam a adaptação em novos contextos sociais.

A idéia de uma identidade produtora de significado parte do princípio freudiano no qual o indivíduo, para constituir-se como tal, passa pelas negociações entre as instituições mentais internas, quais sejam, o id, o ego e o superego. Já as identidades vistas como processo de autoconstrução e de socialização elaboram-se, respectivamente, pelas constantes redimensões especulares em que o simbólico dialoga com a realidade e pelas relações, conflituosas ou não, entre o indivíduo e a sociedade. A teoria de Lacan a respeito da identidade especular explora o choque permanente que existe entre uma imagem mental positiva, o *Ich-Ideal*, produzida pelo indivíduo, e as demais imagens que os outros fazem dele. As propostas de Anselm Strauss, de Stuart Hall e de Manuel Castells para uma identidade social partem do princípio de que o sujeito vive em permanente mudança de identidades por causa das transformações que seu meio social sofre a cada momento.

O exílio é parte do processo desconstrutor do eu. No caso das personagens de Benedetti e Galeano, o resultado do processo de autoafirmação do eu fora do país de origem é uma tentativa de manter não somente a identidade pessoal, mas, também, a identidade latino-americana. Com base nessa reflexão, verificar-se-á se existe uma relação entre as identidades individual e coletiva, e mais ainda, entre identidade e exílio - o exílio interior, que ocorre dentro da prisão, o exílio social imposto pela miséria e o exílio exterior caracterizado pelo afastamento involuntário da terra natal, devendo, a partir daí, remodelar a sua identidade.

O trabalho organiza-se na seguinte forma: no primeiro capítulo, traçar-se-á a trajetória da Literatura Comparada nos seus aspectos mais gerais e na América Latina, segundo a visão de Sandra Nitrini e de Tânia Franco Carvalhal, para as quais a prerrogativa é a Literatura Comparada como instrumento de estudo das diferenças e da alteridade dentro da América Latina.

No segundo capítulo, o texto de Freud, "O mal-estar na civilização", servirá como base para a discussão sobre a busca incessante da felicidade que impele o ser humano a praticar ações que nem sempre são positivas e nem éticas. Tais ações estão sob a regência do instinto de morte e do princípio do mal. A partir daí, pretende-se estabelecer uma relação entre o pensamento de Freud e o reconhecimento dessa falha humana, verbalizada por Benedetti e por Galeano, considerando as colocações de Lúcsaks, referentes ao processo histórico e à sua relação com a literatura; de Adorno, que sustenta a responsabilidade do homem ao elaborar o passado de modo crítico e consciente. Mais adiante, discutir-se-á os conceitos de trauma, narrativa e testemunho, elaborados por Márcio-Seligman Silva, no intuito de estabelecer uma ponte entre esses conceitos e a afirmativa de Costa Lima e de Antonio Candido, segundo os quais o ato de narrar coloca o homem no centro dos conflitos sociais e o leva a posicionar-se frente aos problemas de sua época. Isso

remete ao pensamento de Benedetti e de Galeano quanto à função do escritor como agente participativo da realidade latino-americana e de sua responsabilidade com o leitor que lhe cobrará uma atitude combativa dessa realidade.

O terceiro capítulo tratará das identidades a partir dos conceitos desenvolvidos por Lacan e por Erickson. Em que pese as diferenças, é possível entender-se que as identidades se formam a partir das relações internas do sujeito e as interações daquelas com sua realidade social. Do ponto de vista sociológico, levar-se-á em conta as reflexões de Anselm Strauss e de Stuart Hall, relativas à fragmentação do indivíduo, e de Manuel Castells, que entende a identidade como uma construção social erigida sempre em contextos marcados pelas relações de poder - daí as resistências a essas relações, originando, assim, identidades temporárias e históricas. Encerra-se este capítulo abordando-se a identidade latino-americana sob a visão da diversidade e da particularidade própria do continente, desenvolvida por Guazelli e Zilá Bernd.

No quarto capítulo, desenvolver-se-á uma análise sobre o poder autoritário, que é visto por Foucault como prática social, por Faria como originário de uma classe, e por Florestan Fernandes como uma perversão lógica gerada pelo Estado e necessária a ele. Hanna Arendt complementa essa análise com a sua definição de poder sob o ponto de vista da dominação, isto é, o poder como instrumento de dominação através do emprego da violência. Discutir-se-á a ação da Inquisição Espanhola entre os séculos XVI e XVIII e da ditadura no Uruguai entre os anos de 1973 e 1985. Este capítulo finaliza com as questões relativas ao exílio, tendo como base as observações desenvolvidas por Tzvetan Todorov quanto ao deslocamento do sujeito imposto pelo Estado. A associação que há entre exílio e identidade se reforça na reflexão de Deleuze e Guattari. Ambos reconhecem a relação entre exílio e identidade, em que ocorre um processo de reterritorialização e desterritorialização, termos usados também por Zilá Bernd para referir-se

à identidade. Além disso, ver-se-á, também, os conceitos elaborados por Maria José de Queiroz, Mario Benedetti, Eduardo Galeano e Marcelo Viñar, cujas idéias se assemelham quanto ao processo desconstrutor do eu durante o banimento.

O último capítulo refere-se à análise comparatista entre *Primavera con una esquina rota* e *La canción de nosotros*, sob o enfoque da identidade e suas variações. Primeiramente apresentar-se-á os autores - Mario Benedetti e Eduardo Galeano - e sua fortuna crítica, na qual serão abordados aspectos relevantes para a informação do leitor, já que a busca por uma bibliografia especializada em ambos, no Brasil, resultou bastante escassa. Apresentar-se-á também, um breve resumo de suas obras para, em seguida, se estabelecer, de acordo com o que foi visto anteriormente, os seus pontos de contato e distanciamento.

## I – LITERATURA COMPARADA

### 1.1 Aspectos gerais:

A Literatura Comparada é uma disciplina com caráter transversal e que se propõe efetuar investigações em vários campos do saber, ultrapassando limites e gerando novos textos. Essa definição, no entanto, seria muito simplista se não se agregasse a ela a idéia da investigação nas alterações, das diferenças recíprocas, das influências, da gênese, na qual se vislumbra a presença da história e da política, e da conexão entre a história e a literatura bem como a possibilidade de estudar as literaturas como fenômenos nacionais resultantes de movimentos sociais geradores de mudanças. Nitrini (1997) esclarece essa visão quando afirma que o

acompanhamento de sua história nos dá certeza de seus elos inquebrantáveis com a política de relações internacionais, de relações entre diferentes estratos culturais de uma mesma comunidade, de relações entre comunidades distintas (...). Enfim, literatura comparada e política entrelaçam-se desde as suas origens (p.16).

Portanto, ao falar-se em relação de culturas, de comunidades distintas ou iguais, remete-se à questão da fronteira. Do ponto de vista comparatista, o confronto com o Outro será sempre um confronto transgressor de limites e de conceitos. Assim, ao transpor fronteiras sócio-culturais e lingüísticas, o comparatista encontra-se frente à frente com as questões de identidades, estabelecendo pontos de repulsão e de aproximação entre várias fontes do saber cujas culturas são entendidas como espaços de conflito que se instauram a todo momento em contextos



de ação. É, portanto, a Literatura Comparada uma nova reescritura dos textos literários através da superação de fronteiras.

Segundo Carvalho (1992), a teoria de Tynianov, cujo princípio opunha-se à “catalogação dos fenômenos em detrimento da análise dos mesmos”, renova as pesquisas na Literatura Comparada. De acordo com essa teoria, “(...) mesmo a literatura contemporânea não pode ser estudada isoladamente. A existência de um fato como ‘fato literário’ depende de sua qualidade diferencial, (isto é, de sua correlação seja com a série literária, seja com a série extraliterária, em outros termos de sua função.)”. Mas o que são essas séries senão o texto revisitado sob outro olhar, o do comparatista? É como se se lançasse um olhar lacaniano, especular e, nele, assumisse, através dos contrastes e semelhanças, a condição de estrangeiro que, recém chegado e distanciado ainda, obtém uma visão geral, percebendo, dessa forma, as nuances, as sutilezas específicas de cada uma. O leitor, então, coloca-se no lugar do *Fremde*<sup>2</sup> para dar conta das mesmas, por assim dizer e tirar daí suas próprias conclusões, pois “*lo que está en juego en la literatura diferencial no es un nuevo sistema por el cual puedo entender el mundo del discurso, sino otro discurso cuyos efectos pueden causar una diferencia en mí y en el mundo*”.<sup>3</sup>

Retornando à teoria de Tynianov, Carvalho afirma: “Tynianov alerta que um mesmo elemento tem funções diferentes em sistemas, o que nos leva a pensar que um elemento retirado de seu contexto, já não pode ser considerado idêntico. A sua inserção em novo sistema altera sua própria natureza, pois aí exerce outra função”.

---

<sup>2</sup> Expressão alemã que significa estrangeiro.

<sup>3</sup> Chaitin, Gilbert *apud* Maria José Vega y Neus Carbonell: *La literatura comparada: principios y métodos*; Madrid: Gredos, 1998, p.165.

## 1.2 A Literatura comparada e a interdisciplinaridade:

A Literatura comparada já nasceu com caráter interdisciplinar. No século XIX, ocupava-se da relação entre as artes e a literatura, bem como desta com a política e a filosofia. A partir dos anos 60, já no século XX, Henry H.H. Remak postulava a Literatura Comparada como uma disciplina que estudava a literatura e suas relações com outras áreas do conhecimento humano. Tal posicionamento entrava em choque com a escola francesa cujo comparatismo se restringia ao âmbito interno de fronteiras, deixando de lado as demais ciências ao comparar-se literatura com literatura. Mas, é evidente que a visão da escola americana, justamente por ter sua origem num país cuja formação étnica é bastante variada, ofereça ao comparatista um olhar mais abrangente e, por isso mesmo, mais democrático, já que os objetos, por sua diversidade, se apresentavam como uma fonte inesgotável de possibilidades.

Para Remak,<sup>4</sup> a Literatura Comparada auxilia, através das alteridades, o entendimento da literatura como um todo, embora reconheça a existência de divergências teóricas em torno do assunto, como, por exemplo, a comparação entre autores de uma mesma nacionalidade e a comparação de obras produzidas em épocas diferentes. Não obstante as dúvidas, segundo Remak, as mesmas não representam obstáculos para efetivar-se uma comparação de fato: “(...) *la mayor parte de los comparatistas, si bien admite estas complicaciones, (...) reconoce que estas dificultades no son ni tan frecuentes ni tan importantes como para invalidar la distinción entre la literatura estudiada dentro o a través de las fronteras nacionales*” (p.95). Essa postura revela que, além de ultrapassar fronteiras lingüísticas, étnicas e políticas, a Literatura Comparada também estabelece um novo modelo cuja ação modifica a concepção da análise literária por meio de novas metodologias,

---

<sup>4</sup> Remak, Henry H.H. in: María José Vega y Neus Carbonell: *La literatura comparada: principios y métodos*. Madrid: Gredos, 1998. p.95.

de relevância científica e do enfoque social que adquire. Tal mudança nos paradigmas de comparação se justifica, então, pela diversidade das demais áreas, científicas ou sociais. Isto é, não só o texto literário exige uma visão diferenciada, como os demais podem pertencer a qualquer outro conhecimento.

Cabe salientar que a interdisciplinaridade está subentendida nessa nova concepção de Literatura Comparada, já que o termo não é usado por Remak. Resta saber se isso é regra geral entre os demais autores europeus.

Na esfera do contexto latino-americano a questão se apresenta como inovadora dos estudos comparatistas, ao efetuar-se uma comparação de discursos, de limiares, de contrastes e de coincidências sob o enfoque interdisciplinar.

Entretanto, sempre se suscitam dúvidas quanto à sua conceituação. A palavra sugere o estudo de determinado tema baseado em uma ou mais ciências. Tal fato não só representa uma via de mão dupla na qual uma delas tende a destacar com maior ênfase uma dessas ciências e onde a outra diminui o enfoque do texto original, como também impossibilita o surgimento de um novo texto. Tudo, nesses termos, reduz-se a uma simples confrontação de vários campos do saber humano. Reinaldo Marques<sup>5</sup>, apoiando-se na concepção de Barthes que define interdisciplinaridade como a criação de “novos objetos”, justifica a sua aplicação nos estudos comparatistas como um movimento entre fronteiras, sendo estas, também móveis numa permanente construção e desconstrução, de forma que o texto, então redimensionado, não seja mais o mesmo, se visto sob o ângulo desta ou daquela disciplina. Assim, torna-se difícil compreender-se a Literatura Comparada sem a sua dimensão interdisciplinar, em um momento em que as fronteiras, além de marcos históricos, são também dialéticas, resultantes da pós-

---

<sup>5</sup> Marques, Reinaldo. In: Carvalhal, Tânia Franco. *Cultura, contextos e discursos. Limiares críticos do comparatismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999. p.63.

modernidade. Senão, como seria possível, por exemplo, o estudo da identidade, se não fosse pelo viés da psicanálise e da sociologia?

### **1. 3 O Comparatismo na América Latina:**

A mudança de rumo nos estudos comparatistas nos últimos anos evidencia a evolução pela qual ela passou em relação aos objetos analisados. Ao mudar o seu foco de atenção para o que antes era considerado não pertencente à literatura e muito menos era reconhecido como objeto de análise comparatista (como era o caso dos textos não literários, ou ainda o das literaturas chamadas menores, por serem de Terceiro Mundo), a Literatura Comparada tem acrescentado ao seu campo de ação o que cada uma tem de diverso. Por conseguinte, o reconhecimento de um contexto literário latino-americano vem enriquecer este estudo comparatista com uma variedade de objetos diferentes. Considerando esse ponto de vista, tal reconhecimento facilita o estudo das literaturas latino-americanas sob a ótica comparatista, estabelecendo um diálogo entre as diversas literaturas do continente, criando dessa forma, o que Nitrini (1997), ao analisar a proposta de Ángel Rama qualificou como “um discurso coerente (...) que permitiria unificar as obras literárias de toda a América Latina para substituir o método próprio da historiografia literária européia”. Vale dizer que tal método não significa ignorar as particularidades de cada literatura; respeitando-as, a Literatura Comparada cria um cânone específico voltado para os conceitos de identidade e de alteridade. O surgimento desse cânone esclarece a relação que há entre a Literatura Comparada e o poder autoritário, a partir do início no continente sul-americano como literatura neocolonial que foi influenciada por forças “subterrâneas das estruturas do poder institucionalizado”, ou seja, pela elaboração de uma crítica transcultural. Esse comparatismo neocolonial, por sua vez, reflete uma atividade

política como “parte do processo de reconstrução e afirmação de uma identidade nacional” (Nitrini,1997). Assim, questões como identidades, cânones literários e também as implicações políticas da influência cultural fazem parte do olhar comparatista. Constrói-se uma interpretação das literaturas que, despojada do eurocentrismo, discute aspectos autóctones. A nova proposta beneficia a crítica que, voltada para as identidades latino-americanas, necessita de uma metodologia capaz de compreender e explicar os fenômenos literários nacionais do continente. Conforme Nitrini (1997):

Um problema que perpassa de modo obsessivo, toda a literatura latino-americana é o da “identidade”. Para dar conta desse tema, o método não se restringirá ao campo específico da literatura. O conceito só se tornará operatório se fundamentar uma análise das condições concretas da vida cotidiana e, no caso específico da literatura, dos próprios textos e de suas relações. O comparatismo voltado para o estudo das relações entre diferentes sistemas no interior de uma literatura nacional permite que se configure um âmbito que, por sua vez, leva ao delineamento de um outro tipo de interação no nível das literaturas nacionais entre os diferentes países latino-americanos (p. 85-86).

Uma vez que o comparatismo latino-americano possibilita a análise de diferentes sistemas, é possível vê-lo como uma articulação entre as literaturas nacionais, reforçadora do sentido de americanidade. Tal sentido tem a sua origem no *boom* dos anos 60, no qual se inaugurou uma nova etapa na literatura latino-americana e assistiu-se à mobilização dos movimentos populares reforçados pelo sucesso da revolução cubana e pelo rechaço ao imperialismo norte-americano. Tudo isso resultou no fortalecimento de um sentimento de identidade até então incipiente e que refletiu-se na busca, por parte de autores como Ángel Rama e Pedro Henríquez Ureña, de um comparativismo próprio que conciliasse um projeto de integração voltado para essa questão da identidade comum, embora buscasse respeitar as peculiaridades culturais de cada país,

decorrentes do mestiçamento. Rama “refaz a trajetória da historiografia literária e da concepção de América Latina” (Nitrini, 1997), para elaborar uma nova crítica construída em cima dessa diversidade, substituindo o modelo historiográfico literário europeu por outro local e ao mesmo tempo diferenciador.

O tardio reconhecimento por parte da crítica hispano-americana de um “discurso crítico que desse conta de todos os países de língua espanhola da América” (Nitrini, 1997), foi o motivo pelo qual Pedro Henríquez Ureña manifestou-se a favor de um campo cultural que organizasse a história da literatura latino-americana em períodos históricos, buscando, assim, caracterizar um modo de ser tipicamente nosso e, por conseguinte, não europeu. O projeto de Ángel Rama quanto à integração cultural vai além do proposto por Ureña, já que este ignora as literaturas haitiana e as de culturas indígenas. Rama, então, propõe-se a estudar as literaturas de forma que as deixadas de lado por Ureña façam parte de suas pesquisas. Nesse sentido, elaborou um estudo sob três aspectos. O primeiro deles reconhece o traço de romanidade ou de latinidade originado no lado europeu e transportado para o ambiente estranho e miscigenado da América Latina; o segundo refere-se à maneira como esses traços anteriores se consolidaram aqui com características de culturas estrangeiras, não autóctones e num continente que ainda hoje é dependente economicamente; o terceiro, por fim, reporta à “estrutura cultural” (p.77) da América Latina formada basicamente pela alteridade, pelo mestiçamento e pela estratificação social. Segundo Nitrini, “esses três traços servem para fundamentar o projeto de uma literatura da América Latina, o qual deve contemplar também as literaturas da Indo-América e da Afro-América, apesar do termo 'latino' não abarcá-las.”

Levando em conta a gama de diversidade e a necessidade de ampliar o estudo das literaturas latino-americanas, Ana Pizarro, *apud* Nitrini (1997, p.84), propõe que se estude também as relações entre estas e as da Europa, entre o interior das que se produzem aqui, ou seja,

efetuar-se um comparatismo interno através de suas relações e, por fim, a “caracterização da heterogeneidade” dessas literaturas, já que são elas que justificam um estudo comparativo específico sob o olhar da identidade. De todas as formas, tal proposta constitui-se no que hoje em dia se conhece como comparatismo latino-americano: um diálogo permanente com as literaturas autóctones, entre elas mesmas, entre elas e as literaturas do Brasil e entre elas e a literatura universal, levando sempre em consideração o olhar do outro que sou eu e não o sou ao mesmo tempo, sendo esse mesmo olhar, um agente transculturador e presente nas zonas fronteiriças entre duas culturas ou entre dois autores. Ao equiparar-se esses elementos opera-se um deslocamento, alteram-se as identidades e reconfigura-se o universal, caracterizando, assim, através da alteridade, o espaço do outro.

Na América Latina, a narrativa estudada sob a ótica comparatista representa uma parcela significativa das literaturas, em cujo espaço discursivo é possível construir-se a memória e repensar o mundo continental e seu particular mal-estar.

Fez-se nesse capítulo, uma breve exposição a respeito da trajetória da Literatura Comparada até sua recente atuação na América Latina. Considerando essa inovação, o capítulo a seguir tratará das questões relativas ao instinto de morte, à inclinação para o mal no ser humano e à busca, por parte deste, da felicidade pessoal, tomando como base o texto de Freud *O mal-estar na civilização*, por entender-se que o mesmo intermedia as questões da identidade e da violência, presentes nas obras de Benedetti e de Galeano.

## II – O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO

### 2.1 O pensamento de Freud:

A Literatura Comparada tornou-se por excelência o lugar dedicado, entre outros aspectos, à análise de narrativas geradas em contextos violentos. Sobretudo se se pensa que por meio dela é possível estudar-se autores engajados que representam esteticamente a dor, o inusitado e o indizível.

A pós-modernidade tem-se caracterizado pela fragmentação de todos os fenômenos decorrentes da desumanização do homem e resgata para o nosso tempo a discussão sobre a função da literatura como arte. Walter Benjamim e Theodor Adorno já tratavam disso. O primeiro reitera a função da obra literária em consonância com a função política e vice-versa. O segundo, embora concorde com o anterior, questiona a obra literária como objeto de banalização do horror através do engajamento; ou seja, o lugar que a literatura ocuparia para denunciar este horror é o lugar no qual essa mesma literatura justificaria o florescimento da solidariedade, da justiça e da humanidade, deixando em segundo plano o seu objetivo principal.

Freud (1974), no seu texto “O mal-estar na civilização”, busca, na formação do homem e nas suas relações com o mundo, a explicação para a banalização do mal e, em contrapartida, a razão para que exerça sobre ele e os outros as funções reguladoras que impedem o sofrimento. Considerando-se que a obra de arte constitui-se na representação de uma realidade possível, e isso, em termos de América Latina, é visto como *el realismo social*, então, a função do escritor é, em grande parte, encontrar a medida certa entre a inclinação para o mal natural do ser humano e a atuação da sua libido em sociedade.



A partir do estudo sobre o ego, a parte externa do eu, Freud expressa a sensação de que nada do que se realiza no mundo, tanto para o bem como para o mal, consegue escapar da inevitabilidade da inclinação natural para este. O ego seria a fachada necessária para que se possa conviver socialmente dentro da civilização sob o princípio do prazer, ou seja, da obtenção e da permanência da felicidade e da ausência do sofrimento e do desprazer:

o que decide o propósito da vida é simplesmente o programa do princípio do prazer. Esse princípio domina o funcionamento do aparelho psíquico desde o início. Não pode haver dúvidas sobre sua eficácia, ainda que seu programa se encontre em desacordo com o mundo inteiro. (...) Não há possibilidade alguma de ser executado. Todas as normas do universo são-lhe contrárias (p.94-95).

Os acertos e os desacertos do ser humano ocorrem por conta dessa busca incessante do prazer e da felicidade. No entanto, o desacordo ao qual se refere Freud, é a impossibilidade quase total de que o homem se encontre em estado de felicidade, pelo fato de que é muito mais viável e mais constante o estado de desprazer e de infelicidade causados pelas próprias leis do universo. Segundo ele, a felicidade é um fenômeno momentâneo cujo princípio do prazer é forçado a ser prolongado pelo maior tempo possível pelo homem. É possível concluir-se, então, que esse prolongamento do princípio do prazer se configuraria como um ato que vise apenas a um indivíduo e não à uma coletividade, gerando, desse modo, ações de caráter egoísta e individualista. Um homem feliz não representa uma comunidade feliz.

Tal busca por este estado “tênue” (p.95) de contentamento justificaria as ações maléficas e de cunho violento aplicadas aos demais integrantes de um corpo social. O bem que deveria alcançar a todos atinge a apenas um, cujos desejos e princípios de prazer não servem às necessidades do corpo social. “Já a infelicidade é muito menos difícil de experimentar (p.95)”. Se, para satisfazer a carência de prazer no

indivíduo, Freud recorre às “normas do universo (p.95), isto é, algo inatingível para que o ser humano as domine de acordo com seus desejos, por outro lado, a produção do sofrimento vale-se de três objetos: do corpo do ser humano como algo perecível e sujeito à sua inevitável decomposição; da própria natureza que através de suas forças pode destruir a todos sem que o homem consiga dominá-la antes, e, finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens. “O sofrimento que provém dessa última fonte talvez nos seja mais penoso do que qualquer outro (p.95)”. Esse, enfim, é o ponto nevrálgico dessa discussão. É nele que reside a idéia da inevitabilidade do mal presente em cada ser humano. Na busca do seu contentamento pessoal, provoca no outro o reverso dessa condição: a infelicidade. “Não admira que, sob a pressão de todas essas possibilidades de sofrimento, os homens se tenham acostumado a moderar suas reivindicações de felicidade (p.95)”. Esse pensamento contém a idéia da inerência do mal presente em cada membro na espécie humana. O pessimismo disso dá-se pela compreensão de que a busca de sua felicidade pessoal provoca no outro a condição de infelicidade, embora isso não ocorra sempre, mas quase sempre. A moderação por essa busca revela que o homem é um ser em estado permanente de alerta por sua preservação. Então, qualquer pequeno momento de prazer pode significar muito e nisso reside o fato de às vezes contentar-se com coisas singelas e simples. Mas este estado cauteloso, sob o qual o homem se protege do mal, manifesta-se sob diversas formas. Uma delas é o “isolamento voluntário” das outras pessoas, como se fosse uma espécie de auto-exílio que o protegeria de todo o sofrimento. A outra é a participação do indivíduo dentro da “comunidade humana” com o intuito de produzir o bem em todos.

De acordo com Freud, o impedimento do sofrimento também pode ocorrer por meio da “produção do prazer a partir das fontes de trabalho psíquico e intelectual” (p.98), embora, segundo ele, esse método seja restrito a um grupo reduzido de pessoas, pois nem todo o mundo possui

os dotes especiais para a produção intelectual. Além disso, o prazer que essa produção proporciona não é tão intenso e nem impede que o indivíduo sofra quando é o seu corpo a fonte de sofrimento. Freud justifica seu pensamento considerando o trabalho como um caminho que poderia levar à felicidade, mas que não é encarado dessa forma pelas pessoas. Para elas, o trabalho é uma questão de sobrevivência e não uma fonte de prazer.

Mas uma outra interpretação da lógica freudiana é possível: se o trabalho, intelectual ou não, entendido como a sublimação dos instintos da libido, pode não satisfazer estes instintos por ser algo obrigatório e frustrante, que dizer, então, do trabalho intelectual que é causador do sofrimento psíquico e físico, originado no resultado desse mesmo labor mais refinado? Um exemplo disso seria o escritor que é penalizado pelo Estado por ser engajado e não fazer nenhum segredo disso. Nesse sentido, a arte tanto serve como elemento puramente estético como elemento denunciador de qualquer mal. Embora ela possa produzir a sensação de prazer, mesmo fugaz, “a atitude estética em relação ao objetivo da vida oferece muito pouca proteção contra a ameaça do sofrimento, embora possa compensá-lo bastante” (p.102). De acordo com a noção de sujeito inscrito na Modernidade, Freud revela que a beleza não explica e nem impede o sofrimento por não dar conta de muitos problemas tais como o seu emprego e sua natureza.

O instinto de destruição está em constante choque com a busca de felicidade que se traduz no modo de vida “que faz do amor o centro de tudo, que busca toda a satisfação em amar e ser amado” (p. 101). A impossibilidade do amor no ser humano afeta diretamente a satisfação de seus instintos libidinais e também a identidade. Ao atender aos seus impulsos através da obtenção do prazer, o homem pode dar-se por realizado. A civilização, por ser um fenômeno grupal, obedece às leis impostas por ela mesma e que, a princípio, foram criadas para que cada um pudesse viver bem. O indivíduo está em permanente negociação com

essas leis para ver o que lhe possibilita realizar o seu prazer. É dependente dessa visão que Freud explica a busca da felicidade através do prazer. Mas, como já se viu, o sofrimento é um dado constitutivo do indivíduo, gerado em estados de tensão. Quando se trata de tensão social, ele não consegue administrar a carga energética liberada pelo instinto. Instala-se, então, o conflito interno por meio da autoconsciência da própria realidade representada pelo Ego, pelo Id que comanda os instintos, o prazer e o desejo impulsivo e pelo Superego que regula os impulsos do Id. Se o Ego não consegue conciliar o equilíbrio entre um e outro, entre o prazer e a realidade, tem-se, dessa forma, o estado puro de sofrimento porque o Eu não domina o comportamento.

Do ponto de vista social, o texto freudiano induz a pensar que liberdade e justiça não são compatíveis com os instintos e os impulsos do ser humano, por ser a liberdade condicionada às regras de justiça. Ao renunciar à sua liberdade, ele demonstra um respeito ao outro, porque ela limita-se em função da liberdade desse outro. Assim, pode-se dizer que a liberdade tem caráter anti-social. Resulta muito difícil o ser humano conviver plenamente em sociedade por duas razões básicas: uma pela sua constituição psíquica representada pelos conflitos ou negociações entre o Ego, o Id e o Superego; outra pelo fato desses conflitos originarem-se não só no indivíduo, mas fora dele, e atuarem diretamente na sociedade grupal. Permanece a idéia de que a negociação perpetuada entre o homem e a sociedade é fator preponderante na geração de novos conflitos pela impotência do ser humano sobre si mesmo e sobre suas relações com os demais:

Quanto à terceira fonte, a fonte social de sofrimento, nossa atitude é diferente. Não a admitimos de modo algum; não podemos perceber porque os regulamentos estabelecidos por nós mesmos não representam, ao contrário, proteção e benefício para cada um de nós. Contudo, quando consideramos o quanto fomos mal sucedidos exatamente nesse campo de prevenção do sofrimento, surge em nós a suspeita de que também aqui é possível fazer dessa vez, uma parcela de nossa própria constituição psíquica (p.105).

Freud refere-se à fonte social de sofrimento que nada mais é do que a civilização “responsável por nossa desgraça” (p.105). O estranhamento ou hostilidade, como ele denomina, resultante dessa consciência da culpabilidade da civilização tem como explicação, por exemplo, a constatação feita pelo ser humano de sua incapacidade de “tolerar a frustração que a sociedade lhe impõe a serviço de seus ideais culturais” (p.106). O conhecimento adquirido ao longo dos anos pelo indivíduo, transformado em ciência, não o torna mais feliz, ao contrário, pode gerar mais sofrimento: “Os homens se orgulham de suas realizações e têm todo o direito de se orgulharem. Contudo, parecem ter observado que o poder recentemente adquirido sobre o espaço e o tempo, a subjugação das forças da natureza (...) não aumentou a quantidade de satisfação prazerosa que poderiam esperar da vida e não os tornou mais felizes” (p.107).

Em face disso, Freud afirma que essa constatação sobre o atual estado da civilização é algo que incomoda a todos, embora nada garanta que no passado o homem tenha sido mais feliz, mesmo porque a felicidade é subjetiva e varia de acordo com o sujeito e as circunstâncias externas a ele. No que se refere ao sofrimento extremo, o homem possui uma capacidade de proteger-se e de suportá-lo aplicando-se “dispositivos mentais protetores e especiais” (p.109). Aliada à questão do sofrimento encontra-se a questão que trata da justiça e da liberdade implícitas nos conflitos sociais, nas regras autoritárias impostas ao indivíduo cuja incapacidade de lidar com elas o põe à frente desses conflitos. Eles têm como base o descompasso entre o senso de justiça e o de liberdade, fundamentados na questão do poder, que por sua vez, se origina na regulamentação da vontade arbitrária do indivíduo, isto é, na limitação da lei do mais forte cujo desejo é o de satisfazer os seus próprios “interesses e impulsos” (p.116). Na civilização, essa lei do mais forte é substituída pelo poder do grupo que visa o bem comum e não o de apenas um elemento. Para isso, o grupo abre mão das satisfações possíveis, o que

um indivíduo raramente faz. A justiça é o elemento que permeia essa noção de viver-se em sociedade: “a garantia de uma lei, uma vez criada, não será violada em favor de um indivíduo” (p.116).

No entanto, Freud afirma que a justiça e a liberdade nem sempre estão em acordo com os desejos libidinais e instintivos do homem. O impulso de liberdade encontra-se restringido pelas normas da sociedade, pela civilização. Isso, às vezes, é contraditório porque tal restrição se configura pelo desejo de liberdade decorrente de uma injustiça: “O impulso de liberdade, portanto, é dirigido contra formas e exigências específicas da civilização ou contra a civilização em geral” (p.116). A satisfação do instinto, ou a sublimação dele, é visto como o elemento constitutivo do desenvolvimento cultural que permite ao homem dedicar-se às atividades intelectuais criativas e ideológicas. Ao renunciar a elas, por imposição da civilização, o indivíduo padece da frustração pelo fato de ter seu instinto não satisfeito, seja pela opressão, seja pela repressão ou por qualquer outra forma inibidora. Caso não haja uma compensação dessa perda, ele pode entrar em um processo tremendo de sofrimento. A perda libidinal, portanto, é uma das causas, se não a principal, da infelicidade humana. O indivíduo, de uma maneira geral, passa a vida tentando superar as regras que o restringem e buscando substitutivos que se harmonizem com a sociedade. O que leva esta discussão a outro ponto fundamental para essa harmonia: a questão do amor.

No final das contas, o amor é um dos objetivos do ser humano na fase adulta, pois dele decorre a fruição do prazer e da felicidade e isso acontece tanto no âmbito individual como no social. O amor inibido exige do ser humano uma idealização desse amor que nem sempre é possível colocar em prática por causa do alto grau de identificação com o outro que ela sugere: “Amarás a teu próximo como a ti mesmo” (p.130). Freud pergunta como isso é possível, já que o amor é algo valioso e, por isso mesmo, a pessoa deve merecê-lo. Essa máxima envolve, antes de tudo, uma questão de identificação: “Ela merece o meu amor, se for de tal

modo semelhante a mim, em aspectos importantes em que eu possa me amar nela; (...) que nela eu possa amar um ideal do eu (*self*)” (p.131). Considerando que o ideal do eu e o narcisismo são componentes da identificação consigo mesmo e com o outro, tal exigência torna difícil pôr em prática a teoria do amor ao próximo. Além de tudo, Freud afirma que a identificação com este próximo (embora ele não o diga com estas palavras) é muito mais difícil quando não há reciprocidade nesse amor por parte do outro e, que, ao contrário, se este outro tiver oportunidade, não hesitará em satisfazer seu instinto mau naquele que o ama.

Sendo assim, tanto um lado como o outro encontram-se em situações de identificações possíveis ou não, cujas conseqüências afetam diretamente as questões da ética sob as quais consegue-se conviver com os outros humanamente. Na contramão da ética, encontra-se a impossibilidade de amar-se e de amar ao outro; de estabelecer com esse outro regras de boa convivência ou do que se chama “civilização” e que se traduz numa agressividade por vezes latente, por vezes ativada pelo homem:

os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para ele, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. (...) via de regra, essa cruel agressividade espera por alguma provocação (p.133).

O argumento freudiano, no entanto, aponta para uma espécie de freio dessa agressividade ativada pela consciência que o próprio ser humano tem de si quanto à sua capacidade para fazer o outro sofrer. Tal conhecimento manifesta-se num “dispêndio de energia” por meio de limites, controles e métodos cujos fins são as identificações e o amor ao

próximo, embora tais limites contrariem a natureza humana. Segundo Freud, “espera-se impedir os excessos mais grosseiros da violência brutal por si mesmo, supondo-se o direito de usar a violência contra os criminosos; no entanto, a lei não é capaz de deitar a mão sobre as manifestações mais cautelosas e refinadas da agressividade humana” (p.134). Apesar de tal argumento, a agressividade é vista pelo psicanalista como condição *sine qua non* para a existência humana, já que é com ela que o homem elabora a sua convivência com o instinto de morte, cuja ação, na maioria das vezes, é aplicada e “desviada no sentido do mundo externo (...) ao invés de destruir o seu próprio eu (*self*)” (p.141). O indivíduo, submetido às regras da comunidade humana, impedido de dar vazão à agressividade e destrutividade, volta-se para a destruição do outro, o que não o impede de, ocasionalmente, atentar contra si mesmo.

Na verdade, o instinto de morte apresenta um estatuto de subordinação que se conhece por libido. Quando esta satisfaz-se através do sadismo, percebe-se o quanto o impulso erótico, desviado pelo prazer da dor no outro, atua nesta libido. Caso a satisfação do Ego se realize dentro dos termos da aceitabilidade, é possível conviver-se com o desejo de destruição. Em não ocorrendo esta satisfação, constata-se à nossa volta, o imenso poder de destruição expresso no instinto de morte. Para Freud, este instinto inerente ao homem, condicionado ao princípio de Eros, é o que impede a realização da civilização, já que segundo ele,

a civilização constitui um processo a serviço de Eros, cujo propósito é combinar indivíduos humanos isolados, depois familiares e depois ainda, raças, povos e nações numa única grande unidade, a unidade da humanidade. (...) o natural instinto agressivo do homem, a hostilidade de cada um contra todos e a de todos contra um, se opõe a esse programa de civilização. Esse instinto agressivo é o derivado e o principal representante do instinto de morte, que descobrimos lado a lado de Eros e que com este divide o domínio do mundo. (...) Ele deve representar a luta entre Eros e a Morte, entre o instinto de vida e o instinto de destruição. (...) Nessa luta consiste essencialmente toda a vida (p.145).



Isso também pode ser entendido como uma questão de ética. Para Freud tal conceito é o resultado da função reguladora de um superego cultural que, à semelhança do Superego individual, impõe limites e alerta para futuros desequilíbrios, nesse caso, sociais. A ética, acima de tudo, é a luta constante referida por Freud entre a vida e a morte, condicionada ao “mandamento de amar ao próximo como a si mesmo” (p.167), não obstante a dificuldade de tal princípio em fazer-se presente em cada ser humano.

## **2.2 O compromisso social de Mario Benedetti e de Eduardo Galeano:**

Problematizar a realidade por intermédio da palavra escrita é uma das características do escritor, principalmente em momentos traumáticos de seu tempo, já que denunciar tal realidade, contá-la, vivê-la fazem parte do processo criativo; por outro lado, uma das reflexões que o acompanham tem sido a da identidade. O questionamento da existência humana, o identificar-se consigo mesmo, com os outros e com o seu meio, e o conflito decorrente disso tudo intensificaram-se nestes tempos de globalização, de pós-modernidade, dada a possibilidade de as pessoas perderem seus sinais identificadores.

Os fenômenos sociais que ocorreram no mundo foram os responsáveis por uma boa parte dos estudos sobre a identidade. Assim, de uma forma ou de outra, o tema atualiza-se por conta dos acontecimentos históricos. Uma pergunta formulada por Carmem Backes, (2000) no seu livro *O que é ser brasileiro?*, serve como ponto de partida para esta análise: “A literatura pode dizer algo da identidade?” Para complementá-la, formula-se outra: como a literatura originada num contexto autoritário dá conta desse objeto, a identidade? As manifestações extremas de autoritarismo acontecidas neste último século

motivaram os escritores - de qualquer parte do mundo - a refletir sobre o assunto e a gerar idéias cujo objetivo é a elaboração de um pensamento direcionado ao respeito, e à dignidade humana. Lucáks (1968), ao comentar a estética de Marx e Engels relativa à literatura, toca em dois pontos essenciais. O primeiro refere-se à relação da literatura com a história: “(...) só existe uma ciência unitária: a ciência da história que concebe a evolução da natureza da sociedade, do pensamento, (...) como processo histórico único”; o segundo, à essência do método dialético (dialética como processo de descrição exata do real). O autor esclarece:

Portanto, a existência e a essência, a gênese e a eficácia da literatura só podem ser compreendidas e explicadas no quadro histórico geral de todo o sistema. A gênese e o desenvolvimento da literatura são parte do processo histórico geral da sociedade. A essência e o valor estético das obras literárias bem como a influência exercida por elas, constituem parte daquele processo social geral e unitário através do qual o homem faz o seu mundo pela sua própria consciência (p.15).

Uma outra associação que se pode fazer com a literatura é a que expressa os conceitos de trauma, narrativa e testemunho. “Trauma”, (ligado à idéia de catástrofe), segundo Nestrovski & Seligmann-Silva (2000), “deriva de uma raiz indo-européia com dois sentidos: friccionar, triturar, perfurar, mas também suplantar, passar através de”. No sentido freudiano, ainda segundo esses autores, é “uma experiência que traz à mente num período curto de tempo, um aumento de estímulo grande demais para ser absorvido”. A narrativa e o testemunho estariam ligados diretamente à experiência traumática. Felman<sup>6</sup>, ao comentar o testemunho e o papel do escritor como historiador da “catástrofe à qual sobreviveu”, baseia-se no que escreveu Camus em *A peste*: “(...) Sua função é apenas dizer: ‘isso é o que aconteceu’, quando ele sabe que aquilo de fato ocorreu e que afetou de perto a vida de toda uma

---

<sup>6</sup> Felman, S. Educação e Crise ou as Vicissitudes do Ensinar. In: Nestrovski e Seligmann-Silva. *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000. p.21.

população e que existem milhares de testemunhas oculares que podem avaliar em seus corações as verdades que ele escreve”.

Adorno (1998), em seu livro *Educación para la emancipación* reivindica para a existência humana a função que esta também deve ter quando se trata de recuperar o respeito e a dignidade que devem ser essencialmente dirigidos ao ser humano. Graças à capacidade que o homem tem em tomar para si, uma parte da responsabilidade do que ocorre à sua volta, é possível tornar-se sujeito no sentido completo da palavra. A reflexão de Adorno, sobretudo, sugere um comprometimento do homem com o seu contexto. Para ele, cada um tem a sua parcela de comprometimento e atua efetivamente através dele:

*Ni somos meros espectadores de la historia mundial, que pueden moverse más o menos impunemente dentro de sus grandes espacios, ni la propia historia del mundo, cuyo ritmo se parece cada vez más al de la catástrofe, parece otorgar a sus sujetos una época en la que las cosa pudieran ir a mejor por sí mismas. (p.26)*

Comprometimento, então, é a palavra-chave para Adorno, ligada diretamente à questão da representação da memória originada em uma experiência vital. Nesse estudo, essa experiência vincula-se ao abuso de poder e às tentativas de desidentificar o sujeito, geradas num período autoritário.

Por outro lado, sustenta que a impossibilidade de que catástrofes como Auschwitz, por exemplo, se repitam, deve-se principalmente, ao fato de não se esquecer o que passou. Para tanto, faz-se mister elaborar o passado de forma reflexiva e consciente de sua importância, eliminando suas causas. Só desse modo, sugere Adorno, o indivíduo passa a ser sujeito do seu tempo e de sua História. É a quase plenitude ou perfeição de uma legítima identidade não apenas pessoal, mas social:

A elaboração do passado como esclarecimento é essencialmente uma tal inflexão em direção ao sujeito, reforçando a sua

autoconsciência e, por esta via também o seu eu. (p.48) (...) O passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou. (p.49)

Mas essa reflexão remete ao texto de Freud, *O mal-estar na civilização*. Se nele o psicanalista afirma que o ser humano é mau por natureza, então, como é possível eliminar-se as causas do que passou? Nesse sentido, resta a uma parcela da comunidade tomar para si a responsabilidade de elaborar o passado de uma forma cuja estética seja compreensível e agradável ao olhar humano. Os escritores fazem parte dessa parcela e neles, muitas vezes, está o maior peso da responsabilidade de resgatar o passado através da ficção. É com a literatura que se elabora o discurso subversivo e a crítica radical às estruturas do poder. É nela que ocorre o ato de resistência contra qualquer forma de autoritarismo.

Tais questões são plenamente aplicáveis à realidade latino-americana quando se trata de discutir a relação que existe entre a responsabilidade do escritor e a identidade.

A propósito de Benedetti e de Galeano, verifica-se a intenção de narrar sobre fatos acontecidos no Uruguai durante a ditadura. Na narrativa de Benedetti, surge um elemento extra: o autor contando o que lhe aconteceu nesse período. O escritor transforma-se em personagem, inserindo-se no texto e, por conseguinte, percebe-se a intenção de imprimir um tom de veracidade à sua própria ficção com a realidade vivida por ele. Dentro de uma visão formalista, entender-se-ia tal recurso como a transformação de um material não literário, nesse caso representado pelo autor narrando a sua experiência pessoal causada pelo contexto real, em material estético plenamente artístico. O livro em questão apresenta-se na forma polifônica como um conjunto de vozes narrativas: a do narrador, a do autor e a das personagens. Quem é quem em *Primavera con una esquina rota*? Em *La canción de nosotros*, o processo é diferente, mas com o mesmo intuito denunciador e testemunhal: transpondo o tempo, o

autor insere no presente narrativo sessões de tortura aplicadas em prisioneiros, realizadas em Lima pela Santa Inquisição Espanhola, entre os séculos XVI e XVIII. A intenção é, portanto, colocar, no mesmo plano da barbárie e do testemunho, a tortura infligida tanto naqueles tempos como no tempo atual.

Para a maioria dos escritores hispano-americanos, a sua realidade sempre serviu como um dos motivos para a criação artística. Apropriando-se do termo, a literatura a identifica como realismo. Mas para escritores como Benedetti e Galeano, esse realismo assume outra faceta, a do realismo social. No entanto, há uma distinção entre um e outro: se por um lado o termo “realismo” significa expressar algo o mais próximo possível da própria realidade, isto é, dá a ilusão do real, descreve, narra a vida como ela é, por outro, o “realismo social” tem muito a ver com a desorganização da autoridade e a liberação das vozes alternativas, que, no caso de Benedetti e de Galeano, são as vozes das personagens comuns, que vivem e sofrem as conseqüências de um momento de extrema convulsão social. É, portanto, através dessas vozes que se dá a oportunidade, tanto para o autor como para as personagens e também para o leitor, de realizar um ato social. Nele está implícita a função da literatura na sociedade, ou seja, a de despertar no leitor uma consciência humana e instigante por meio das personagens-indivíduos, que, por sua vez, são, ao mesmo tempo parte integrante de uma narrativa ficcional e parte de uma realidade social. Essa reflexão corrobora-se pelo pensamento marxista de Lucács (1968) no qual ele conjuga o papel da estética como representativa dos problemas do homem, como “um reflexo dialético”, do comprometimento do escritor frente a esses problemas:

Ora, quais são as tendências fundamentais em função das quais os criadores de obras (...) devem assumir posição? São os grandes problemas do progresso do gênero humano. Nenhum grande escritor pode se permitir permanecer indiferente em face deles, nenhum escritor pode deixar de tomar posição apaixonadamente diante deles, se quer criar autênticos tipos, se quer atingir um

profundo realismo. Sem tal tomada de posição, um escritor jamais poderia distinguir aquilo que é essencial daquilo que não o é. Do ponto de vista da totalidade do desenvolvimento social a possibilidade de realizar uma distinção justa a respeito é vedada àquele que não se entusiasma pelo progresso, que não detesta a reação, que não ama o bem e não repele o mal (p.39).

Nesse caso, pode-se entender o progresso citado por Lucáks como algo contrário à desumanização do homem, isto é, a sua humanização, pois o bem deve prevalecer sempre.

Raman Selden (1998) analisa a posição de Lucáks atribuindo ao termo “realismo social” um outro mais crítico, mais abrangente e explícito, o que, de certa forma, complementa as idéias da Escola de Frankfurt em que tanto os elementos freudianos quanto os elementos marxistas contribuem para o desenvolvimento do que ficou conhecido como “*teoria crítica*”, segundo a qual, “*el arte y la literatura tuvieron un lugar privilegiado en la teoría social (...) porque constituyen la única esfera en la que se puede resistir la dominación de la sociedad totalitaria*” (p.46).

Costa Lima (1974), ao comentar o realismo em Lucáks, formula a seguinte aceção:

o narrar significa tratar o homem no interior dos conflitos sociais. (...) Os ingredientes da narração são, portanto, participar do humano e, daí nos conflitos sociais em que o personagem-indivíduo se insere. Sem o primeiro elemento, o ficcionista limitar-se-ia a dar conta dos fatos sociais e não faria arte; sem o segundo, não atingiria a categoria da *particularidade* permanecendo prisioneiro da singularidade (p.29).

Isso explica, em parte, a função do escritor. Só o realismo não basta porque nem sempre ele se aplica à narrativa denunciatória, já que serve para referir-se tanto a uma realidade positiva como a uma realidade negativa da personagem-indivíduo. Antonio Candido (1995), em seu livro *Vários escritos*, esclarece melhor esta questão quando expõe a humanização da literatura em função direta com os direitos humanos.

Segundo ele, a “literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” (p.249). É o que ele chama de “literatura social”. Essa literatura ajuda a definir melhor um escritor por seu compromisso, ao

assumir posição em face dos problemas.

Disso resulta uma literatura empenhada que parte de posições éticas, políticas, religiosas ou simplesmente humanísticas. São casos em que o autor tem convicções e deseja exprimi-las ou parte de certa visão da realidade e a manifesta com tonalidade crítica (p.250).

Embora o autor faça um alerta quanto à possibilidade de afirmar-se que a “literatura só alcança a verdadeira função quando é deste tipo”, não se pode deixar de reconhecer que seu pensamento é o que mais se aproxima do realismo social de Benedetti e de Galeano. Tal realismo confirma-se pela convicção do autor e do seu envolvimento com a realidade que o cerca se ele não estiver indiferente aos problemas. Como afirma Benedetti (1987), *“el destino del escritor latinoamericano (...) está hoy asimilado al de su pueblo”* (p.68). Mais adiante, ele complementa: *“(...) en América Latina no hay ningún sector, ningún campo específico, que esté ajeno a lo político, a lo social, a lo económico; que esté al margen de las luchas por la liberación. Hay quienes las impulsan y quienes intentan frenarlas, pero todos estamos comprometidos en ellas”* (p.69).

Para Benedetti, o “realismo social” parte da imersão em uma dada realidade: *(...) la realidad es (...) la influencia más notable sobre la novela latinoamericana (...), la realidad es un territorio por el cual casi inevitablemente el novelista pasa”* (p.147). Não basta apenas submergir em tal realidade, ela deve nos fazer pensar sobre o sentido mesmo da existência humana. O autor lembra um momento crucial e doloroso para os países do Cone Sul:

*En la literatura latinoamericana actual, no hay legado cultural que iguale en fuerza la influencia de la mera realidad. En términos de “dasein” existencialista y heideggeriano, el ser humano se pregunta por el sentido del ser. En América Latina se vuelve, acaso inconscientemente, a la fuente etimológica: existencia, significa “ lo que está ahí”(…) Lo que está ahí son los miles de desaparecidos en el Cono Sur (p.184).*

Em face disso, consegue-se apreender o significado da responsabilidade do escritor com seu público, desde que exista uma leitura nesse sentido por parte de quem o lê. Isso, é claro, quando o próprio público reconhece a importância da voz e o papel a quem é dado o direito de falar por ele em uma sociedade. Não basta o escritor fazer a sua parte - sensibilizar-se, absorver a sua realidade para depois transformá-la em pura arte, reelaborada de outra forma; é necessário que o leitor perceba o que exatamente ele quer dizer. No que se refere ao Uruguai, não se deve esquecer que, até os anos 80, este país era conhecido como a “Suíça da América”, onde o índice de analfabetos era e ainda é um dos mais baixos de todo o território sul-americano. A população, principalmente a de Montevideú, cultiva o hábito da leitura. É provável que a maioria das pessoas da capital conheça pessoalmente, ou já ouviu falar, ou já leu, Mario Benedetti e/ou Eduardo Galeano. Então, é natural essa relação direta entre o leitor, o autor e o seu livro. Ele não pode isolar-se e produzir para seu deleite pessoal ou para seus pares apenas. Existe um contexto social em convulsão que o leva a uma tomada de posição, que o obriga a conduzir o leitor no emaranhado da problemática social, para que este abra os olhos ou para que demonstre que vê o mesmo que o autor. Também nesse sentido, entende-se por realismo social o fato de o leitor não se sentir só, desamparado frente a uma realidade cruel, porque existem pessoas que falam sobre sobre essa realidade. Benedetti (1971) em seu livro *Crítica cómplice*, esclarece muito bem esta questão:



*El escritor sabe ahora que si sus ensayos o ficciones o sus poemas sirven para que la gente abra los ojos, esos ojos lo mirarán a él en primer término. Ya no es más un ensimismado que escribe para sus colegas (...) frente a cada hecho importante que ocurre en el país o en el extranjero, por lo menos un sector del público quiere saber cuál es la actitud del escritor (p.12).*

No caso do Uruguai, essa exigência por parte do leitor foi creditada ao fato de seus representantes legais passarem da condição de orientadores para a condição de opressores. Isso, de certa forma, criou uma espécie de desencanto do povo com seus líderes. Daí, esse cuidado com o escritor.

Galeano reflete sobre essa consciência social de forma bastante acentuada. Ángel Rama, em 1975, segundo Palaversich (1995), afirmou que “*Galeano hizo suya esta vasta y desmembrada realidad social*” (p.10). A evidência dessa apropriação da realidade por parte do autor é enfatizada pela preocupação em manter com o leitor uma comunicação que faça sentido de modo que este perceba, na sua intenção, uma tentativa de compartilhar a preocupação com o meio. É possível apreender-se que a escrita é um ato isolado até o momento em que o leitor a reelabora através da leitura:

*Uno escribe a partir de una necesidad de comunicación con los demás para denunciar lo que le duele y compartir lo que le da alegría. Uno escribe contra la propia soledad y la soledad de los otros. Uno supone que la literatura transmite y actúa sobre el lenguaje y la conducta de quien la recibe; que nos ayuda a conocernos mejor para salvarnos (p.14).*

Em Benedetti, essa preocupação com a realidade já aparecia na sua produção literária dos anos 50. O conflito do indivíduo com o seu meio vem de longa data, portanto. Nela, a repartição pública e o elemento humano compõem o cenário de conflito entre a desumanização e o homem, cuja busca por sua identidade é uma constante gerada pelo meio opressor e autoritário representado pelas urgências burocráticas do

cotidiano laboral. Octavio Paz (1988) define essa busca por si mesmo nos seguintes termos: *“Ser uno mismo es, siempre, llegar a ser ese otro que somos y que llevamos escondidos en nuestro interior, más que nada como promesa o posibilidad de ser”* (p.188). Nesse sentido, o conflito pela procura de uma identidade ocasiona uma economia discursiva, melancólica mas eloqüente no silêncio das suas personagens. Esse é um traço característico do Benedetti romancista, que o acompanha até os dias de hoje. A partir dos anos 60, esse autor junta-se aos demais escritores na iniciativa de realizar uma literatura de protesto. Faz parte dessa produção mais recente uma variedade de romances e poesias em que a temática é a solidão e a busca por uma identidade, tanto no sentido cultural como no pessoal.

Ao contrário de Benedetti, Galeano começou cedo na militância política. Quando jovem, participou de movimentos estudantis e da *Juventud Socialista*; desde então, tem-se envolvido com a política como escritor da mesma forma que Benedetti. Nesse sentido, ambos têm uma narrativa influenciada pelo contexto histórico. Dadas as suas experiências pessoais, pelo trabalho no mesmo semanário *Marcha* (hoje *Brecha*) – cujo fechamento temporário deveu-se à ação da política autoritária dos militares -, são conhecidos como escritores comprometidos com seu entorno social. Atuantes em favor da reinstauração da democracia no Uruguai dos anos 70, sofreram a repressão por meio de perseguições, vetos às suas publicações e, por fim, o exílio. Ambos buscaram refúgio tanto em países da América Latina como na Espanha. Galeano viajou para Buenos Aires e de lá escreveu *La canción de nosotros*, dedicado a Montevideu, para a qual não podia voltar. No dizer de Galeano (Palaversich, 1995),

*¿Escribir, vale la pena? En medio de los adioses y los crímenes, ¿sobrevivirán las palabras ¿tiene sentido este oficio que uno ha elegido, o que lo ha elegido a uno?(...) en tiempos tan tormentosos, el oficio de escribir es un peligro. En circunstancias así,*

*uno recupera la alegría de la palabra o le pierde respeto para siempre,(...) el abismo que en América Latina se abre entre el bienestar de pocos y la desgracia de muchos, (...) son más salvajes los métodos necesarios para salvaguardar esa distancia (p.13).*

Benedetti (1987), por sua vez, no seu livro *Subdesarrollo y letras de osadía*, observa o seguinte:

*Conviene aclarar que no solo los voceros de la oligarquía integran una cultura de dominación. También los artistas e intelectuales estamos inevitablemente signados por ella. Todos la integramos, aun quienes propugnamos un cambio revolucionario y asumimos el compromiso de hacer algo para que el cambio se cumpla. (...) La conciencia, esa elasticidad absoluta de que hablaba Hegel, nos empuja hacia delante, hacia la revolución; pero esa cultura del dominador en que nos hemos formado, nos traba el avance, o por lo menos nos propone desvíos (p.77).*

Os *desvíos* aos quais se refere Benedetti podem ser entendidos como os *métodos* de Galeano, no sentido de que o escritor latino-americano experimenta a mesma coerção enquanto agente da criação literária. O ponto de contato entre um e outro está na aguçada sensibilidade ao seu entorno social e, daí, a uma determinada criação. Segundo Lukács, *apud* Candido (1980, p.4), “o elemento histórico-social possui, em si mesmo, significado para a estrutura da obra”, o que leva a deduzir-se, mais uma vez, que o escritor não está alheio aos problemas de seu meio.

A partir dessa reflexão, dois pontos importantes podem ser destacados. O primeiro é a participação do escritor juntamente com sua obra num contexto autoritário, não como espectador, mas como elemento que estabelece uma estética que explique e questione a repressão, a tortura, o confinamento em massa, o exílio e a conseqüente perda de identidade do indivíduo. O segundo ponto remete à importância da literatura dentro do momento histórico de um país; ou seja, a arte a serviço do registro do fato histórico. Ianni (1987) afirma “(...) que não é

fácil a tarefa do escriba do discurso. Recebe conselhos para não empregar palavras impróprias, que não se combinam com o pensamento do governo. O escritor é livre de formular como quiser aquilo que interessa ao Estado instituir.” Contra tal ideologia foram assentados os pensamentos de Benedetti e de Galeano. Em outra posição, encontra-se o escritor partícipe de seu meio e que, ao repensar a sua condição, cria também o discurso da identidade surgida nos momentos de crise nacional. Ocorre a ambos a luta interior da qual qualquer escritor consciente das circunstâncias do seu meio padece. Silenciar ou denunciar. Elogiar ou criticar. Semelhante à Christa Wolf, eles criam personagens escritores que não são alheios ao regime autoritário de seu país. Umbach (1999), analisando a obra desta autora, cuja literatura situa-se no período repressivo da RDA (República Democrática Alemã) durante a Guerra Fria, expõe o seguinte: “(...) neste contexto, escrever estava constantemente relacionado com o direito de dizer a verdade, estava relacionado com o direito à autonomia; silenciar, ao contrário, significava adaptação, resignação”. Adaptação e resignação, dentro do contexto narrativo de Benedetti e Galeano, são termos que conduzem ao conflito de identidades.

Em *La canción de nosotros* (1975), as personagens *Ganapán* e *Buscavida* se movimentam constantemente à procura de seu lugar no mundo; portanto, essa movimentação é entendida como a busca pela identidade como fonte de significado, dada a condição de marginalidade em que estão: “*Buscavida se para sobre una roca. De espaldas al mar, gesticula interrogando la ciudad: ¿Somos gitanos? ¿O qué somos? ¿No hay ningún lugar que sea de nosotros?*” (p.25)

A questão da afirmação de uma identidade, ou de sua perpetuação, está presente em *La canción de nosotros* de Galeano, cuja personagem, *Fierro*, se encontra, como em *Primavera con una esquina rota* de Benedetti, preso sob tortura na mesma prisão referida nesse romance e

de modo semelhante a *Santiago*: é militante político e, portanto, resistente ao sistema e identificado com a coletividade.

A partir do texto de Freud, constatou-se que na busca pela felicidade pessoal, o homem é capaz de infligir no outro uma grande parcela de sofrimento. Também se viu que os escritores, de um modo geral, têm consciência dessa inclinação do homem para o mal e que, em função disso, suas obras retratam seu particular mal-estar. Tal consciência no âmbito latino-americano se relaciona com a questão das identidades, pois elas são decorrentes dos constantes processos ditatoriais em que buscou-se a destituição do ser com tal, através da tortura. Em vista disso, o próximo capítulo tratará das identidades e suas manifestações em contextos autoritários.

### III – IDENTIDADES

#### 3.1 O eu como sujeito social:

Saura, no seu filme *Tango*, através da personagem principal, Mario Suárez, expõe a seguinte questão: “*Si nos olvidamos de lo que fuimos, de lo que sufrimos, ¿qué identidad tenemos?*”. A noção de identidade é sempre controversa dada a sua ligação com a filosofia e outras esferas, e o fato de ser tratada tanto na área da psicanálise como na da sociologia não facilita a sua compreensão. Em vista de sua indefinição e complexidade, não se pretende exaurir o estudo a seu respeito, mas sim utilizar alguns de seus teóricos relevantes que se aproximam dos referentes literários em questão.

A identidade vista como fonte de significado e como processo de autoconstrução, tem a sua origem na definição do eu elaborada pelos antigos filósofos gregos. Sócrates, segundo Lacan (1985), “inaugura este novo ser-no-mundo, (...) a *areté*, a excelência do ser humano”. Lacan entende o eu, portanto a identidade, como um “círculo de certezas no qual o homem se reconhece como um eu” (p.15). Para Freud, ainda segundo Lacan, pode-se entender que tudo o que aflora e que é exterior no ser humano não é a verdadeira identidade, mas sim uma outra entidade, que só terá sentido na sua interação entre o inconsciente e o resto do mundo, o outro. Mas o outro pode ser o “seu semelhante, seu próximo, seu ideal de [eu]”. Por isso Lacan formula o seu pensamento a partir do princípio de que o eu e o outro convivem lado a lado e são perceptíveis simultaneamente em estados conflituosos do sujeito. Esta, claro, é uma idéia bastante simplificada do conceito interpretado por Lacan.

Eric Erikson (1976), ao desenvolver os estudos freudianos a respeito do eu como função primária da composição do eu, esclarece que Freud refere-se ao “id” entendido como a parte mais profunda da psiquê humana, que comanda os instintos, o prazer e o desejo impulsivo. O “superego”, que se opõe à manifestação do “id”, age como regulador deste. O “ego” é o elemento que realiza um ajuste entre as manifestações reguladoras do “superego” e os impulsos, os desejos e os instintos do “id”. Erickson faz a distinção entre essas instituições internas, explicando-as da seguinte forma:

Freud considerava o id a mais antiga província da mente. O id é tudo o que fica em nossa organização das respostas da ameba e dos impulsos do macaco.(...) tem algumas das qualidades pessimistas da “vontade”, a soma de todos os desejos que devem ser subjugados antes que cheguem a ser completamente humanos.

A outra instituição interna reconhecida e caracterizada por Freud é o superego; uma espécie de governador automático que limita a expressão do id opondo-lhe as exigências da consciência.

(...) Entre o id e o superego, então, está o ego. Equilibrando e evitando harmonicamente as formas extremas dos outros dois, o ego se mantém ajustado à realidade do dia histórico, testando percepções, selecionando lembranças, governando a ação (...) chegar a conciliações entre os impulsos do id e as compulsões do superego. (...) O ego, então, é uma instituição interna desenvolvida para proteger aquela ordem dentro dos indivíduos da qual depende toda a ordem exterior. Não é o “indivíduo” nem sua individualidade, embora lhe seja indispensável (p.178-179).

Nesse sentido, a visão geral que se tem do “eu” é composta por essas instituições internas. Mas até chegar a essa condição do “eu” como indivíduo e, por fim, chegar à identidade, transpõe-se várias etapas da infância passando do “eu corporal” para a idade adulta, na qual as funções sociais se realizam, sofrendo inclusive as coerções naturais ou impostas pelo contexto. A identidade é formada a partir do ego e das realizações concretas e significativas desde a fase oral até a adolescência. Erikson desenvolveu alguns estudos a esse respeito, nos

quais elaborou as “oito idades do homem” em que se tem uma idéia geral da formação da identidade pela qual o homem adquire a condição plena para a sua existência. Não cabe abordar-se essas etapas, mas sim afirmar que a identidade, nessa teoria, é um processo solitário de construção, cuja finalidade é preparar o indivíduo para a vida em sociedade.

Nicole Berry (1991), no seu livro *O sentimento de identidade*, faz as seguintes afirmativas em relação a essa interação entre o indivíduo e seu meio:

Somos todos semelhantes à imagem que os outros têm de nós”, escreve Borges. (...) Existiria uma representação de mim que não seja a partir do outro? Não seria o ego senão o saldo interno das relações com os objetos internos? Haveria uma outra origem para o ego que não seja a identificação?

(...) Resultaria nosso sentimento de identidade, exclusivamente de nossas relações com os outros e, portanto, originalmente, com a mãe? Ou ao contrário, o sentimento de um “Eu” se fundamenta na imagem especular, antes de qualquer objetivação da relação, antes de toda determinação social, como mostrou Lacan? (p.103)

Não obstante as divergências conceituais, é provável que tanto a visão edipiana quanto a especular se inscrevam nesse fenômeno existencial e marcante na vida do ser humano. Lacan (1998) não só reconhece a identificação com a mãe como a insere em algum momento na vida do indivíduo, ao interpretar a identificação como uma imagem especular. Portanto, é na mãe que a criança primeiramente se espelha, mesmo fragmentariamente. Ao examinar o pensamento freudiano, esse psicanalista formula sua teoria baseada na imagem do espelho sob a seguinte ótica: “(...) o filhote do homem (...) reconhece não obstante como tal sua imagem no espelho” (p.96). Desse ato decorrem outros gerados pelos gestos lúdicos experimentados ainda frente ao espelho, já que sua auto-imagem ainda é fragmentada, e ela só se complementarà mediante o olhar do outro, como uma pessoa inteira.



Esse ato, com efeito, longe de se esgotar, (...) logo repercute na criança uma série de gestos em que ela experimenta ludicamente a relação dos movimentos assumidos pela imagem com seu meio refletido, e desse complexo virtual com a realidade que ele reduplica, (...) com seu próprio corpo e com as pessoas, ou seja, os objetos que estejam em suas imediações (p. 96).

Mais tarde, já na fase adulta, “o sujeito vê o seu ser numa reflexão em relação ao outro, isto é, em relação ao *Ich-Ideal* de Lacan (1986). O *Ich-Ideal* se origina da relação libidinal com o mundo. Se esta é positiva, o sujeito, então, estrutura o seu ser de acordo com esta boa relação. Daí provém o segundo narcisismo, já que o primeiro tem como base a imagem corporal: “Essa imagem é idêntica para o conjunto dos mecanismos do sujeito e dá sua forma ao seu *Umwelt*<sup>7</sup> na medida em que é homem e não cavalo. Ela faz a unidade do sujeito”. Mas o segundo narcisismo liga-se diretamente à imagem especular, isto é, à relação ao outro que por sua vez tem a ver com a identificação consigo e com esse outro. No entanto, se essa imagem do *Ich-Ideal*, manifestada através do narcisismo, não se completa ou se interrompe por motivos externos, por exemplo, ocorre, então, uma fragmentação dessa imagem ideal, o que, por sua vez, interfere na identidade. “O desenvolvimento do eu consiste num afastamento do narcisismo primário. (...) Esse afastamento faz-se por meio de um deslocamento da libido para um ideal do eu imposto pelo exterior, e a satisfação resulta da realização desse ideal” (p.159). Em outras palavras, a identificação se dá pelo contraste entre o real e o imaginário. O outro tanto pode ser o próprio sujeito representado por suas imagens mentais e pelos conceitos que faz de si mesmo, como por uma outra pessoa ou um grupo social. Acontece que às vezes, esse sujeito tem de si imagens positivas que não encontram respaldo nas relações sociais, advindo, daí, conflitos que não conduzem a nenhuma

---

<sup>7</sup> Entorno social, ambiente.

identificação possível. A imagem especular, então, nem sempre satisfaz o sujeito.

Esse reconhecer-se através do olhar do outro, e daí a primeira relação consigo mesmo, é também a primeira noção de identidade que dará início às demais ao longo da vida do homem por meio da determinação social, gerada na imagem especular, mas sobretudo pelo uso da linguagem que lhe instituirá a condição de sujeito, porquanto a palavra concede ao ser o reconhecimento e a identificação, conferindo o *status* identitário.

A questão da identidade individual não se esgota nessa abordagem, mas, nesse momento, vale observar que, a partir dessa identidade intransferível, acontece a interação do indivíduo com o seu meio social.

Levi-Strauss, segundo Bernd (1992), define a identidade como “uma entidade abstrata, sem existência real, mas indispensável como ponto de referência”. Tal identidade não se refere apenas a dados empíricos, como cor da pele, sexo, etc., mas também às características mais abrangentes de geografia, história e cultura. No entanto, essa concepção construtora de uma identidade, a partir desses dados empíricos, é uma idéia que pode limitá-la a uma mera questão simplista e classificatória, como uma conclusão racista, por exemplo. O conceito torna-se mais abrangente à medida que busca a exterioridade, isto é, busca a avaliação do “outro”. Esse “outro” participa intimamente desse identificar-se. A visão especular ocorre, portanto, no compartilhar.

Anselm Strauss (1999), no seu livro *Espelhos e Máscaras*, conceitua identidade nos seguintes termos:

O conceito de identidade é tão esquivo quanto o é o senso que toda pessoa tem de sua própria identidade pessoal. Mas, seja o que for, a identidade está associada às avaliações decisivas feitas de nós mesmos por nós mesmos ou pelos outros. Toda pessoa se apresenta aos outros e a si mesma, e se vê nos espelhos dos julgamentos que eles fazem dela. (...) identidade não é uma palavra nova, não mais do que é ego ou eu (p.29).

Esse autor, considerado por Gilberto Velho (Strauss, 1999) “um dos mais importantes cientistas sociais norte-americanos dos últimos cinquenta anos”, ao estudar a teoria de Freud, verificou que o enfoque dado na constituição das identidades individuais durante os primeiros anos não era suficiente para explicar a identidade dinâmica pela qual os indivíduos passam, na sua idade adulta, ao desempenhar os seus mais variados papéis sociais. Esse pensamento, em última análise, nos remete ao processo desconstrutor da identidade nas personagens do livro de Benedetti e do livro de Eduardo Galeano. Outro aspecto que Strauss (1999) enfatiza é o “nomear como um ato de colocação ou de classificação – do eu e dos outros”. Nos livros em questão, as personagens de Galeano não se apresentam pelos nomes e sobrenomes, mas sim por apelidos muito significativos para o contexto narrativo: *Ganapán*, *Buscavida* e *Fierro*. Segundo Strauss, “um nome pode revelar muita coisa, tanto de quem o deu, quanto de quem o porta”. Ainda de acordo com ele, “os nomes que são adotados voluntariamente revelam (...) o vínculo indissolúvel entre o nome e a auto-imagem. A mudança de nome marca um rito de passagem” (p.35). Na análise das personagens de Benedetti e de Galeano, em particular, comprova-se a propriedade dessa afirmativa, pois o nome interfere em suas próprias ações e nos conceitos que fazem de si mesmas.

Um outro aspecto que Strauss aborda é o do compromisso:

De alguém que perdeu seu mundo, ou que está tendo grande dificuldade em mantê-lo, costuma-se dizer que perdeu seu caminho. Isso equivale dizer que seus compromissos com os outros (...) e consigo mesmo – se enfraqueceram tremendamente. O compromisso envolverá a convicção com respeito ao que é certo, (...) o que é digno de nosso empenho, de nossa luta, para alcançá-lo, o que deve ser evitado, abominado (p.56).

O autor refere-se à relação que há entre identidade e compromisso, uma vez que o fato de alguém estar empenhado por alguma coisa

significa estar identificado com essa coisa, seja no alcance positivo de suas metas, seja no fracasso das mesmas. Ao compromisso aliam-se as noções de sacrifício e de dedicação extrema, pois “todo o compromisso significa uma aquiescência ao sacrifício” (p.58). Para esse mesmo autor, “o cúmulo do sacrifício é o auto-sacrifício ou o motivo para a morte. A pessoa se entrega – como num altar ritual – de modo a promover suas mais profundas convicções” (p.59).

Dentro do conceito interacionista de Strauss, no qual ele associa a identidade à condição de status, o indivíduo pode, de acordo com a sociedade à qual pertence, assumir um status de envergonhado, isto é, de aviltado, degradado, forçado a sair do grupo. Tal status pode ser aplicado igualmente às personagens de Benedetti e de Galeano em relação à tortura, à nudez e ao exílio. O sociólogo Harold Garfinkel, conforme Strauss, afirma o seguinte sobre a atribuição de status através da degradação pública:

a pessoa denunciada deve ser separada ritualmente de um lugar na ordem legítima i. e. deve ser definida como estando num lugar “exterior”, deve ser tornada um estranho. Soma-se à perda de status a possibilidade de uma desintegração do indivíduo que participou de um importante conflito social; as pessoas sofrem mudanças mais radicais sob condições sociais violentas, (...) as próprias estruturas sociais têm histórias e o destino de seus membros é correspondentemente afetado (p.145).

Stuart Hall (1999) discute essa visão de “sujeito sociológico” na qual ele não é autônomo e nem auto-suficiente, porque mantém o seu “eu” real em permanente diálogo com o mundo e com as outras identidades exteriores. Segundo esse autor esse processo está em transformação. A causa para tal mudança é a fragmentação do “eu”, que se compõe de diversas identidades, às vezes “contraditórias ou não resolvidas” ; a transição de uma identidade para outra caracteriza também a pós-modernidade. Nota-se que Hall, ao formular sua tese sobre identidade,

utiliza a palavra “sujeito” e não “indivíduo”, termo utilizado por Strauss: “O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades” (p.12-13). No seu entender, o desmembramento da identidade se deve ao colapso pelo qual as paisagens sociais estão passando de forma a não assegurar mais o próprio processo de identificação, porque este se tornou “provisório, variável e problemático”. Se antes existia uma visão de interação entre o “eu” e o mundo exterior, agora, sob o olhar pós-moderno, ela já não tem tanto sentido, face a processos contínuos de mudanças e de multiplicidades. O resultado disso, então, é a fragmentação do sujeito que se encontra em permanente conflito com o exterior e nesse sentido, de acordo com o autor, a identidade passa a ser definida historicamente e não biologicamente: “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente” (p.13). Essa definição histórica passou a ter significado a partir do Modernismo ao descrever um sujeito perturbado e conflitante:

Encontramos aqui a figura do indivíduo isolado, exilado ou alienado, colocado contra o pano-de-fundo da multidão ou da metrópole anônima e impessoal. (...) Exemplo disso inclui a famosa descrição do poeta Baudelaire em “Pintor da vida moderna”; (...) o *flaneur* (ou o vagabundo) que vagueia entre as novas arcadas das lojas observando o passageiro espetáculo da metrópole (...) e aquela legião de figuras alienadas da literatura e da crítica social do séc. XX que visavam representar a experiência singular da modernidade (Hall, 1999, p.32 -33).

A experiência singular da modernidade foi estudada por Hall (1999) através de cinco avanços nas ciências humanas, ocorridos na segunda metade do século XX, que influenciaram diretamente no descentramento do sujeito cartesiano (*cogito, ergo sum*) e na criação das identidades modernas. A primeira descentração aconteceu com a teoria marxista do séc. XIX, que impactou profundamente os anos sessenta desse século

sob a nova interpretação de que o ser humano faz a história de acordo com as condições que lhe oferecem. A segunda refere-se aos estudos desenvolvidos a respeito da descoberta do inconsciente por Freud, na qual a teoria cartesiana cai por terra mediante as afirmativas sobre as identidades, a sexualidade e os desejos que estão estruturados nos “processos psíquicos e simbólicos do inconsciente” (p.36). A leitura que Lacan faz das teorias dá outra imagem a respeito das identidades. Segundo ele, a apreensão que a criança faz de si mesma depende do olhar do “outro”, já que o seu “eu” ainda não está completo; portanto, essa imagem vai se compondo gradualmente, embora esteja fragmentada, mediante o “eu” no olhar do outro.

O terceiro descentramento refere-se à teoria lingüística de Saussure, na qual os significados são produzidos no interior de nossas culturas, isto é, a língua é entendida como um sistema social e não como um sistema individual, em que os significados das palavras só terão sentido mediante as similaridades e diferenças “que as palavras têm com outras palavras” (p.40). O quarto descentramento baseia-se em Michel Foucault. Sua tese trata do “poder disciplinar no qual o sujeito pós-moderno, ao mesmo tempo que é vigiado, controlado e punido dentro de um regime social, portanto, disciplinar, torna-se cada vez mais individualizado e isolado justo pela ação desse regime controlador” (p.42). E o quinto descentramento da identidade é o impacto do feminismo, como parte dos demais movimentos sociais que emergiram, durante os anos sessenta, por conta das revoltas estudantis, dos conflitos contra as guerras e dos movimentos revolucionários do “Terceiro Mundo”. Para o presente trabalho, o feminismo é apenas uma referência quanto às identidades emergentes que cada movimento expunha, especificamente no caso dos movimentos revolucionários, os cenários escolhidos por Benedetti e por Galeano para desenvolverem suas histórias.

Na concepção de Hall, houve uma “política de identidade” (p.45), na qual cada grupo buscava a sua própria identidade. Esses cinco

descentramentos deslocam o sujeito do Iluminismo, que se encontrava fixo, estável em sua identidade, centralizado em si mesmo, para as identidades abertas, contraditórias e inacabadas do que se chama pós-modernidade.

Além dessas reflexões sobre as identidades, Hall elabora uma outra que trata da identidade nacional e de sua conseqüente relação com a cultura. Para esse autor, a identidade cultural e a identidade nacional não são a mesma coisa. A identidade cultural caracteriza-se pela existência de uma nação, cujos membros são diferentes em termos de raça e classe, na qual há uma cultura nacional que pretende unificá-los dentro de uma identidade cultural. Na identidade nacional uma nação compõe-se por esses membros diferentes entre si, mas que sofrem, ao longo do tempo, transformações por meio das variantes do poder, pelas divisões internas e pelos conflitos e contradições gerados nesse meio. Sendo assim, existe um deslocamento de identidades nacionais, construindo-se e desconstruindo-se por conta não apenas desses movimentos internos mas também das diferenças.

Nesse sentido, o sociólogo Manuel Castells (2000), em seu livro *O poder da identidade*, formula o seu estudo levando em conta a identidade como processo construtivo, como “fonte de significado e experiência de um povo” (p.12). É uma das acepções mais atuais que circulam no âmbito das ciências sociais. Semelhante a Hall, Castells reconhece a identidade como uma construção social ocorrendo sempre num “contexto marcado pelas relações de poder” (p.24) e propõe, nesse sentido, três concepções e origens de identidade: a identidade legitimadora gerada nas instituições de poder; a identidade de resistência que surge entre as pessoas que se encontram em posições desvalorizadas, que constroem trincheiras de resistência, e a identidade de projeto, na qual os atores sociais redimensionam as suas antigas identidades de acordo com a necessidade de transformação. Essa, observa Castells, segundo a teoria de Alain Touraine, produz sujeito. Particularmente interessa a definição de

sujeito e de indivíduo que esse autor expressa porque, ao longo desse trabalho, são utilizadas as duas formas e, segundo Castells, “sujeitos não são indivíduos.” (p.26). Faz-se necessário utilizar a acepção de Touraine para deixar claro o que se quer dizer: “Chamo de sujeito o desejo de ser um indivíduo, de criar uma história pessoal, de atribuir significado a todo o conjunto de experiências da vida individual” (p.26).

### **3.2 A identidade latino-americana:**

Na América Latina, a identidade adquire, além dos conceitos já vistos, uma denominação diferente: identidade latino-americana. Esse termo só se reveste de significado mediante estudos posteriormente caracterizados por uma visão mais humanista, aberta às peculiaridades do continente. Anteriormente, o que se escrevia sobre a América, desde um perspectiva europeizante, não dava conta das diferenças existentes. Marx e Engels, por exemplo, segundo Jorge Larrain (1996), conceberam uma imagem negativa e superficial da América Latina, ignorando os seus diferentes processos históricos e políticos como fatos verdadeiros e significativos:

*tiende a señalar que el carácter de los latinoamericanos es inherentemente defectuoso y que sus procesos políticos carecen de toda racionalidad y dirección históricas. (...) Marx y Engels consideraron que las naciones latinoamericanas eran pueblos sin historia, incapaces de construir sociedades civiles autónomas y estados fuertes y estables (p.66-67).*

O sentimento de identidade latino-americana sempre esteve articulado às identidades nacionais, mas esta concepção tem a sua origem na visão europeia, na qual a identidade latino-americana “(...) surge así de los elementos compartidos por las identidades nacionales latinoamericanas en relación al ‘otro’ no latinoamericano. Por otra parte,



*las identidades nacionales en América Latina se delinean en relación a 'otros' latinoamericanos, especialmente países vecinos*” (p.121-122). As diferenças, nesse caso, são mais acentuadas que as semelhanças. Assim, cada identidade nacional tem um fator comum latino-americano, mas, também, outro específico de cada país. O objetivo dessa observação é chamar a atenção para a suposta confusão que possa existir entre identidade latino-americana e identidade nacional, posto que, no caso do Uruguai, como qualquer outro país da América, falar de uma não significa descaracterizar a outra, já que são complementares e dependentes entre si.

Essa denominação, identidade latino-americana, tem o seu caráter específico dentro da visão do conquistador e do conquistado. A visão europeia descreve, nos diários de Colombo, um quadro paradisíaco do que até então era a América. A imagem de uma natureza exuberante e dos primeiros contatos com os índios tidos como puros e dóceis calçou no europeu a impressão de que aqui era o Paraíso Terrestre. As mensagens à Coroa Espanhola descrevendo a terra descoberta podem ser vistas como a primeira literatura sob o olhar do Outro em solo americano. Era o ponto de vista do branco de além-mar que se manifestava. Um trecho da carta de Colombo escrita à Rainha Isabel (*apud* Bernd, 1992, p.25) dá o tom do que foram os primeiros contatos com essa nova terra: “Aqui os peixes são tão diferentes dos nossos que é maravilha. Há uns que são como galos, ornados das mais finas cores do mundo: azul, amarelo, vermelho, de todas as cores. Outros são barrados de mil maneiras e suas cores são tão belas que não há homem que não se maravilhe e não se extasie a contemplá-los”. Bernd afirma que essa visão exótica e a tendência para achar tudo maravilhoso repetiram-se nos textos de André Thevet: “Em resumo, este lugar é muito agradável e fértil. E, se entrarmos mais no interior, encontramos um país plano coberto de árvores outras que as da Europa, mais enriquecido de belos rios com águas maravilhosamente claras e ricas de peixes” (p. 24). Assim, a primeira

literatura sobre a América desenvolveu-se na forma de “Crônicas”, de relatos de viagens e de cartas enviadas para o Velho Continente, que expressavam o deslumbramento à singularidade americana. O olhar que se lançou aqui foi o do estrangeiro e do dominador; portanto, um olhar enviesado à realidade continental.

A visão de Paraíso em seguida desvaneceu-se pela decisão da Coroa Espanhola em “tirar partido da natureza e multiplicar os recursos reais”, segundo Augusto Cesar Guazelli (1997)<sup>8</sup>. De acordo com seu pensamento, fazia-se necessário e urgente a conversão dos indígenas à fé católica para depois enquadrá-los no trabalho exploratório de suas riquezas naturais. Essa conversão, de certa forma, representou a primeira tentativa por parte dos europeus de impor ao índio uma cultura diferente da sua, acelerando o processo de perda de sua identidade. O mito de Caliban e de Ariel,<sup>9</sup> tendo em Próspero a figura do europeu dominador, é encarnado pelo estrangeiro que consegue, através da força, invalidar o modo de vida do nativo, cuja escravidão não deu bons resultados. Mais pela índole dos índios do que pela idéia de que eles constituíam uma raça diferente do estrangeiro – e que tinham direito de preservar suas características próprias – é que se tornou impossível submetê-los ao regime escravizante. Essa tentativa pôs fim ao conceito inicial de Paraíso e cedeu espaço a um estado de fatos e coisas que muito bem poderia ser descrito como o próprio Inferno. Segundo Guazelli, a trajetória significou

---

<sup>8</sup> Guazelli, A. C. *América Latina: a busca de uma identidade*. Vydia, Santa Maria: Faculdades Franciscanas, /FAFRA, c.16, n.27, p.01-128, Janeiro/Junho, 1997.

<sup>9</sup> Peça de William Shakespeare “A tempestade”, que conta a história de um duque milanês, Próspero, que, após o naufrágio numa ilha tropical, reina e domina o monstro selvagem Caliban, que anagramaticamente sugere que ele seja um canibal. Próspero, tem como escravo o gênio Ariel, cuja personalidade é a antítese de Caliban. Simbolicamente, os três representam papéis importantes na História: o duque é visto como o europeu civilizado, dominador e colonizador. Caliban assume o papel do latino-americano, mestiço, sofrido, oprimido, visto como o representante da identidade do Novo Continente e, por fim, Ariel como a utopia da igualdade e da unificação de uma sociedade sem opressão. Sob esta ótica, o escritor uruguaio José Enrique Rodó escreveu *Ariel*, personificando, através dos ideais identitários e unificadores, a preservação de uma América Latina mais justa e humana. A obra foi escrita para a juventude uruguaia num momento em que esta encontrava-se desorientada diante da supremacia norte-americana.

“a continuação da Reconquista” em terras americanas; “o uso extremado da força da mesma forma que sucedera na Reconquista, e a Guerra Santa aos infiéis era recriada no Novo Mundo” (p.27). O braço da Inquisição Espanhola atravessou o Atlântico e instalou aqui o mais completo horror contra os chamados “infiéis”. A imagem desfeita do bom selvagem, inocente e de boa índole, dócil e obediente, inicialmente concebida pelo europeu, é substituída pela do canibal, do assassino e do herético. Daí para uma atitude opressora por parte do conquistador foi um passo.

Um dos fenômenos sociais que mais preocupou não só a Coroa Real como também a Santa Inquisição e que influenciou na formação de uma identidade foi o da miscigenação. Muitos tripulantes das galeras espanholas, trabalhadores, colonos, degredados e *personas non gratas* às coroas ibéricas, somados ao contingente de desertores dos exércitos português e espanhol, engrossaram a coluna do que já se delineava como uma miscigenação, não só racial mas cultural - um processo que contrariava os princípios da Igreja Católica. Sobre esse tema, a História registra não apenas casamentos entre brancos e índios – como Caramuru e Paraguaçu –, mas também uma completa adesão à barbárie,<sup>10</sup> como o canibalismo praticado pelos índios. No seu livro *Indios carapálidas* (1992), o jornalista argentino Ricardo Herren descreve com singular realismo o que foi essa adesão à barbárie:

*Durante los primeros años después del descubrimiento europeo de América, su conquista y exploración, muchos españoles de un modo u otro, sufrieron una aculturación indígena, a veces muy a su pesar. En La española (actual Haití-Santo Domingo), los indios que se amancebaban o casaban con aborígenes (...) se convertían en señores de indios, en alguna medida rompían lazos con su sociedad de origen. Eran, por lo general, castellanos de bajo origen social pero ansiosos de realizar los ideales de vida de la nobleza medieval.*

---

<sup>10</sup> O termo *barbárie* como está empregado no texto, remete ao ponto de vista do colonizador europeu. O canibalismo não foi entendido como um ato religioso dos indígenas e que só ocorria em determinadas solenidades religiosas.

*Fray Bartolomé de las Casas se burla de ellos porque la mezcla de elementos de ambas culturas resultaba atrozmente ridículo no sólo para los ojos españoles sino también para los indígenas. El obispo de Chiapas los pinta haciendo su parodia de señoritos, semidesnudos, con largas y mugrientas greñas, descalzos, luciendo a veces sólo un camisón de algodón que les dejaba las piernas al aire, haciéndose servir como grandes señores por un extenso séquito de indios y eligiendo para cada noche una compañera de cama distinta (p.9).*

*(...)El que llevaba la voz cantante propuso que lo más adecuado ‘era atar a esos siete indios y llevarlos para comer en el camino, porque los que viniesen no los matasen y comiesen a ellos’. Y pasaron del dicho al hecho: el tabú de la antropofagia ya había sido violado y, por tanto, se había desvanecido para ellos (p.53).*

A princípio, a Coroa Espanhola apoiou essas uniões, crendo que com tais fatos a subjugação do índio se tornasse mais fácil. Depois viu que surtira efeito contrário e proibiu a aproximação íntima entre as duas raças, medida que não vigorou, pois a péssima administração e o pouco controle por parte das autoridades não impediram que esse processo seguisse em frente.

A discussão sobre a identidade do continente parte do pressuposto histórico dessa época de conquistas e de colonização. Quem seriam os homens americanos? Sabe-se que o termo “americano” já transitava dentro do ideal dos burgueses colonizadores da América do Norte, numa clara oposição aos ingleses. Nas colônias ibéricas, o processo foi mais lento e deu-se de formas diferentes. No Haiti,<sup>11</sup> aconteceu o massacre dos plantadores brancos levado a cabo pelos escravos negros, e nem por isso o fato os identificava como americanos. No México, os “criollos” denominavam-se ainda espanhóis e não concebiam uma sociedade americana. Na América do Sul, Artigas tentou implantar um projeto autônomo em cada região, no qual a acepção da palavra *americano* tinha

---

<sup>11</sup> O fato não caracterizou uma busca por uma identidade própria e latino-americana por parte dos revoltosos, mas, sim, uma demonstração de repúdio ao homem branco, pois o que interessava era, de certo modo, a preservação das características e culturas africanas.

um significado maior. Para Artigas, obter um conceito de americanidade que abrangesse todas as classes sociais era o seu ideal de identidade. Foi derrotado pelas oligarquias rurais. Bolívar foi mais adiante no intuito de fazer da América uma grande nação americana, mas sem dispensar todos os elementos ibéricos: língua, costumes e religião, deixando, porém, de lado as culturas indígenas e africanas.

No século XX, a tentativa de criar uma identidade entre vários países fracassara devido à idéia imposta pelos governos capitalistas de que qualquer aliança idealizadora conotaria um caráter subversivo e comunista. Tal pensamento gerou-se depois do surgimento de Ernesto Che Guevara e de Fidel Castro no cenário político latino-americano. “Che”, para as esquerdas, personificava o “cidadão latino-americano” pelo contato direto que mantivera com vários países do continente; significava o elemento aglutinador e agregador de ideais de justiça e de igualdade, bem como a consolidação da condição de latino-americano. No entanto, a sua participação efetiva no processo revolucionário cubano foi o pretexto que os governos de direita apresentaram para impedir que houvesse a tão desejada integração. Uma das conseqüências de tal atitude foi o isolamento de cada país. De acordo com Guazelli (1997),

Desapareceria qualquer possível identidade entre os vários países, qualquer intenção unificadora marcava a subversão, o comunismo internacional e ateu; os países davam-se as costas uns para os outros, buscando cada qual a vocação para o Primeiro Mundo que ditavam os norte-americanos. O Brasil negava o restante da América Latina hispanohablante, com histórica tendências às lutas internas e à anarquia; os porteños de Buenos Aires – derechos y humanos no dizer do ditador Videla – negavam não só os latino-americanos, como também os *cabecitas negras*, componentes das massas trabalhadoras vindas do interior que mantinham acesa a chama do projeto de Perón. Sintomaticamente, as resistências aos regimes de força, expressadas na literatura, poesia e na música popular, reinventavam um homem “latino-americano”, com tradições de lutas, herdeiros de índios e de negros, que algum dia retornaria para exigir seus direitos; certamente a versão latino-americana de *protest song* dos beatniks e hippies americanos envolvidos nas suas guerras no

distante Oriente da Coréia e do Vietnã, teve uma politização que exigia a retomada da construção não apenas nacional, mas da América por inteiro (p.2).

As décadas de 50, 60 e 70 foram representativas para a América Latina no sentido de que, apesar das diferenças, faziam-se necessárias, se não uma unificação, um entendimento e a criação de um ideal comum. Face aos confrontos revolucionários gerados pelos Estados Unidos, cuja política era a de dividir para dominar, e à possibilidade de perder-se de vez qualquer identidade latino-americana, surgiram várias manifestações artísticas que tentavam recriar o modelo do homem latino-americano.

Ao observar-se a trajetória da identidade no continente americano até os dias de hoje, percebe-se que ela tomou um rumo diferente do que até então se entendia como tal. À busca por uma identidade somou-se o fator globalização. A ênfase na ampliação de mercados econômicos comuns a muitos países acabou com o conceito de Estado nacional, mas, por outro lado, gerou um novo conceito de união para não perder a identidade no contexto mundial. Após muitos conflitos sociais, políticos e internos (alguns ainda continuam), muito próprios da maioria dos países latino-americanos, o continente, por fim, é visto como algo em permanente processo de construção de sua identidade, bem diferente do arielismo de Rodó, que remete ao mito de Ariel e Caliban, pois este se cumpre à força de um ponto de vista aristocrático e saxão, o que não corresponde a uma América mestiça. Numa sociedade na qual já se aceita a mestiçagem como parte integrante da heterogeneidade e que inclui a mulher e as minorias raciais, o pensamento da unidade não tem mais lugar.

Enquanto processo de construção, a identidade assume um papel importante dentro da literatura. Pode ocorrer, outrossim, que um projeto identitário literário interfira negativamente em si próprio, de forma a “erigir de maneira indevida os valores próprios da sociedade à qual pertence, em valores universais” (Todorov *apud* Bernd, 1992, p.15). Por isso, faz-se

necessária uma posição mais aberta do escritor, para evitar o que Bernd (1992) chama de guetização, isolando-o junto às minorias. Ainda segundo essa autora, “quando a identidade leva os escritores a acreditarem que o mundo finda nos limites de sua tribo, em vez de internacionalizarem-se, estes autores se fecham em um etnocentrismo que reduz sensivelmente a sua legibilidade”.

Por outro lado, é possível evitar-se o etnocentrismo através da universalidade, sem que, com isso, se perca a identidade. Usando as palavras de Bernd, “a construção da identidade é indissociável da narrativa e conseqüentemente da literatura”. Essa visão edificadora em cima da diferença, entendida como processo de deslocamento permanente, tem sido, ao longo dos anos, discutida não só por sociólogos, mas também por diferentes romancistas e críticos latino-americanos. Uma das causas dessa preocupação por parte dos estudiosos é justamente a singularidade do continente, constituído por várias nações, cujos povos falam os mais variados idiomas, como o quéchua, o náhuatl, o mapuche, o guarani, etc., e que tem como língua de domínio o espanhol e o português.

Essas conclusões são creditadas também à própria literatura que tratou de difundir, desde seu início, com o livro dos maias e dos astecas, *Popol Vuh*, até os nossos dias, a visão da diversidade e do movimento. A especificidade da América Latina tem sido, a partir de sua “conquista” pelos espanhóis, o caldo de cultivo de reflexões sobre suas diferenças, seus problemas e suas culturas e sobre suas variadas identidades, enfim. Ana Pizarro, segundo Indursky & Campos (2000), ao justificar a elaboração do livro *América Latina: palavra, literatura e cultura*, expõe o seguinte:

*Nuestro intento estaba estimulado (...) una parte por la necesidad – en momento muy crítico de la zona cultural a la que pertenecíamos, marcada en especial por la situación de las dictaduras en el cono sur y por la condición del exilio de importantes sectores intelectuales - de explicarnos el funcionamiento de la cultura, tal vez porque estaban problematizándose nuestras identidades (p.37).*

A problematização de identidades às quais se refere Pizarro tem muito a ver com uma pergunta que permeia a condição de latino-americano: “(...)¿quién soy yo, qué papel seré capaz de desempeñar? Y, más que nada...¿qué papel me toca desempeñar?” formulada por Alejo Carpentier (1981) em seu livro *La novela latinoamericana en vísperas de un nuevo siglo y otros ensayos*. O conflito suscitado é o da consciência relacionada ao fato de o indivíduo pertencer ao Estado e que está sob um princípio de autoridade exercida por esse Estado. Ou seja, o que o Estado espera desse indivíduo? Ou então, remetendo para Benedetti e Galeano, até que ponto esse indivíduo é sujeito dentro de um Estado autoritário? Segundo Eric Hobsbawm,<sup>12</sup>

*La identidad primordial que la mayoría de nosotros hemos elegido en este siglo XX es el del estado territorial, es decir, una institución que establece un principio de autoridad sobre cada uno de los habitantes de un trozo del mapa. Si esta persona es un ‘ciudadano’, el estado reivindica el derecho a obtener – por encima de cualquier otro tipo de exigencias individuales – su lealtad, su amor (i.e. el ‘patriotismo’) y, en tiempos de guerra, hasta su propia vida (p.48).*

A relevância do pensamento de Hobsbawm para o enfoque latino-americano é exatamente a sua aplicabilidade efetiva dentro da história do continente. A sua condição de terra descoberta e colonizada à força gera, no seu interior, a busca incessante de uma identidade ao mesmo tempo una e vária, cuja característica é o processo de construção permanente. Bernd ilustra essa concepção ao afirmar que

A busca pela identidade deve ser vista como processo em permanente movimento de deslocamento, como travessia, como formação descontínua que se constrói através de sucessivos processos de reterritorialização e desterritorialização entendendo-se a noção de ‘território’ (Deleuze e Guattari, 1977) como o conjunto de representação que o indivíduo ou um grupo tem de si próprio (p.10).

---

<sup>12</sup> Hobsbawm, E. J., *Identidad*. In: Silveira Gorski, Hector. *Identidades comunitarias y democracia*. Madrid: Editorial Trotta, 2000.



No entanto, a noção de representação elaborada no contexto latino-americano tem a sua origem na consciência individual e coletiva das desigualdades sociais que ao mesmo tempo são dependentes de um capitalismo globalizado, mas que se reduzem a elementos heterogêneos entre si. Isto é, o acesso aos bens de consumo mais simples como o “jeans”, o tênis de marca, a coca-cola, etc., tidos como unificadores, e o acesso aos direitos à liberdade de expressão, aos meios dignos de subsistência, à educação e à saúde, não é facilitado e nem oferecido de forma igualitária e homogênea. Tudo isso que homogeneiza culturalmente tende a singularizar-se e a ressaltar as diferenças sociais. Em outras palavras, o que é globalizante não é democratizante no contexto latino-americano, mesmo porque a América sempre foi cenário de lutas desiguais e de desnivelamento econômico em relação aos demais países de Primeiro Mundo, resultantes de políticas governamentais que sempre foram aliadas ao poder autoritário. Nossa marca, portanto, é sempre a mesma: conflito e diversidade. A experiência social traumática impele sempre à indagação sobre quem somos.

O capítulo a seguir discutirá o problema da dominação de seu semelhante pelo homem, levando em conta o pensamento de Adorno, Foucault e Bermann, entre outros, no que se refere às ações violentas aplicadas ao sujeito e suas conseqüências na reformulação das identidades.

## IV – O PODER AUTORITÁRIO

### 4.1 O poder como instrumento de dominação:

O ceticismo de Adorno (1993) relativo à condição da espécie humana estabelece uma questão primordial para a análise, que é a da desvalorização do homem e da sua desumanização, gerada e aplicada nele mesmo por conta da relação entre a “vida e a produção que rebaixa realmente aquela a uma efêmera manifestação desta”. Esse autor trata da redução e da degradação do ser humano, da falta de autonomia do sujeito, que assim não o é mais desde o horror nazista, pois, segundo ele, desapareceu, desagregou-se. Isso porque, ainda segundo sua lógica, “não há mais beleza nem consolo algum fora do olhar que se volta para o horrível, a ele resiste e diante dele sustenta com implacável consciência da negatividade, a possibilidade de algo melhor” (p.19). A crise da formação do ser humano, gerada após a II Guerra Mundial, antecipa-se às teorias de Adorno e permanece até hoje como uma herança da Modernidade.

No entanto, deve-se lembrar que a literatura, mesmo que trate do horror e da morte, realiza em cada um, apesar de tudo, um ato de esperança. Em não sendo assim, a função do escritor, que não é apenas a de colocar o leitor a par do que está ocorrendo, tratando-se de realismo social, não sobreviveria mediante tanta catástrofe e tanta falta de fé no ser humano. A esperança é um dos elementos essenciais para um escritor, pois através de sua narrativa, mesmo denunciatória, e até por causa disso, reafirma no leitor a confiança na raça humana.

A teoria de Adorno remete às noções de poder e de autoritarismo aplicadas à América Latina mediante o estabelecimento de uma dialética

própria. O negativismo adorniano encontra, portanto, nesse contexto, o ambiente propício para a sua aplicação. Segundo o autor,

O princípio mau, que sempre esteve escondido na afabilidade, desenvolve-se no espírito igualitário, em direção à sua plena bestialidade. Condescendência e falta de presunção são o mesmo. Ajustando-nos à fraqueza dos oprimidos, confirmamos nesta fraqueza o pressuposto da dominação e desenvolvemos nós próprios a medida da grosseria, obtusidade e brutalidade que é necessária para o exercício da dominação (p.19-20).

Os países da América Latina sempre estiveram sob o exercício da dominação, em um momento ou outro de suas existências. Os acontecimentos históricos relativos à implantação de um poder, desde a chegada dos espanhóis até hoje, igualam-se com os fatos que influenciaram diretamente tanto na formação das identidades de cada país como numa idéia generalizada de identidade latino-americana.

Retoma-se a definição de sujeito dada por Touraine para entender-se com mais clareza a problematização de identidades mencionada anteriormente por Pizarro: o desejo do indivíduo de criar uma história pessoal e de atribuir significado ao conjunto de suas experiências pode ser aplicado à história recente dos países da América Latina, especialmente à história do Uruguai. Desde 1492, ano de seu “descobrimto”, o continente tem sido o palco de inúmeras revoluções.

As identidades dão a idéia não de multiplicação de uma mesma identidade, mas sim das várias identidades mutáveis e deslocadoras. No contexto latino-americano, essa afirmativa adquire sentido por meio das mudanças no cenário político. Na democracia, o Estado se sustenta pela representação dos interesses sociais. No autoritarismo, o que significa o mesmo que dominação, existe o controle social por parte do Estado que institui leis opressoras. Com ele, o militarismo tem o seu representante legal, cuja ação detém-se no sistema educacional, no moralismo agressivo e onde o indivíduo está totalmente à mercê dessa ação. A democracia é um sistema relativamente recente dentro da América Latina.

Existiram muito mais regimes autoritários que regimes democráticos ao longo da sua história. Igualmente, não se pode afirmar que todas as ditaduras tenham sido iguais, embora os métodos para a sua imposição e sua consolidação fossem os mesmos. Nas ditaduras do Uruguai, da Argentina e do Chile, por exemplo, nota-se que elas não partiram de uma mesma causa, mas tiveram como base elementos comuns na sua implantação: crise econômica, um poder que se tornou autoritário e a ameaça permanente do comunismo, pelo menos até a queda do muro de Berlim em 1989, a ameaça permanente do comunismo, criando uma desordem e um caos que poderia transformar-se em subversão. Guillermo O'Donnell (1986) faz a seguinte afirmativa:

no Chile em 1973, na Argentina em 1976 e no Uruguai em 1972/74, a sensação foi a de que o “caos” avançara a tal grau e estava sendo instrumentalizado por partidos políticos (Chile) e organizações guerrilheiras (Uruguai e Argentina), que a sobrevivência da condição capitalista da sociedade e suas ligações internacionais pareciam estar envolvidas diretamente no jogo (p.45).

Em uma entrevista concedida ao Jornal do Brasil<sup>13</sup>, Benedetti afirmou que “*los intelectuales participan en los movimientos, pero no pueden cambiar la vida. El poder siempre desprecia al intelectual y lo considera peligroso*”. Mas não é fácil formular o conceito de poder pois ele é tão complexo quanto o conceito de identidade. Roberto Machado, na introdução de *Microfísica do poder* de Michel Foucault (2000), explica que “não existe algo unitário e global chamado poder (...), é uma prática social (...) constituída historicamente” (p.X). Mas, segundo sua lógica, esta afirmativa é insuficiente, pois não explica as reformulações pelas quais o poder passa. Assim, esse autor acrescenta que Foucault, ao invés de formular uma teoria sobre o poder, constituindo um sistema, realiza “análises fragmentárias e transformáveis”, nas quais se verifica o exercício do poder em vários níveis:

---

<sup>13</sup> Disponível em <<http://www.wbco.com.rsoca/bene.html>>, acessado em 10/mai./2000.

O que ela visa é distinguir as grandes transformações do sistema estatal, as mudanças de regime político ao nível dos mecanismos gerais e dos efeitos de conjunto e a mecânica do poder que se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação. Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social e não acima dele, penetrando na vida cotidiana (p.XII).

Para Foucault, então, o conceito é controverso já que ele existe mediante uma resistência. No caso de um governo autoritário, sua permanência só depende de uma resistência criada por ele próprio, consequência da aplicação de instrumentos formais como a repressão.

José Henrique de Faria (1985), por sua vez, em seu livro *Relações de poder e formas de gestão*, relaciona o poder “(...) à capacidade de uma classe, de definir e realizar seus interesses, objetivos específicos, mesmo contra a resistência que possa existir contra o exercício dessa capacidade e a despeito dos níveis estruturais em que tal capacidade esteja principalmente fundamentada” (p.15).

Embora a definição de Faria seja mais específica, ela não deixa de aproximar-se da teoria de Foucault: se no primeiro há o poder como originário de uma classe, no segundo observa-se o seu âmbito de ação. Na verdade, ambos reconhecem seu alcance e o estrago que pode causar em qualquer sociedade, e em qualquer indivíduo. Para compreender como a sua aplicação pode surtir efeito dentro da literatura, Foucault (2000) dá uma idéia quando se refere aos “objetos”, ou melhor, à constituição dos objetos de sua análise sobre o poder, onde ele atua com maior força e o modo como atua:

Queria ver como estes problemas de constituição podiam ser resolvidos no interior de uma trama histórica, em vez de remetê-los a um sujeito constituinte. (...) É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do objeto na trama histórica. É isto que eu chamaria de genealogia, uma forma de história que dê conta da constituição de saberes, discursos, domínios de objeto, etc. (p.7).

Cabe ressaltar que quando Foucault fala de trama histórica não está se referindo à trama de um livro, mas sim ao momento no qual o objeto está inserido e a todas as suas implicações. Por outro lado, enquanto ele se refere à análise de objetos, Faria, por sua vez, refere-se à capacidade de realização de interesses de classes. O poder não depende de uma estrutura social. Trata-se de relações de troca, sejam elas negociadas ou não; sempre serão relações de mando, de “imposições de vontade” (Faria, 1985). “A posse do poder está ligada à posse de informações e ao processo de tomada decisão. O poder é uma propriedade do Estado, sendo o Estado o próprio poder. Todo o exercício do poder é unilateral; não existem relações de poder”. Portanto, seguindo essa lógica, chega-se a uma resistência criada pelo próprio poder, isto é, não existindo relações legítimas, não há intercâmbio, sempre será uma situação de fato, instituidora de suas verdades e geradora de focos de resistência.

O poder, para Faria, se apóia em determinadas bases para concretizar a sua dominação e então, gerar as relações de poder. A primeira delas é a influência, por meio da qual acontece uma relação de reciprocidade, “não só o superior pode influenciar o subordinado, como este pode influenciar aquele” (p.20). Outro aspecto a considerar é a função que o indivíduo desempenha, implicando no que pode e o que não pode realizar; se será reconhecido ou aprovado pelos seus superiores. Mas a influência por si só não representa uma base de poder, porque sua reciprocidade caracteriza uma reação que pode ser positiva e entusiástica. A segunda base é a autoridade. O autor, considerando a teoria de Weber, destaca três tipos de autoridade, quais sejam: a de caráter racional, que é a autoridade legal e aceita por todos, a de caráter tradicional, apoiada na crença cotidiana das tradições cultivadas ao longo dos anos, e a de caráter carismático referente à santidade, ao heroísmo, e à exemplaridade de um indivíduo.

A terceira base de poder é a que reside na coerção. “Na aplicação de sanções físicas, psicológicas, sociais e culturais de forma a castigar;

impor restrições de movimento, (...) a coerção é a base máxima de poder (...) e remete à repressão” (Faria,1985). Esse pensamento complementa a concepção de Deleuze e Guattari (1997), para os quais o Estado é o controlador único, em torno do qual tudo gira. Tanto o sujeito rebelde quanto o sujeito dócil obedecem à sua “perversidade eventual”. Cabe a ele, portanto, converter e capturar, “(...) colocar o pensamento em relação imediata com o fora, com as forças do fora (...) fazer do pensamento uma máquina de guerra” (p.46). Dessa forma, o poder e o autoritarismo convivem lado a lado interdependendo um do outro, e são partes fundamentais do Estado controlador. Caso o sujeito rebelde não permita esse controle sobre si, a perversidade eventual do Estado entra em ação, abolindo e abafando qualquer possibilidade de manifestação contrária a ele. Similar ao pensamento de Deleuze e Guattari, Florestan Fernandes (1979) elaborou sua reflexão sobre a “perversão lógica”, necessária à própria existência do Estado de fato. Segundo ele, o autoritarismo é um conceito de muitos significados, que tem no seu pior sentido a acepção de perversão lógica. Essa pode ser entendida como uma necessidade para a regulamentação sendo a base para o Estado. A imposição da criação de um poder que dirija, regulamente e ordene a sociedade nasce dentro dessa própria sociedade, mas coloca-se acima dela para controlá-la. Por isso diz-se que é perverso, mas lógico. Poder e autoritarismo são dois elementos similares de relações dialéticas, portanto.

Do ponto de vista da autoridade constituída e da “irracionalidade do comportamento humano” (Fernandes, 1979, p.4), o Estado, durante o liberalismo, “não garantia os direitos dos cidadãos”. Na escola, na família, na empresa e na igreja, por exemplo, ao indivíduo era negada uma aproximação efetiva com essas instituições, visto as mesmas representarem um foco de “repressão institucionalizada.”

Ao estudar as teorias de Weber, Fernandes constatou que a sua definição de poder se referia à imposição de vontade em uma relação social, contrariando toda a resistência existente. Ainda, segundo a lógica

weberiana, a dominação é entendida como a “probabilidade de encontrar obediência a um mandato determinado contido entre pessoas” (p.4). Refere-se Weber à dominação como autoridade. Mas, segundo seu ponto de vista, a dominação (autoridade) sugere submissão, pois é essencial que exista um mínimo de obediência (desde que haja interesse), “em toda relação autêntica de autoridade” (p.5).

Tal reflexão conduz ao conceito de “sociedade democrática”, elaborado por Harold D. Lasswell e Abraham Kaplan, citados por Fernandes. Segundo os dois autores, “a sociedade democrática” é a sociedade perfeita:

A democracia é, portanto, definida aqui através de três características do processo de poder: 1. o poder é exercido como máximo de auto-responsabilidade. A democracia é incompatível com qualquer forma de autoritarismo (...) 2. o processo de poder não é absoluto e autodelimitado (...) A democracia é incompatível com o exercício arbitrário e incontrolável do poder (...) 3. os benefícios do processo de poder são distribuídos através de todo o corpo político. A democracia é incompatível com a existência de castas privilegiadas (p.14).

Mas Florestan Fernandes (1979) coloca em xeque a visão de uma democracia ideal dentro de uma sociedade capitalista, pois esta se sustenta através das inúmeras formas de poder expressas nas relações autoritárias plenamente consentidas pela burguesia, que necessita de uma condução com mão de ferro, tanto em condições normais da ordem, quanto nas condições de emergência. Segundo essa lógica, o surgimento do Estado de exceção se deve ao Estado democrático, quando este entra em crise.

O pensamento de Fernandes tem a sua legitimidade asseverada por Hanna Arendt (1995), que, ao escrever *Da violência*, dedicou um capítulo inteiro à concepção do poder. Segundo ela, o poder “é instrumento de dominação” (p.19) cuja ação, foi instituída por um grupo. Isto é, quem está no poder teve, em algum momento, alguém que lhe conferiu esse poder. Mesmo o torturador solitário, ao instrumentalizar esse poder através da



violência, recebeu por parte de seus superiores a permissão para torturar e matar, pois está investido de autoridade. Conforme a autora,

Homens isolados sem outros que o apoiem nunca têm poder suficiente para fazer uso da violência de maneira bem sucedida. Assim, nas questões internas, a violência funciona como o último recurso do poder contra os criminosos ou rebeldes – isto é, contra indivíduos isolados que, pode-se dizer, recusam-se a ser dominados pelo consenso da maioria (p.27).

Referindo-se ao consentimento do povo ao poder instituído, Arendt considera o seguinte:

a vontade de poder e a vontade de obediência estão inter-relacionados (...) É o apoio do povo que confere poder às instituições de um país. (...) De acordo com o governo representativo, é o povo que detém o poder sobre aqueles que o governam. Todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; estratificam-se e deterioram-se logo que o poder vivo do povo deixa de apoiá-las (p.21).

Remetendo ao objeto de estudo, observa-se na história do Uruguai, cenário permanente da produção literária tanto de Benedetti quanto de Galeano, a passagem do consentimento à desaprovação por parte do povo no que se referia ao poder instituído.

#### **4.2 A ditadura no Uruguai (1973 – 1985):**

O desrespeito aos direitos constitucionais dos uruguaios tornou-se mais evidente a partir de 1967, quando o *Poder Ejecutivo* proscreveu vários partidos políticos, contrariando o que estava escrito na constituição de 1966: “(...) que ponía de cargo del Estado la obligación de velar por asegurar a aquellos la más amplia libertad”<sup>14</sup>. Mas a afirmativa de Arendt quanto ao consentimento do poder por parte do povo é aplicável nos

---

<sup>14</sup> Zubillaga, C. In: Astori, D. et alii. *El Uruguay de la dictadura, (1973-1985)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1996. p.21.

acontecimentos ocorridos nos anos 70, porque, de uma certa forma, os uruguaios confiavam nesse poder. O sentimento de confiança se aplicava também em relação às Forças Armadas. Observa Zubillaga:

*Durante algunas décadas, de 1920 en adelante, la mayor parte de los uruguayos pareció considerar tan firme y consustancial su convivencia democrática que reputó anómalos residuales y faltos de todo predicamento al autoritarismo discernible en nuestro plácido medio. Hubo una convicción (...) en torno a que las Fuerzas Armadas orientales estaban completamente imbuidas de profesionalismo que cultivaban una orgullosa tradición de acatamiento de los poderes constitucionales.(...) No sería, por ende, de sorprender el tardío reconocimiento del ascenso de los factores autoritarios en la sociedad de la crisis (...) (p.1).*

A suposta democracia iniciada pelo então presidente Pacheco Areco, em 1967, acaba com a reação positiva por parte do povo uruguaio, intensificando-se a partir desse ano, quando o ruralismo, já declinante, dava mostras de intransigência, e as medidas inflacionárias por parte do governo ameaçavam o *status quo* estabelecido. A esquerda se mobiliza e cria o MLN – *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros* –, cujas ações se caracterizaram por guerrilhas urbanas e seqüestros de pessoas importantes ligadas à direita. Às medidas repressivas efetuadas pelo governo seguiam-se as trocas de presidentes, provindos tanto do *Partido Blanco* como do *Partido Colorado*, ambos apoiados pelas Forças Armadas. Em junho de 1973, os militares ocupam Montevidéu com tanques de guerra e metralhadoras, assegurando, assim, o golpe de Estado, dado pelo então presidente Juan María Bordaberry e gestado, já em 1968, com a criação das *Medidas de Pronta Seguridad (MPS)*. Com o golpe, o país se transforma num gigantesco cárcere, não poupando ninguém que “*no estuviese de acuerdo con la dictadura: estudiantes, líderes sindicales, políticos de izquierda y trabajadores*”, (Nilson Cezar Mariano, 1998). A sua aplicação direta ocorreu sob forma de “*prohibición de expresión pública mediante libros, espetáculos, discos, medios de*

*comunicación masivos, etc...(...) la implementación de un mecanismo de censura previa en múltiples formas de expresión artística, supresión de la autonomía de las autoridades docentes.*<sup>15</sup>

*Durante 11 años de represión, el grito de los torturados fue escapando de las cárceles de la dictadura y se infiltró en lo cotidiano de todos los uruguayos. La población asimiló que todos, sin excepción, podían ser apresados en cualquier momento, pues vivían bajo 'libertad condicional' en el régimen militar (Mariano, p.81).*

Em suma, o Uruguai submerge numa ditadura militar que nunca havia visto antes. Com a suspensão de todas as garantias individuais e a resistência através da luta armada, os uruguaios só tinham duas alternativas: ou se colocavam a favor do governo ou lutavam contra ele. Muitos preferiram sair do país por vontade própria para não terem de tomar partido, ou por medo de irem para a prisão. Outros foram exilados à força, tendo de abandonar tudo às pressas, pois o prazo, em geral, era, quando muito, 24 horas. Os que ficaram e acreditaram que a situação não poderia ficar pior do que já estava ou que talvez conseguissem burlar a censura, escapar das buscas diárias das tropas militares, sofreram as consequências de sua decisão. O silêncio instaurou-se, sem que ninguém os obrigasse a isso. Foi um ato voluntário que partiu da população como um todo, como uma forma de proteger-se e aos seus, já que não existia quase ninguém que não tivesse um conhecido, amigo ou parente diretamente envolvido nos movimentos ditos subversivos. Houve, por parte da intelectualidade uruguaia, um movimento em direção à uma resistência. Muitos autores foram presos e depois exilados, como Galeano; outros, entre eles Benedetti, foram apenas exilados, sem que se impusesse a eles o rigor do cárcere. No entanto, a produção literária desse período foi rica em detalhes, fatos reais, testemunhos, narrativas nas quais se percebia a denúncia implícita do horror. As metáforas, as

---

<sup>15</sup> Mieres, P. In: Astori, D. et alii. *El Uruguay de la dictadura, (1973-1985)*. Montevideo:Ediciones de la Banda Oriental, 1996. p.96.

simbologias, “*el esopismo*” (uso das fábulas), tudo isso serviu como literatura de resistência ao regime. Fora do país, os que se foram desenvolveram uma literatura do exílio. Resistir e denunciar ao mesmo tempo era o principal objetivo de todos que se encontravam banidos. Enquanto isso, no Uruguai, retomam-se as trevas seculares através dos atos de violência cometidos contra a população relembrando as ações da Inquisição Espanhola, e a “*Suíza de América*” volta aos tempos “bárbaros” no que se refere ao desrespeito pelos direitos humanos. Tem-se, então, uma dicotomia histórica, um país moderno mergulhado no caos do medievo.

Para entender melhor o paralelo entre a ditadura uruguaia e a Santa Inquisição Espanhola, este período medieval será descrito resumidamente na seção abaixo.

### **4.3 A Santa Inquisição Espanhola:**

As crises econômicas e religiosas sofridas pela Espanha no século XIV acabaram com a convivência pacífica entre os três povos que a formavam: os judeus, os árabes e os cristãos. Depois de longo tempo compartilhando o comércio, as artes e as ciências, entram em conflitos alimentados pelo sentimento de unificação em torno de uma crença religiosa que justificava a existência de um Estado. Cresceu a intolerância em relação às minorias religiosas, estendendo-se até outros grupos marginalizados como os escravos, os negros da África, os vagabundos e os ciganos. O Renascimento havia gerado uma diversidade muito grande de atitudes contraditórias entre si que originou, em última instância, a reforma das ordens religiosas católicas e a criação da Ordem de São Inácio de Loyola, apoiada pela Contra-Reforma.

O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição foi instituído na Espanha, em 1478, com a finalidade de perseguir aos falsos judeus e aos

conversos. No entanto, adquiriu tal poder e força que acabou convertendo-se no gigantesco aparelho de repressão utilizado pelo Estado. Suas ações visavam a preservar a unidade da fé católica, gerando, assim, um catolicismo obsessivo através da pureza de sangue, situação em que o indivíduo tinha de provar que era espanhol legítimo, sem nenhum traço de sangue judeu ou árabe para ingressar na carreira religiosa, militar ou universitária. O curioso é que essa exigência de *“estatuto de limpieza de sangre”* Quesada (1996), se estendeu até o século XIX como requisito para entrar nas academias militares. Por toda Espanha criaram-se tribunais de auto-de-fé nos quais, depois de um longo período de torturas, o suposto herege, a mulher considerada bruxa ou até mesmo crianças aleijadas (porque tinham “sinais do demônio”) eram queimadas vivas em praça pública, sob os olhares do povo.

Os braços da Inquisição chegaram até a América Latina através de processos violentos nos quais se reproduzia a crueldade aplicada na Península Ibérica. Aqui, longe de todo controle real e religioso, a sua ação foi mais intensa, porque os inquisidores tinham em suas mãos a população indígena do Peru, do Chile, do México, da Bolívia e demais países sob a jurisdição espanhola. Neles, davam vazão a todas as suas taras e perversidades, com a desculpa de que os infelizes estavam se rebelando contra a Coroa Espanhola ou cultivando as suas crenças nativas. Os registros daquela época, alguns dos quais foram modernizados na ortografia pelo próprio Eduardo Galeano, *“proviene de diversos documentos recopilados por J.T. Medina en sus obras ‘Historia del Tribunal del Santo Oficio de la Inquisición de Lima (1569-1820)’ y ‘El Tribunal del Santo Oficio de la Inquisición en las Provincias del Plata’* (Galeano, 1975, p.88), e que transpostos para o texto de *La canción de nosotros*, dão conta de tais atos insanos:

*Para atajo de tales males, Don Frai Pedro de la Peña, Obispo de Quito, decía que cierto convenía al servicio de Dios Nuestro Señor que en cada ciudad donde hay Real audiencia en estos reinos haya*

*Inquisición más que ordinaria , que pondrá en asiento las cosas de la fe, causará miedo y será freno a los ruines y a los que causan inquietud grande con la libertad de su lengua e vivir. (p. 88)*

*Dijo que no debía nada. Amonestada, y fue mandada desnudar, dijo que no debía nada.*

*Fue vuelta a amonestar que diga la verdad, donde no se mandará poner en la cincha.*

*Dijo que no debía nada contra la fe; fue desnudada y puesta en la cincha, atados los dedos de los pies, y por los pies y los espinillos un cordel, y por los brazos, y por los molledos para la mancuerna.*

*Estándola desnuda decía que no debía nada, y que si en el tormento por no poderlo llevar dijere algo, que no valga nada ni sea válido, porque lo dirá de miedo.*

*Estando ya atada en la forma dicha y puesta en la cincha, fue amonestada que diga la verdad; donde no, se le mandaría dar y apretar. La primera de mancuerna. (p.108)<sup>16</sup>*

#### **4.4 A tortura:**

Três objetivos caracterizaram a aplicação da tortura a presos políticos sob o manto do poder autoritário no Uruguai: a intenção de atemorizar a sociedade em geral, a “confissão da verdade” e o aniquilamento total do sujeito. Nesse último caso, pretendia-se manter o prisioneiro com vida o maior tempo possível. Para isso, os torturadores se valiam do auxílio de médicos e de religiosos. Caso o prisioneiro não resistisse ou não quisesse colaborar, “cantar”, no jargão dos torturadores, existiam várias opções. Uma delas era matá-lo imediatamente, outra, lançá-lo ao Rio da Prata já morto e uma terceira opção, colocá-lo vivo em um saco e jogá-lo de avião neste mesmo rio.

---

<sup>16</sup> As transcrições do texto foram atualizadas por Galeano, embora o autor tenha deixado muito do espanhol original na sua estrutura frasal. Quanto às palavras desconhecidas, eis os seus significados: *cincha* – espécie de cinto ou faixa de couro usada para prender a barriga dos cavalos ao encilhá-los (durante a Inquisição, era usada como tira de couro que servia para prender braços e pernas do prisioneiro e esticar o máximo até o rompimento de seus ossos e músculos); *espinillos* – tornozelos; *mancuerda* – corda; *amonestada* – avisada, exortada.

A psiquiatra argentina, Dra. Sylvia Bermann, ao referir-se às conseqüências da repressão política, no livro, "*Efectos psicosociales de la represión política*" (1994), afirma que:

*tras el motivo aparente de obtener información, se sabe hoy que el objetivo fundamental de la tortura es lo que Viñar ha denominado 'la demolición', el quiebre psicológico que conduzca a cambios en la conducta. Amén de atemorizar la población. (...) Pero, ¿con qué métodos científicos se busca poner en marcha en el torturado, mecanismos psicológicos para lograr su 'demolición', 'aniquilamiento' o pérdida de la identidad? En primer lugar, la privación sensorial (capucha, vendas) el desamparo total, el dolor físico intolerable, la ambigüedad de la situación, lo atemporal, (...) el cansancio extremo, el dolor físico, hacen que se pierda el último baluarte, el propio cuerpo. (...) tiene como meta el aniquilamiento del individuo, destrucción de sus valores y convicciones (...) experiencia límite de desorganización de la relación del sujeto consigo mismo y con el mundo. (p.16)*

Nesse sentido, a reabilitação do sujeito e a sua reintegração na sociedade dependerão do quanto ele consegue manter de sua identidade, caso sobreviva às sessões de tortura. Segundo Bermann, essa reintegração dependerá de sua vulnerabilidade, de sua capacidade de resistência, de sua identidade social *determinadas por las grandes categorias, organizaciones, grupos a que el individuo pertenece, y su identidad individual forjada antes de su nacimiento en la interacción social y familiar. Es decir, las series complementarias de Freud* (p.18). A entrevista que Benedetti concedeu ao jornal madrileno *El País* e reproduzida no livro *Os desaparecidos. A história da repressão no Uruguai* (1987)<sup>17</sup>, organizado por José Luis Baumgartner, Jorge Duran Matos e Mario Mazzeo, corrobora a opinião da Dra. Bermann, ao afirmar que

---

<sup>17</sup> Baumgartner, J.L.; Duran Matos, J.; Mazzeo, M. *Os desaparecidos. A história da repressão no Uruguai*. Tradução de Cássia Corintha Pinto, Porto Alegre: Editora Tchê!, 1987.

10 anos de prisão é muito tempo, mas 10 anos de solidão é um castigo que ninguém no mundo merece. Cada um destes expulsos da humanidade, reduzido a seu infamante isolamento, sabe de memória as sombras do muro, as irregularidades do piso, as manchas do teto. Talvez lute consigo mesmo para não esmorecer, para não jogar-se à prostração ou ao delírio, mantendo acesa a esperança como uma vela quase sem pavio; consciente, não obstante, de que cair no desespero seria o triunfo do outro, do inimigo-outro. Teríamos que retroceder vários trechos da história para achar práticas de sadismo tão explícito. (p.185)

Note-se que neste caso, Benedetti refere-se ao outro não como um igual, mas como um estranho, um outro cuja impossibilidade está na não identificação.

Vale acrescentar o que escreveu a escritora uruguaia Gloria da Cunha-Giabbai (1992) a respeito de Benedetti, em relação à tortura e às (des)identificações que dela decorrem:

*el autor expone claramente su opinión sobre la tortura. ' Aún como noticia la tortura es desagradable. Quizá porque nos recuerda duramente que existen en el ser humano posibilidades de crueldad que no siempre estamos dispuestos a admitir. De crueldad y de autodestrucción, ya que quien practica la tortura no sólo destruye al prójimo, también se destruye a sí mismo... cuando llega el momento de ajuste de cuentas, un torturador nunca debe ser torturado, aún en los casos en que se hay esforzado en merecerlo y no debe ser (otra ha de ser la condena), sencillamente porque la tortura envillece de por vida a los perpetradores .(p.92)*

De certa forma, os militantes do MLN já esperavam e se preparavam psicologicamente para a tortura há muito tempo. Assim, quando os militares entraram em ação e detiveram o grosso da oposição, a maioria esperava o próprio inferno, mas ninguém fazia idéia do que realmente era e até onde iria a crueldade e o quanto ela afetaria a identidade de cada



um. O depoimento do ex-presos político Universindo Díaz Rodríguez<sup>18</sup>, cuja experiência vivida na prisão de *Libertad* serviu como tema para um documentário realizado com Mario Benedetti em 2000, dá uma idéia do que foi a ação repressiva durante a ditadura:

*los tipos quieren mantenerte vivo, pero muy debilitado para sacarte información. Ya muerto no les servís. Entonces... el tipo intenta aislarte de la sociedad, digamos...golpearte fuertemente, usando las técnicas más diversas de la tortura. Tortura física y tortura psicológica, haciendo con que uno se sienta aislado, separado, marginado del resto, indefenso...te desnuda para perder la identidad...después, después pasá a ser una cosa que está para golpear y después, el tipo te pone un numerito...yo era el 2723...*

Para muitas vítimas do autoritarismo uruguaio, a saída foi o exílio. Às vezes forçado pelo próprio regime, às vezes voluntário. O fato é que tal atitude resultou numa tentativa de retomar-se o eu, de reconhecer-se a si próprio no estrangeiro, embora também daí poderia surgir uma nova identidade, a de exilado.

#### **4.5 Exílios:**

A primeira noção que se tem do exílio é a expulsão de Adão e Eva do Paraíso Terrestre. O Antigo Testamento é farto de relatos sobre o tema exílio. Originário do latim *exilium*, o termo corresponde a quem está fora, que foi expatriado, expulso; descontinuidade, quebra, rompimento prematuro, mudança de rumo, de atitudes, de valores, perda, sofrimento, etc. Enfim, há uma infinidade de termos para representá-lo. Atrelado ao exílio, deparamo-nos com outro: o estrangeiro, o Outro, não eu, estrangeiro em si mesmo, o identificado e não identificado comigo, o estranho que vem de fora, *fremd*. Mas há, sobretudo, um terceiro termo, o

---

<sup>18</sup> Universindo D. Rodríguez gentilmente concedeu entrevista à elaboradora deste trabalho no dia 13 de outubro de 2000, na Biblioteca Nacional em Montevideu.

nômade que se aplica muito bem à concepção de exílio. Retoma-se os termos propostos por Deleuze e Guattari (1997): *reterritorialização* e *desterritorialização*, associados à palavra *nômade*, para desenvolver-se algumas questões referentes ao exílio. Se, antes, ambos serviram para definir a identidade, neste capítulo esclarecerão melhor essa questão.

O afastamento da terra natal, configurado pela desterritorialização, leva o homem a outro lugar, a uma nova terra onde ele inicia a reterritorialização. Então, por excelência, o nômade é um ser desterritorializado (Deleuze & Guattari, 1997). Segundo a concepção desses autores, “não é de modo algum o migrante” (p.51), pois este se desloca de um ponto a outro, mesmo que incerto. O nômade se movimenta para além fronteiras de seu território conhecido – e isso pode ser entendido do ponto de vista tanto sociológico e geográfico como psicanalítico, já que o “eu” banido pode se transformar em um outro “eu” -, mediante a necessidade ou conseqüências e, por isso, não tem referências, já que as deixou para trás. Mas que dizer, então, do homem que não se tornou nômade por vontade própria? Nisso reside a relação do nômade com o exilado à força, na qual se percebe a mão do Estado, pois este, acima de tudo, é o controlador, o expulsor, o que regula e relativiza o movimento do banido: “conversor e capturador, o Estado não só relativiza o movimento, mas torna a produzir movimento absoluto” Deleuze e Guattari, (1997). Daí deduz-se que a ação do Estado acaba distinguindo-se pela condição de estrangeiro que impõe ao exilado: *fremd*, estrangeiro; *Der Fremde*, o estrangeiro; *die Entfremdung*, o afastamento, e *Ausländer*, termo que designa o estrangeiro no sentido legal (Koltai, 2000, p.79). Associando esses termos a Benedetti e Galeano, verifica-se que eles se aplicam às personagens de ambos, isso sem falar-se nas condições de exilados dos próprios escritores. O *fremd* designa o diferente e a alteridade expressa pela presença de um Outro que não é o eu; *Der fremde* especifica O estrangeiro, o que se diferencia por seus traços lingüísticos e culturais; é o resultado do *die Entfremdung*, do

afastamento, da expulsão e que, por sua vez, caracteriza quem foi banido politicamente, proibido de voltar ao país de origem, ou seja, o *Ausländer*. O exilado, então, é o que foi obrigado a ultrapassar as fronteiras, não apenas geográficas, mas as interiores, assumindo outros dizeres, outras faces, outras identidades e culturas, sem, no entanto, aculturar-se definitivamente. Remete, enfim, à alteridade pela conscientização do diferente que isso acarreta.

Para Maria José de Queiroz (1998), o termo exílio está ligado diretamente aos males da ausência e à ambigüidade dos sentimentos do homem:

o exílio vincula-se ao largo espectro dos males da ausência (...) desgastado pelo uso, (...) os seus vocábulos apenas informam (...) sobre a instabilidade das leis e do Direito, sobre a violência política e sobre a ambigüidade dos sentimentos humanos. Sofrido e padecido por exilados, banidos, desterrados, degradados, proscritos, deportados, o mal do exílio tanto se inclui num dos capítulos mais pungentes da história universal da infâmia como nas páginas da literatura (p.20).

Segundo Palaversich (1995), o exílio caracterizou-se como prática comum na década de 70, por conta do surgimento das ditaduras nos países do Cone Sul. A autora justifica que esse movimento não ocorreu apenas em função das ditaduras, pois, paralelas a elas, as causas econômicas forçaram muitas pessoas a sair de seus países: “*Se huye de la tortura y de la muerte, pero también de la pobreza y del desempleo*” (p.26). Essa constatação dá margem à discussão sobre o significado da palavra exílio. Segundo a simbologia cristã, o exílio significa a expulsão do paraíso e o conseqüente abandono decorrente de tal expulsão. No sentido existencialista, refere-se à carência de sentido. No conceito romântico, remete ao ser diferente e, portanto, exilado no mundo comum. Mas, segundo Tabori (*apud* Palaversich, 1995, p. 26), o exílio é “*un destierro forzoso por razones políticas, que implica la imposibilidad de*

*regresar, distinguiéndola (...) de la emigración económica voluntaria*". Contudo, há quem o entenda como uma coisa só, pelo fato de os motivos políticos e econômicos causarem os mesmos efeitos psicológicos e sociais em quem o sofre.

Benedetti (1987), no capítulo dedicado ao exílio no seu livro *Subdesarrollo y letras de osadía*,<sup>19</sup> já mencionado neste trabalho, propõe que se estudem profundamente as questões voltadas para esse tema, iniciando o que ele chama de "*una sociología del exilio*" (p.133), direcionada para o fenômeno ocorrido na América Latina:

*Algún día los especialistas tendrán que abordar en el marco de una sociología del exilio, el tema de la diáspora y su costo social. Esa sociología del exilio, a escala latinoamericana, debería considerar por ejemplo, los problemas que la diáspora ha generado y genera en el ámbito familiar, en la vida de la pareja, en la relación de padres e hijos. Las tensiones que causa cualquier partida inopinada, cuando uno deja atrás hogar, amigos, trabajo y tantas otras cosas que integran su ámbito afectivo y cultural (p.133).*

Nessas palavras encontra-se a base de seu pensamento para o processo criativo que gerou *Primavera con una esquina rota*, em que a narrativa não se resume apenas à manutenção da identidade por parte da personagem *Santiago*, mas também ao exílio sofrido, primeiramente, por sua família e depois por ela própria.

A visão de Benedetti em relação ao exílio tem eco nas palavras de Galeano, citado por Palaversich, quando este se refere ao tema como a uma tragédia, uma perda de voz, de identidade:

*Crisis de identidad, angustias del desarraigo, fantasmas que acosan, que acusan: el exilio plantea dudas y problemas que no necesariamente conoce quien vive lejos por elección. El desterrado no puede volver al propio país o al país elegido como propio. Cuando uno es arrojado a tierras extranjeras, queda muy a la intemperie el alma y se pierden los habituales marcos de referencia y amparo. La distancia crece cuando es inevitable (p.30).*

---

<sup>19</sup> Benedetti, Mario. *Subdesarrollo y letras de osadía*. Madrid: Alianza Editorial, 1987.

No seu livro *La canción de nosotros*, o exílio não representa só o banimento do país de origem, como também o banimento social imposto às personagens *Ganapán* e *Buscavida* pela crítica situação econômica do Uruguai. Com referência a esse livro, analisando o exílio sob o ponto de vista da marginalidade econômica, Palaversich amplia o conceito para a sua aplicação no âmbito interno da sociedade uruguaia:

*Partiendo de la noción del país como un espacio geográfico concreto y un habitat social que define la identidad individual y colectiva, le identificaremos con el concepto de “casa” que se desprende de la poética del espacio de Gaston Bachelard y según la cual todo espacio habitado conlleva la esencia de la noción de hogar. Tomando su definición de la casa como un espacio que proporciona seguridad y protege al individuo, la trasladaremos al ámbito del país, visto como una casa colectiva a la cual se atribuirán estas mismas calidades aglutinantes y amparadoras.(...) traducido al concepto de país, este espacio feliz de la casa de la infancia, corresponde al Uruguay anterior a la dictadura, a ese benevolente Estado asistencial batllista<sup>20</sup>. La noción del Uruguay feliz no sólo conforma un trasfondo en La canción de nosotros sino que (...) se inaugura el cuestionamiento de los mitos que alimentan el inconsciente colectivo uruguayo. (...) Los que permanecen adentro observan la transformación de la casa simbólica de un espacio amistoso en un espacio hostil. (...) en nuestro análisis de La canción de nosotros, a partir de la separación causada por el destierro, ampliaremos la noción del exilio demostrando la manera en la cual éste excede los límites de un espacio geográfico para cruzarse con otras experiencias de escisión y marginación (p.34-35).*

Não obstante o exílio geográfico represente uma agressão ao ser humano, deve-se reconhecer que o exílio interior é tão traumático quanto o outro. Cunha-Giabbai (1992), no seu estudo sobre o exílio, refere-se a este aspecto da seguinte forma:

---

<sup>20</sup> *Batllista*: termo referente a Jorge Batlle, atual presidente do Uruguai e membro do Partido Colorado que apoiou a Pacheco Areco nas eleições de 1971.

*Nos referimos a ese exilio en el que puede vivir una persona sin necesidad de abandonar la propia patria. (...) la experiencia del exilio puede ser vivida dentro o fuera del país. El exilio interior, imagen borrosa, de contornos imprecisos. (...) Paul Ilie afirma que los individuos se sienten alienados, llevando una vida paralela en la que no pueden participar. (p. 21-22)*

O enfoque psicanalítico para o exílio dado por Maren Viñar e Marcelo Viñar (1992), complementa os pensamentos de Benedetti e de Galeano quanto ao desterro forçado e à crise de identidade que daí decorre:

O *antigo* é o fato de ter habitado um lugar, de tê-lo amado, de haver feito uma unidade com ele, com sua história. (...) O *antigo* são coisas que fiz minhas e que fizeram de mim o que sou. É o eixo onde o 'eu' e o 'nós' se articulam em uma sucessão de acordos e de oposições (...). É a trama de uma história pessoal e coletiva que tece, em cada um, uma trajetória familiar, profissional e política (p.64).

A dimensão traumática decorrente do exílio é dada pela desconstrução do homem quando, através da idealização dos seus projetos de vida em permanente intercâmbio entre ele e os demais indivíduos que o rodeiam, é obrigado a deixar seu país repentinamente para tentar, em outro lugar, a reconstrução desses projetos. É a negação de toda a certeza adquirida dentro do jogo do carretel da teoria freudiana do retorno do objeto mítico conhecido. No exílio, não ocorre um tempo de mediação entre essa perda do conhecido e a nova condição do indivíduo:

O *antigo*, a nostalgia de uma paisagem materna, se oferece à memória como cadáver e como lugar privilegiado do êxtase. A nostalgia – dor do retorno – reproduz o modelo da perda do primeiro objeto mítico. A questão do exílio recoloca assim esta interrogação, tão difícil e todavia tão atual no estudo da psicose: o que se passa no sujeito quando a realidade dos fatos realiza ou redobra isto que é uma necessidade estrutural do fantasma?

No jogo do carretel, Freud descreve um tempo estrutural de acesso à mediação e à negatividade, acesso tornado possível pela renúncia

ao corpo da mãe como posse, como prolongamento de si mesmo. M. Klein nos ajuda a conceber um tempo prévio de dor física, como condição deste acesso. A transformação da supremacia do corpo erotizado em símbolo torna a ausência pensável. É a partir de renúncia a isto que, até então, era constitutivo de si mesmo e da falta que daí resulta, que se estrutura e se organiza a singularidade de cada ser: de quem a condição de sujeito desejante e o inefável de seus automatismos de repetição testemunham as marcas desta perda originária (ibid. p. 64-65).

A questão do comprometimento do escritor é vista como essencial também no exílio. Benedetti e Galeano são conhecidos não só pelo que escreveram dentro de seu país de origem, mas, principalmente, pelo que escreveram fora dele. Tal produção é vista como uma literatura do exílio, na qual suas visões sobre a terra natal estão distanciadas o suficiente para criar uma narrativa que é ao mesmo tempo ficcional e racional no que concerne à realidade de seu país. Exemplos disso são os dois livros já citados. Benedetti (1987) se refere a esse comprometimento permanente como a um dever: “ *Creo sinceramente, que el deber primordial que tiene un escritor del exilio es con la literatura que integra, con la cultura de su país, de su pueblo. Tiene que reivindicar su condición de escritor, y, a pesar de todos los desalientos, buscar el modo de seguir escribiendo*” (p.135).

Àngel Rama, citado por Palaversich (1995) ao discorrer sobre o exílio dos escritores e a sua participação como guardiães da memória coletiva e como multiplicadores da história de seu país, se refere aos mesmos nestes termos:

*los regímenes dictatoriales impusieron una rígida reestructuración de valores de signo exactamente contrario al que venía siendo libremente establecido por los intelectuales, y, negando toda discusión sobre ellos, los impusieron normativamente al país, se comprende que los escritores que fueron al exilio hayan sentido que ellos se transformaban en responsables de la custodia y desarrollo de una parte considerable de la mejor herencia cultural y que a ellos competía difundirla y acrisonarla* (p.80).

Todorov (1998) tem uma explicação para o que ele chama de “*transculturación*”(…) *la adquisición de un nuevo código sin pérdida del antiguo*” (p. 27); (...) “*El hombre desarraigado, arrancado de su marco, de su medio, de su país, sufre al principio, pues es agradable vivir entre los suyos. Sin embargo, puede sacar provecho de su experiencia*” (p.29).

O exílio, visto por essa ótica, é o motivo do ato criador do escritor, que vê nele a possibilidade de denunciar, de dar continuidade ou de iniciar um processo de escrita por excelência. No que se refere à *transculturación*, é possível entendê-la como uma permanência ou, quem sabe, uma retomada de sua identidade original, que se manifesta no ato de escrever sobre coisas e fatos de seu país de origem. É o instante em que ele assume novamente plena autoridade sobre si mesmo, sem a perda do código antigo. Ele é, então, senhor de si por breves momentos. Até sair às ruas novamente.



## V – PRIMAVERA CON UNA ESQUINA ROTA E LA CANCIÓN DE NOSOTROS

### 5.1 Os autores:

Mario Orlando Benedetti nasceu em *Paso de los Toros, Tacuarembó*, Uruguai, no ano de 1920. Aos 8 anos de idade mudou-se com a família para Montevideu, onde iniciou seus estudos. Desde jovem demonstrou inclinação para a literatura. Escreveu versos e pequenos contos sob a influência de Alexandre Dumas. Durante algum tempo trabalhou como taquígrafo, contador e guardador de livros. Muito de sua primeira produção literária tem origem nesse período. Por volta de 1938, viveu em Buenos Aires onde residiu por um considerável tempo. Em 1957, realizou uma viagem à Europa e, em 1963, foi a Estocolmo e a Copenhague. Em 1971, participou do *Movimiento Independiente 26 de Marzo* no Uruguai. Teve de exilar-se na Argentina, no Peru e em Cuba por ocasião do golpe militar dado pelas Forças Armadas em 1973, em seu país. Participou do *Encuentro de Escritores Latinoamericanos* no Chile, (1962) e do Encontro Internacional de Escritores em Bucarest (1964). Foi diretor do *Departamento de Literatura Hispánica de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Universidad de la República* (1971). Ao longo de sua vida, até agora, tem recebido diversos prêmios internacionais por sua trajetória literária, que engloba a crítica, a poesia, o romance, a dramaturgia, o jornalismo, a direção de uma revista, o ensaio, a crônica e, até, a música. Com a idade de 82 anos, em abril de 2001, lançou em Madri a sua mais recente criação literária, o livro de poesias *El mundo en que respiro*.

Apesar de sua imensa produção, Benedetti considera-se, sobretudo, um narrador. Sua obra em geral reflete as convulsões sociais e políticas pelas quais o Uruguai passou, bem como as mudanças ocorridas na América Latina ao longo dos anos. É, antes de tudo, um escritor comprometido com seu meio social, pois através de seus livros, denuncia a repressão militar, a morte e a tortura infligida àqueles cujas ações contrariavam a ditadura militar. Dentre seus livros mais famosos, encontram-se *El cumpleaños de Juan Ángel*, *Pedro y el capitán*, *Primavera con una esquina rota*, *Andamios*, *El desexilio y otras conjeturas*, *Montevideanos*, etc., todos com forte conotação política e denunciatória.

A temática do exílio, juntamente com a da identidade, é uma constante em toda a obra de Benedetti, seja o exílio interior pela função de funcionário público, presente na primeira etapa de sua produção literária, seja o exílio geográfico expresso nos livros que tratam da temática política, nas personagens de *Santiago*, *Javier*, etc. O livro em questão, escrito em Palma de Majorca por ocasião de seu exílio político, é um exemplo dessa literatura.

Eduardo Hughes Galeano nasceu em Montevideu, em 1940. Trabalhou em diversos ofícios até configurar-se como o escritor que conhecemos hoje. Foi: taquígrafo, mensageiro, desenhista, empregado de uma fábrica de inseticida, cobrador, caixa de banco, editor e, por fim, escritor talentoso. Em 1963 publicou seu primeiro livro, *Los días siguientes*. Nessa época, trabalhava no jornal *El Sol*. Entre 1961 e 1964, ocupou o cargo de secretário do jornal *Marcha*, que, mais tarde, é fechado pela repressão por ser um jornal comprometido com os direitos humanos e estar contra a ditadura. Hoje esse jornal, no qual Galeano ainda escreve, se chama *Brecha*. A militância política desse autor é bastante precoce. Ela se traduz por artigos e ensaios nada convencionais para a época de conformidade social e política pela qual o Uruguai passava. Em 1971, adquire fama internacional com a publicação de *Las*

*venas abiertas de América Latina*, um livro que trata da economia política do continente, com todas as características de denúncia política e econômica. É preso por suas atividades de esquerda e mais tarde se exila em Buenos Aires, produzindo aí *La canción de nosotros*, dedicado à sua cidade natal, Montevidéu. No exílio, funda a revista *Crisis*, a qual dirige até 1976, quando o poder militar se instaura na Argentina. É ameaçado de morte pela *Triple A*<sup>21</sup> e vai para seu segundo exílio, agora na Espanha, onde permanece até 1984, quando volta para o Uruguai.

A sua produção engloba livros como *Vagamundo*, *Días y noches de amor y de guerra*, *Memorias del fuego*, *El libro de los abrazos*, *Las palabras andantes*, *La canción de nosotros*, *Las venas abiertas de América Latina* e *Patatas arriba*. Toda a produção de Galeano, seja literária, seja jornalística ou ensaística, contém uma forte dose de crítica política e social, além de denúncias relativas aos regimes ditatoriais do continente. Conhecedor da história da América Latina em profundidade utiliza em seus livros recursos estilísticos como a polifonia que, ao dar voz às personagens pré-colombianas, resgata o início da história do continente, revalorizando e recuperando lendas e heróis daquela época. Assim como Benedetti, Galeano produz uma literatura voltada para o compromisso do escritor com aspectos sociais. Literatura esta que vem sendo objeto de investigações da Literatura Comparada na América Latina, no intuito de encontrar pontos de contato entre as mais diversas formas de expressão literária de todos os países que a compõem.

A inovação maior nesse sentido ocorreu entre as literaturas de língua espanhola e as de língua portuguesa. Embora ainda insipiente, esse dialogismo rendeu bons resultados desde a década de setenta. Um exemplo disso foi a apresentação, no VII Congresso da Associação de Literatura Comparada realizado em Ontário, no Canadá, em 1973, do brasileiro Antonio Candido e do uruguaio Ángel Rama, que expuseram idéias que se caracterizavam por um interesse mútuo na realização de

---

<sup>21</sup> *Alianza Anticomunista Argentina*.

estudos literários em conjunto. No entanto, segundo Nitrini (1997), ficou evidenciado que a possibilidade de aproximar as literaturas hispano-americana e a brasileira estava descartada por serem escritas em línguas diferentes. Não obstante, Ángel Rama (*apud* Nitrini, 1997, p.75) propôs um “projeto de discurso único de toda a literatura latino-americana (...) apoiado num comparatismo cultural, (...) reconhecendo o tronco lingüístico que o definem a saber, o espanhol, o português e o francês”, efetivando, dessa forma, a integração cultural entre todos os países latino-americanos. Nestes últimos anos, a proposta de Rama adquiriu um significado maior através de congressos, encontros e colóquios realizados no Brasil e nos países de fala espanhola.

Embora a iniciativa tenha tomado força, há a dificuldade de encontrar livros de autores hispano-americanos editados em espanhol ou traduzidos para o português, sem contar que estes nem sempre contemplam a fidelidade ao original.

Além disso, a oferta de autores hispano-americanos, encontrados no Brasil, é muito reduzida sendo muito mais fácil encontrar autores europeus e norte-americanos (traduzidos ou não). Esse é um fato bastante preocupante, porque evidencia uma idéia veiculada entre pesquisadores em Literatura Comparada, a de que o Brasil esteve muito tempo de costas para o restante da América Latina.

Essa reflexão leva a um dos pontos deste capítulo, que é a ausência de uma fortuna crítica relacionada a Mario Benedetti e a Eduardo Galeano em nosso país. Tanto um quanto o outro são conhecidos no âmbito acadêmico brasileiro, especificamente nas licenciaturas de Letras-Espanhol e nas comunidades de imigrantes provenientes de outros países da América Latina. Contudo, pouco existe em matéria de crítica literária que se refira a, pelo menos, um deles.

Em relação a Mario Benedetti, a crítica internacional tem sido mais que generosa. Eram nove os livros que foram escritos a respeito desse autor, até 1996. Alguns foram publicados em Montevideu, outros nos

Estados Unidos, em Madri, no México e em Buenos Aires; os artigos, publicados em revistas de Barcelona, Havana, Montevideu, Zurique, Moscou, Oslo, Amsterdã, Paris, Milão, Toronto, Caracas, Estocolmo, entre outros lugares, somam um total de duzentos e oitenta e sete. Quanto às traduções, existem cinco em francês, três em inglês, nove em alemão, quatro em italiano, cinco em holandês, três em russo, uma em sueco, cinco em búlgaro, cinco em tcheco, duas em grego, duas em dinamarquês, uma em polonês, em norueguês e húngaro e três em português. Mario Paoletti, (1996), ao escrever a biografia *El aguafiestas* adiciona, ao final dessa gigantesca lista, o seguinte: “*Hay además textos sueltos (cuentos, poemas, ensayos) que han sido traducidos al hebreo, japonés, finlandés, ucraniano, árabe, rumano, catalán, gallego, flamenco. También hay varios libros publicados en Braille*” (p.205).

Via de regra, o reconhecimento da qualidade de um escritor e seu conseqüente sucesso se dá mediante uma crítica produzida na esfera nacional e internacional, como já se viu em Benedetti. No que se refere a Galeano, é possível afirmar que o reconhecimento mundial de seu trabalho é bem mais modesto, pelo menos o era até o ano de 1995. Entre artigos e resenhas, somam-se setenta e um no total. O que chama a atenção é o fato de os trabalhos realizados sobre esse autor se reduzem ao âmbito dos países latino-americanos, incluindo o Brasil - em Curitiba há cinco - e além dos latinos, os EUA e a França. Provavelmente esses números devem ter aumentado atualmente.

Benedetti é tão pungente em seus escritos, tão sensível e tão direto quanto Galeano ao referir-se a fatos reais e a momentos significativos para o povo uruguaio. Ambos, em maior ou menor grau, apelam para a manutenção de uma identidade latino-americana. No entanto, de uma forma inexplicável e incompreensível, a recepção favorável, tanto por parte da crítica quanto por parte do leitor comum, é mais evidente em Benedetti. Galeano, embora tenha tido uma militância muito mais significativa contra a ditadura uruguaia, embora se preocupe com os

mesmos temas de Benedetti (se reconhecem mutuamente como escritores importantes para a formação de uma consciência política em seu país), não tem a mesma receptividade e não recebe o mesmo reconhecimento da crítica literária que seu colega. Diana Palaversich (1995), em *Silencio, voz y escritura en Eduardo Galeano*, justifica tal fato formulando as seguintes questões:

*Y sin embargo, a pesar de la popularidad y relevancia de la escritura de Galeano demostrada en la existencia de un amplísimo sector de lectores con el cual- en el contexto latinoamericano- sólo podría gloriarse Gabriel García Márquez, en el campo de la crítica académica existe un virtual vacío respecto a su obra. Este silencio rige tanto en el ámbito de la disciplina literaria como la histórica y la económica.*

*Sospechamos que la ausencia de material crítico se debe a varias razones.*

*Primero: la determinación política de la obra de Galeano y su abierto despliegue de la ideología que la sustenta conllevan el riesgo de que sea definida como panfleto político o escritura de calidad inferior.(...)*

*Segundo: las transgresiones genéricas en la obra de Galeano, su obsesión con la historia latinoamericana, así como su apelación constante a los eventos y personas concretas pueden intimidar a los críticos literarios que prefieren tratar universos menos reconocibles, más artificiosos y más literarios. Por otra parte, el silencio de los historiadores – particularmente sorprendente en el caso de *Las venas abiertas de América Latina* – puede ser sintomático de la sospecha académica reservada hacia todo intento de popularización de un campo especializado, celosamente guardado por los ‘expertos’ (p.9).*

Curiosamente, foi o livro *Las venas abiertas de América Latina* que lhe deu fama internacional, inclusive aqui no Brasil, onde ele é conhecido justamente por essa obra. Constata-se que os motivos pelos quais se escreve sobre Benedetti não são aplicados à obra de Galeano. Seria pela fragmentação narrativa, propositadamente construída assim para passar ao leitor a realidade latino-americana por meio de uma polifonia que subverte os cânones literários pós-modernistas? Ou seria pelo fato de

realizar um discurso dos vencidos, no qual a voz é dada aos índios, aos pobres da periferia de Montevideu, aos presos políticos e, por isso mesmo, não agradaria ao público leitor? Enfim, são questões que ficam em aberto para uma posterior discussão. Diferenças à parte, tanto um quanto o outro são figuras representativas da narrativa hispano-americana por seus engajamentos e suas percepções do meio social.

## 5.2 As obras:

*Primavera con una esquina rota (2000)*<sup>22</sup> foi escrita durante o exílio de Benedetti, durante a década de 80 sendo este o período em que ele mais escreveu sobre o tema do exílio e sobre a identidade. Transformada em peça teatral por vários grupos, foi apresentada no Chile e em outros países hispano-americanos, suscitando uma calorosa recepção junto ao público e à crítica especializada do Uruguai:

*La literatura uruguaya en el exilio empieza a ser conocida lenta y gradualmente. Fragmentarismo, carencia de perspectiva y valoraciones de conjunto, distorsión en la menguada experiencia lectora de los de dentro y los de fuera – como de los demás lectores – parecen caracterizar a este proceso de la actualidad de las letras uruguayas. (...) ‘Primavera con una esquina rota’ de M.B. tiene una fuerza irrefenable que surge de su captación de lo colectivo a nivel de un estado de la conciencia, y de una índole de las vivencias colectivas y casi unánimes entre las que figura el afán de la reconstrucción. Por eso es que Santiago en un aeropuerto latinoamericano de llegada y pronto a una nueva partida en el vuelo de la vida, en medio de pensamientos tumultuosos mientras espera la valija, encuentra espacio para un ‘carajo qué alegría’.*<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> A primeira edição data de 1982. Até 1996, estava na 52a. edição. Para a realização desse trabalho utilizou-se um exemplar pocket lançado pela Editorial Sudamericana de Buenos Aires em homenagem aos 80 anos de Mario Benedetti.

<sup>23</sup> Pallares, Ricardo. *Una primavera en la esquina del país*, in: *Jaque, Revista Semanario – “Por todos los derechos, contra todas las proposiciones”*. Montevideo, 7 al 14 de febrero de 1985. Año II, No.61 Edición de 32 p.

O livro conta a história de uma família uruguaia, de classe média e intelectualizada que se vê obrigada a exilar-se por causa do envolvimento da personagem *Santiago* nas atividades políticas de esquerda. Composta por quarenta e cinco partes, a obra apresenta a seguinte ordem de titulação:

*Intramuros*, que se refere a *Santiago*, quando este ainda está na prisão que se chama *Libertad*, em Montevideu.

*Heridos y contusos* corresponde à *Graciela*, mulher de *Santiago*.

*Don Rafael* trata do pai de *Santiago* e que também está no exílio.

*Exilios* é voz do narrador e do autor contando sobre seu exílio pessoal e real.

*Beatriz* refere-se à filha do casal, uma menina de seis anos de idade.

*El otro* representa o amigo de todos, *Rolando*, que se encontra no exílio, no mesmo país que os demais e pelo mesmo motivo pelo qual prenderam *Santiago*; inclusive os dois eram companheiros de militância política em Montevideu.

Essas partes apresentam-se ao longo do livro seguindo essa ordem, numa justaposição de vozes. Na última parte, quando *Santiago* sai da prisão e está dentro do avião, indo ao encontro de sua família, o autor substitui o subtítulo *Intramuros* por *Extramuros*. O biógrafo de Benedetti, Mario Paoletti (1996), dá a seguinte informação sobre as personagens da obra:

*'Primavera' – que MB dedica a su padre, que fue químico y buena gente – es la historia de cinco personajes: Santiago, preso en el penal Libertad de Montevideo. Don Rafael, su padre; Graciela, mujer de Santiago; Beatriz, hija de los dos, y Rolando, amigo de todos ellos y, andando la novela, enamorado y amante de Graciela. Todos son uruguayos y, excepto el preso, residentes en un país de exilio que parece México (p.202).*

*Santiago* mantém contato com a família através das cartas que escreve para seu pai e para *Graciela*. Nelas, expressa a sua solidão e



sugere os momentos de tortura. Numa de suas últimas cartas, conta que seu advogado lhe falara em anistia e que sua liberdade, após quatro anos de prisão, está muito próxima. *Graciela* entra em conflito a cada carta que recebe, pois percebe, aos poucos, que está se apaixonando por *Rolando*. Sua filha, *Beatriz*, pressente que algo diferente acontece, mas não consegue definir o que é; além disso, mantém longos diálogos com sua coleguinha de escola e com sua mãe a respeito da situação pela qual está passando. Fala da prisão do pai, das cartas que este escreve e das reações das pessoas em relação aos exilados políticos. *Graciela* mantém um bom relacionamento com o sogro e lhe conta sobre o seu romance com *Rolando*. O sogro, embora sofrendo, a compreende e apóia em suas decisões. *Santiago*, por sua vez, é libertado através da anistia que o governo uruguaio concede aos presos políticos e vai ao encontro da família no exterior sem saber sobre o caso entre sua mulher e seu melhor amigo. O final da história ocorre quando *Santiago* desce do avião e vê todos os seus entes queridos, juntos, esperando por ele no aeroporto.

Convém acrescentar uma breve explicação referente ao título. O termo *primavera*, para a personagem *Santiago*, é simbólico por vários fatores. O primeiro deles é a alusão que *D. Rafael* faz a sua falecida esposa e mãe de *Santiago*, *Mercedes*. Ao recordar-se do grande afeto que a esposa tinha pelo filho, ele refere-se ao fato de uma vez ela ter-lhe dito que gostaria de morrer ouvindo “As quatro estações” de Vivaldi, como de fato ocorreu; morreu ao som de um de seus movimentos, “Primavera”. A partir de então, para *Santiago* esta palavra passou a ser muito significativa: “*los aconteceres del mundo en general y de su mundo en particular, se dividen en primaverales, poco primaverales y nada primaverales*” (p.162-163).

O segundo fator alude à sua prisão efetuada durante esta estação. Essa informação é dada através de sua filha *Beatriz*: “*Otra estación importante es la primavera. A mi mamá no le gusta la primavera porque fue en esa estación que aprehendieron a mi papá*” (p.23).

O terceiro reitera a esperança que *Santiago* tem em relação ao futuro, já que primavera é sinônimo de reafirmação e renovação da vida. No entanto, a sua primavera é comparada a um espelho. Seria o espelho laciano onde todas as imagens do eu se multiplicam e se refletem sob novos prismas? Mas o espelho de *Santiago* tem uma particularidade, um de seus cantos (*esquina rota*) está quebrado, de modo que lhe falta um pedaço, está incompleto. Este pedaço significa a identidade ultrajada pelo regime militar. Mas para ele, isso não importa muito: apesar de tudo é sua primavera acontecendo:

*la primavera es como un espejo pero el mío tiene una esquina rota/ era inevitable, no iba a conservarse entero después de este quinquenio/ (...)pero aun con una esquina rota el espejo sirve (...) el astutísimo neruda preguntaba en una de sus odas ahora primavera dime para qué sirves/(...)yo diría que para rescatarlo a uno de cualquier pozo/ la sola palabra es como un ritual de juventud/ y a quién sirves bueno mi modesta impresión es que servís a la vida. (p.167)*

Embora Benedetti utilize o recurso da simbologia, a história é compreensível e clara. Tudo acontece dentro do plano interior de cada personagem; nela se sucedem os estados de ânimo com predominância de uma melancolia, expressa através da linguagem do cotidiano. Não se exige do leitor um esforço para a compreensão da narrativa. O autor resolve todas as tramas e dilemas.

*La canción de nosotros* (1975), escrita por Eduardo Galeano, tem, pelo menos, três pontos em comum com *Primavera con una esquina rota*, de Mario Benedetti. Estes pontos referem-se à forma e ao conteúdo. Primeiro: o livro foi escrito no exílio, em Buenos Aires, na década de 70, no auge da ditadura uruguaia. Segundo: a temática é a mesma, o exílio e os conflitos de identidade são decorrentes do mesmo contexto histórico de *Primavera con una esquina rota*. Terceiro: as personagens e os fatos

se apresentam em quarenta partes ou capítulos apenas numerados, cujos títulos só aparecem no índice ao final do livro. O livro de Galeano está organizado de forma semelhante ao de Benedetti, com justaposição de vozes narrativas, apresentando as personagens e situações:

*La ciudad* apresenta a cidade de Montevideu através de descrições.

*El regreso* conta sobre a volta do exílio por parte de *Mariano*.

*Andares de Ganapán* refere-se a um dos mendigos que vivem à margem da cidade.

*La máquina* descreve a tortura infligida a *Fierro* e também faz referências ao próprio sistema político do Uruguai.

*El Santo Oficio de la Inquisición* é a descrição de cenas de torturas ocorridas em Lima, no Peru na época da colonização espanhola.

*La canción de nosotros* narra a repercussão da ditadura uruguaia no indivíduo, influenciando diretamente na sua identidade. Através da justaposição dos capítulos, a narrativa se desenvolve em três níveis: 1) a volta de *Mariano* (ex-presos político), a cidade de Montevideu vista sob sua ótica, a sua fuga da prisão e o conseqüente exílio, e a morte de *Fierro* (militante político); 2) as andanças dos dois mendigos, *Buscavida* e *Ganapán*, seres marginalizados pelo sistema na sua luta diária pela sobrevivência, 3) a atuação da Inquisição Espanhola.

A história começa com *Mariano* voltando do exílio, que se supõe ocorrido em Buenos Aires, pelas referências indiretas que faz à *ciudad grande*. A personagem retorna a sua cidade natal pelos trajetos que refaz, procurando lugares conhecidos, tentando resgatar através das lembranças o que foi sua vida antes da prisão. Encontra-se com *Clara*, sua antiga namorada, e reatam a relação amorosa interrompida pelo encarceramento, embora ainda sintam receio do que lhes possa acontecer. Ele mudou de aparência, mas não deixa de ser um fugitivo, e ambos têm a certeza de que a qualquer momento "*la máquina*" pode entrar em ação e prendê-lo novamente, caso o identifiquem.

Paralelo a isso, *Buscavida* e *Ganapán* – dois seres marginalizados pela sociedade, levam a vida driblando o desemprego, a miséria e a fome, vagando, sempre à margem da cidade. Seus ambientes não são nem o centro de Montevideu e nem os bairros de classe média; o cenário é o que compõe a miséria, o esquecimento e a solidão de cada um. Palaversich (1995) os descreve como “*pícaros*”, remetendo à picaresca espanhola, termo usado para caracterizar pessoas marginalizadas que levavam a vida sob a ótica da ironia e do cinismo inerente dos miseráveis, ou seja, os que riem de sua própria desgraça, causada por um defeito físico (os anões, os aleijões, os mendigos espertos, etc.). Refere-se àquele que sabe que a sua miséria é injusta, mas a enfrenta com picardia e esperteza. Ao longo da narrativa, essas personagens não apresentam uma evolução bem definida, a não ser quando, no final do livro, *Ganapán* reencontra *Pitanga*, sua antiga companheira de infortúnio e volta a viver com ela. Tampouco se percebe, à primeira vista, a ligação que existe entre eles e as demais personagens. A explicação para tal só se verificará nas últimas páginas do livro. Pelo menos até a parte 16 – *La máquina* (p.93) –, o enredo detém-se em mostrar todas as personagens, cada qual com sua história particular, sem preocupar-se muito em estabelecer conexões entre elas. Essa ligação fica a cargo do leitor que infere com sua *cooperación textual* (Eco, 1999), estabelecendo as relações entre o contexto histórico do livro e as histórias das personagens já que aquele é a causa principal destas.

Entre os capítulos que tratam da repressão e do momento atual da ditadura uruguaia nos anos 70, Galeano intercala os capítulos sobre as ações da Inquisição Espanhola na América Latina entre os séculos XVI e XVIII, sem referência a uma data específica. Neles, o autor, descreve em *verbatim*, as sessões de torturas aplicadas a uma mulher e a um homem condenados por heresia e bruxaria. Dessa forma, o leitor transita de um episódio a outro, entre as descrições da prisão de *Fierro* - pela qual *Mariano* (em suas lembranças) se culpa por imaginar tê-lo denunciado ao

não resistir às violências a que fora submetido - e as descrições sobre o Tribunal do Santo Ofício. A utilização da justaposição de cenas, tanto dos presos políticos como da condenada pela Inquisição, é proposital. Com isso, o autor demonstra a natureza cíclica de valores representados pelo Poder. É por meio da intertextualidade de registros reais que Galeano comprova tal fenômeno através de uma perspectiva histórica, cuja intenção é assinalar que não só o Uruguai, mas também a América Latina como um todo é vítima do poder instituído. Palaversich (1995) afirma que *“los regímenes militares en el Cono Sur resucitan los viejos valores de la Inquisición. Tanto los inquisidores como los militares, se presentan como depositarios exclusivos de la potestad divina y como guardianes de valores permanente e inmutables”* (p.59).

O livro chega ao final com o encontro entre *Mariano* e *Ganapán*. O ex-presos quer agradecer-lhe por tê-lo acolhido quando fugira da prisão. *Mariano* e *Ganapán* se tornam amigos e companheiros de infortúnio pelo reconhecimento mútuo de que são vítimas do mesmo sistema, exilados socialmente e distanciados de qualquer possibilidade de retomar uma vida sem agruras e livre, conforme se infere deste fragmento:

— *Yo vine para darle las gracias – dice Mariano (...).*

*Ganapán gruñe; se rasca la barriga por entre la camisa desabotornada. El ambiente huele a querosén y a comida.*

— *Yo lo había estado estudiando, a usted – dice Ganapán – cuando estuvo aquí lo estudié. Me cayó bien; la verdad. Pero tenía modales de rico, y no creí que volviera. Fue una sorpresa verlo; la verdad.*

*Luego, lentamente, la tensión se afloja. Ambos encienden cigarrillos. Sólo escuchan llover.*

*Entonces Mariano apoya los codos en la mesa, adelanta la cara:*

— *Y también...*

— *Estamos jodidos – dice Ganapán.*

— *Hay que hacer algo, ¿no? – dice Mariano.*

— *Y sí – Estamos jodidos, pero algo hay que hacer.*

— Yo creo.

— Y sí. Con respirar no alcanza. Yo...

*Al pobre farol le queda poca llama. Las dos sombras, gigantes, se aproximan en la pared de lata (p.243).*

### 5.3 Paralelos:

“Primavera con una esquina rota” e “La canción de nosotros” apresentam uma variedade de aspectos, alguns deles em comum, os quais se pretende ressaltar a seguir.

Considerando a trajetória de cada um dos autores ao longo de suas produções, observa-se que Benedetti e Galeano escreveram os mencionados livros dentro do mesmo contexto histórico. A ditadura instaurada no Uruguai, entre 1973 e 1985, serviu como pano de fundo para as suas narrativas atestando sua contemporaneidade. Tanto Benedetti quanto Galeano se apresentam como escritores comprometidos com sua realidade social sendo que em Galeano, isso é mais evidente pela perspectiva histórica, ao colocar a ação da Inquisição. Ainda no âmbito dos dois autores, sabe-se que eles trabalharam no mesmo jornal semanal *Marcha*, embora em épocas diferentes. Benedetti, entre 1949 e 1958, trabalhou como colaborador e, depois, já em 1958, ao voltar da Europa, assume a direção da coluna “*Literarias*”. Galeano foi secretário de redação do mesmo jornal entre 1961 e 1964; continua trabalhando até hoje como jornalista em *Brecha*, nome dado em substituição ao anterior, quando o jornal foi fechado pela ditadura em 1974. Nas narrativas que estamos analisando, existem menções breves sobre um jornal, que está sendo fechado, e sobre jornalistas perseguidos.

O outro ponto em comum entre ambos é o exílio. Nele, os autores buscam não só recuperar a plenitude da palavra escrita, que lhes fora negada na terra natal, como também, através dela, sintetizar a biografia e a ficção como se fosse uma conciliação entre a palavra escrita e a

realidade expressa por meio dela. O exílio é decorrente de suas vivências pessoais, sendo apresentado, nas obras, como uma das causas da perda de identidade de suas personagens.

Na esfera das narrativas, a polifonia foi a forma encontrada pelos autores de dar voz a todas as personagens marginalizadas. Em Benedetti, tal estrutura se organiza pela alternância dessas vozes: a do narrador, a do autor inserido como personagem, a de *Santiago* através das cartas, a de *Don Rafael*, a voz do ancião, a de *Beatriz* que ainda não adquiriu *status* de adulta, a de *Graciela* e a de *Rolando* como os amantes culpados e preocupados em não magoar *Santiago*. Em Galeano, essa voz é percebida em dois aspectos: o temporal, que se manifesta nas transcrições do auto de fé da Inquisição – transcrições da *documentación auténtica de los tribunales del Santo Oficio de la Inquisición* (Palaversich, 1995) e o das personagens instaladas no tempo presente, no qual ocorre a maior parte de narrativa, ou seja, no século XX. Dessa polifonia decorre a intertextualidade nas cartas escritas por *Santiago* (*Primavera con una esquina rota*), e a narrativa em si mesma.

Outro ponto a considerar é a questão da violência. No livro de Benedetti ela é mencionada na maioria, das vezes, de forma implícita e com poucas referências diretas à violência física: (...) *además de aquello en que la desesperación incluye sufrimiento físico* (p.11); (...) *no puedo evitar la aprensión, la sensación o la mala intuición (...) de que acaso a esa misma hora lo estén torturando o se recuperando de una sesión de tortura (...) pero yo a veces me imagino que a Santiago le están aplicando la picana en los testículos (...) le están aplicando el submarino*” (idem). Não obstante essas breves indicações de violência física, se percebe que a violência maior não é essa, mas a que se esconde nas palavras, nas entrelinhas. A começar pela privação da liberdade da personagem *Santiago*, pelo distanciamento da família, pelo exílio geográfico, pela solidão e pela sensação de estar impotente para tomar as decisões em sua vida. Já em Galeano, observa-se que essa violência é explícita e

evidente; constata-se tal categoria nas descrições claras das sessões de tortura e das sensações físicas das vítimas. Na esfera psicológica, a violência se traduz pela condição sub humana em que vivem os presos quanto à desconstrução do “eu”; tal condição aparece também na vida miserável de *Ganapán* e *Buscavida*. Assim como em *Primavera con una esquina rota*, *La canción de nosotros* se transforma em uma crítica e denúncia muito forte da marginalização social, agravada pela ditadura militar.

No entanto, nota-se que existem algumas diferenças entre um livro e outro. A primeira delas refere-se aos nomes das personagens principais. Em *Primavera con una esquina rota* elas têm nomes próprios normalmente usados: *Santiago*, *Beatriz*, *Graciela*, *Rolando* e *Don Rafael*. Em *La canción de nosotros*, ao contrário, alguns nomes são substituídos pelos apelidos e nomes de guerra. O fato de o autor evitar nomeá-las dá-se pela falta de identidade reconhecida e aceita dentro do contexto social: o prisioneiro *Fierro*, que resiste “ferreamente” às sevícias e às torturas; os marginalizados, como *Buscavida*, um bufão cínico e sem escrúpulos que passará a vida procurando migalhas no lixo; *Ganapán*, o miserável negro que procura ganhar o pão honestamente, embora não consiga emprego fixo, mas apenas mascates. Essas personagens representam, simbolicamente, setores da sociedade uruguaia que se encontram deslocados em estado permanente.

A segunda diferença dá-se pela situação social das personagens. Em *Primavera con una esquina rota*, elas trabalham e participam do contexto, embora estejam no exílio, à exceção de *Santiago*. Em *La canción de nosotros*, isso não acontece. Todas as personagens encontram-se distanciadas da sociedade devido ao desemprego, ao exílio e à prisão. Galeano não as integra porque tudo o que acontece no livro é transitório, tudo se resume no ir e vir constantes, tanto no âmbito físico como no emocional. Não há lugar, no Uruguai daqueles anos, para as personagens de Galeano, e nisso se justifica a busca pela identidade.



Em *Primavera con una esquina rota* acontece o contrário: *Santiago*, ao sair da prisão, vai ao encontro da família no exílio, assumindo um lugar, o lar de adoção, uma confirmação e uma construção de outra identidade. O exílio representa para ele, então, a casa em que era esperado por longo tempo.

Considerando todos esses pontos, é evidente que a narrativa fragmentada é o reflexo da situação vivenciada pelos autores e por milhares de pessoas, cujas experiências traumáticas são denunciadas através da ficção. Mas também, nesse caso, fica difícil saber onde termina a realidade e onde começa a ficção. Levando-se em conta a proposta dos estudos comparatistas na América Latina, é possível que tanto uma quanto a outra se inscrevam no plano da realidade, pois a ficção é a representação de seu próprio tempo.

Benedetti e Galeano não se limitam a utilizar a realidade para contar as suas histórias. Em *Primavera con una esquina rota* o autor intercala trechos autobiográficos que relatam a sua vida de escritor nos inúmeros exílios que sofreu. A realidade interfere diretamente na narrativa, levando o leitor a voltar sempre à sua realidade social. O tempo remete a um passado muito recente e dá a impressão de que as ações da ficção e as experiências do autor ocorrem simultaneamente, como se esse, ao identificar-se com as personagens, quisesse aproximar-se delas e do leitor. Dessa forma, Benedetti interfere no texto em primeira pessoa:

*Más o menos a las 6 p.m. del viernes 22 de agosto de 1975, estaba leyendo, sin ninguna preocupación a la vista, en el apartamento que alquilaba en la calle Shell, de Miraflores, Lima, cuando abajo alguien tocó el timbre y preguntó por el señor Mario Orlando Benedetti. Eso ya me olió mal, pues el segundo nombre sólo figura en mi documentación y nadie entre amigos me llama así. (p.32)*

Isso não acontece com o restante da narrativa, na qual as personagens estão em terceira pessoa. Ao fazer uso diferenciado dos pronomes pessoais, o autor distingue a realidade da ficção.

Em *La canción de nosotros* Galeano não se apresenta diretamente ao leitor. Tal recurso é implícito na personagem *Mariano* quando se refere a Buenos Aires – mas sem citá-la diretamente – situada no outro lado do Rio da Prata: “*a la otra orilla*” (p.203); “*Al amanecer estábamos en la otra costa*” (p.210). No entanto, somente aquele leitor que tem conhecimento do exílio de Galeano é que pode inferir esta informação. Ao contrário de Benedetti, que deixa clara a sua participação na história, Galeano cria *Mariano*, apresentado em primeira pessoa, para dar mostras de sua presença no enredo.

No plano temporal, o passado remoto, situado entre os séculos XVI e XVIII coloca as ações punitivas da Inquisição Espanhola no mesmo patamar da violência aplicada aos presos políticos uruguaios da década de 70. O leitor transita entre um tempo e outro, obrigando-o a organizar-se na História. A intenção de estabelecer uma dicotomia temporal, por parte de Galeano, é diferente da de Benedetti. O primeiro não tem o mesmo empenho em aproximar-se do leitor, mas sim em fazer com que este perceba a permanente violência, por motivos políticos, e que esta é uma das marcas registradas da América Latina. Por outro lado, a condução da narrativa difere nas obras. Em Benedetti, a história desenrola-se linearmente, apesar das interferências do autor e da simultaneidade em relação ao exílio. Já em Galeano, tal recurso refere-se à violência infligida em épocas históricas diferentes. Nesse sentido, a narrativa de Galeano é mais fragmentada que a de Benedetti, mas ambas podem ser vistas como registro da impossibilidade do sujeito em constituir-se como tal, em razão do contexto histórico.

Em *Primavera con una esquina rota*, a personagem *Santiago* é vítima de encarceramento, de tortura e de banimento por ser um ativista político contrário ao regime militar imposto a seu país. Como ele, centenas de pessoas encontram-se na mesma situação de identificação com uma causa comum, em razão da realização de determinadas funções sociais ao longo de suas vidas. Dessa forma, constroem-se

naturalmente como indivíduos, até chegarem à fase adulta, onde cada um é senhor de si mesmo e de seus atos, assumindo a condição de sujeitos transformadores de seu meio.

Na teoria de Lacan sobre a imagem especular, constata-se que, se um indivíduo, cujos princípios estão comprometidos com a realidade social sendo punido por isso, é também porque, sobretudo, vê-se a si mesmo no outro, que é ao mesmo tempo diferente, mas também semelhante na situação social. Eu sou o outro, que não é eu. *Santiago* é penalizado, porque tal visão especular inscreve-se também na sua avaliação que resulta no ato de compartilhar com o outro as mesmas idéias e os mesmos infortúnios. O ato em si serve como o ponto de referência indispensável para a vida humana, previsto por Levi-Strauss mas que contradiz a proposição de Manuel Castells, cujo princípio é o da identidade inserida num contexto social marcado pelas relações de poder. *Santiago* seria, então, produto do Estado autoritário e arbitrário, cerceador da liberdade individual no qual desenvolveu-se uma identidade de resistência, com pouca ou nenhuma possibilidade do indivíduo vir a ser sujeito.

Por outro lado, a experiência singular da prisão leva-o a escrever cartas para a família, como se fosse uma ponte entre o cárcere e a liberdade. Trata-se de uma tentativa de preencher seus dias que também se completam com imagens da infância e da cidade de Montevideú: (...) *calle Soriano*; (...) *Solís*; (...) *calle Durazno*. (p.67) Manter a memória, tê-la sob domínio, é uma das formas de preservar a pessoa que foi um dia: (...) *y a partir de entonces soy yo quien dirijo mis recuerdos* (p.44) contrariando o ato de rememorar obrigatoriamente durante a tortura. Ele lembra o que deseja e no momento que quer.

As cartas estabelecem o equilíbrio entre o esquecimento do que ele foi e o que é agora. É o contraponto entre o passado e o presente. São elas que o mantêm em um nível de reconhecimento de seu eu e que o auxiliam na união dos pedaços de sua identidade e o reafirmam como

sujeito. Se, como afirma Lacan (1986), “o eu é referente ao outro (...) se constitui em relação ao outro, (...) o nível no qual o outro é vivido situa exatamente o nível no qual, literalmente, o eu existe para o sujeito” (p.63), então o ato de escrever para seus entes queridos revela uma busca de si mesmo neles, já que é através deles (que o reconhecem), que ele também se reconhece.

A experiência traumática o impele a recordar, através das imagens mentais, o ambiente urbano, os fatos passados, as emoções sentidas em determinados momentos de sua vida, mas que raramente se referem ao presente. A dimensão trágica do seu confinamento o leva a distanciar-se do momento atual, porque para isso seria necessário reconhecer-se por completo nesse outro que não é ele, mas somente um número entre centenas, sem nome e marcas pessoais. Nomear, é demarcar fronteiras entre o eu e o tu; é dar a alguém uma condição humana e facilitar que esse alguém estabeleça uma relação entre o nome e a auto-imagem, que se identifique. Um número que “identifica” um prisioneiro, no entanto, promove o efeito contrário, pois ocorre uma desidentificação pessoal, independente de sua vontade, mas que é prevista e proposital pela entidade que o mantém preso.

É nesse ponto que ocorre o reverso da imagem especular descrita por Lacan. *Santiago* não se vê refletido no prisioneiro, porque tal fato representaria o reconhecimento de sua atual condição e uma entrega total e permanente a isso. Entretanto, o distanciamento do presente não implica a inconsciência da realidade. Ele a reconhece, mas não se rende a ela. Assim, escreve para não esquecer e para auto-afirmar-se. E, novamente, então, surge a visão do espelho. Se antes esta visão era descartada como aceitação por representar uma condição transitória, agora a memória é o outro, cujo passado fazia parte do contexto e que atuava como sujeito histórico inscrito no processo exterior e descontínuo dos acontecimentos sociais que em um certo momento o interditarão e o silenciaram. Essa intermediação entre a realidade da personagem, a sua

memória e o mundo real do exílio vivido por sua família nada mais é que o ato de compartilhar as experiências e imagens comuns a todos seus entes queridos. Mas nada lhe garante que o *status* de sujeito sociológico, adquirido ao longo de sua vida, permaneça o mesmo. Se antes da prisão ele fazia parte do mundo exterior e interagia com todos os seus elementos, mais ou menos dentro do concebível e previsto, no momento atual, privado de liberdade, esse *status* modifica-se por conta da instabilidade das passagens sociais. O termo, usado por Hall, explica como *Santiago* passou da condição de sujeito sociológico para a condição de sujeito fragmentado: uma parte dele, como era antes, está nas cartas que escreve, a outra é o número tal, na cela tal, encerrado entre quatro paredes numa prisão, e a terceira é a de um outro *Santiago*, que terá de administrar a liberdade e uma nova vida no exílio. Compõe-se então, não de uma identidade estável, mas de várias identidades cujos processos são provisórios, variáveis e problemáticos. Nessas novas roupagens, a personagem buscará incorporar-se ao mundo real: “*lo que haré. Porque algún día podré hacer cosas. Algún día abandonaré este raro exilio y me reintegraré al mundo, ¿no?*” (p.65). Deleuze e Guattari já haviam estabelecido uma relação entre identidade e exílio interior como um processo de desterritorialização do indivíduo. Exilado de si mesmo, afastado de quem era antes, a personagem propõe-se a retomar a sua antiga vida de cidadão como um recurso de recuperação.

A proximidade de sua libertação leva-o a não pensar e nem a escrever mais sobre o passado. O presente representou um hiato entre o passado e o futuro: o presente não está presente, pois ele é inominável, traumático e por isso mesmo difícil de elaborar. Falar abertamente sobre a tortura, a dor e o desespero ainda é muito difícil. O narrar significa viver a mesma coisa duas vezes e, por isso, suas cartas evocam cenas e fatos anteriores, não deixando nenhuma margem à representação do ‘agora’ como um momento de um perigo (Seligmann-Silva, p.86). Às reminiscências do passado sucedem-se projeções entusiásticas do futuro:

*“Ahora pongo mi atención em temas concretos: trabajo, estudios, vida familiar, proyectos de diversa índole, (...) puedo hacer cualquier cosa”* (p.125).

No entanto, ao retornar à liberdade, dentro do avião que o conduziria ao exílio, onde encontraria a família, ele consegue referir-se aos companheiros de prisão. Fora dela, o não dizível toma forma, passa a existir e suplanta as imagens guardadas e silenciadas por longo tempo. O trauma deixa de ser a realidade vivida para ser uma forma de testemunho registrado para sempre na memória. As lembranças vêm aos borbotões, sem pontuações e sem maiúsculas:

*Qué sueño y sin embargo quiero recordar todas las caras de los míos allá/los que quedaron/aníbal no es un número esteban no es un número ruben no es un número/quisieron convertirnos en cosas pero los jodimos no nos cosificamos esteban hermano vos tenés aliento para rato/tendrás que ayudar a los desalentados/ah pero a vos quién te ayuda.(...) a andrés lograron arrastrarlo hasta la locura/quizá le pasó eso por demasiada fe en el hombre/todo lo sorprendía siempre pensaba hasta aquí llegaron y se acabó no pueden ser tan crueles pero sí eran/voy a convencerlos y empezaba a hablarles y le rompían la boca/demasiada inocencia por eso enloqueció* (p.165-166).

*(...)a veces tuve miedo, un miedo del que tenía que tragarme los aullidos* (p.176).

*(...) en total estuve incomunicado veinte días/de ahí o sea de la famosa isla se sale loco o se sale más fuerte/yo salí más fuerte* (p.177).

Comprova-se, nestas palavras, a afirmativa de Bermann, de acordo com a qual a reintegração do sujeito depende, entre outros fatores, de sua identidade social, pois é no momento em que *Santiago* toma consciência disso, que ocorre a reafirmação de sua identidade individual como cidadão. O distanciamento da prisão estimula o reconhecimento de si mesmo, embora não seja mais o mesmo: *“Soy el mismo y soy otro/y este otro es mejor, me gusta este otro en que me he convertido”* (p.173). É como se houvesse ocorrido uma subversão do ser, isto é, o que era e já

não é mais, mas sim outro. A primavera é vista como um símbolo, um elo entre todas as identidades. A permanência dessa imagem é o que lhe assegura a sobrevivência ao horror da prisão e ao exílio; ela revela que os múltiplos “eus” não foram derrotados totalmente.

Mas se a Santiago compete recomeçar, às demais personagens tal problemática se apresenta sob outra ótica. *D. Rafael* assumiu outra identidade no cotidiano do novo país. Foi quem soube lidar com as tensões geradas pela separação, do não mais “eu” para outro “eu”. Ao invés de opor resistência ao desconhecido, assume não só esse ser distinto do anterior, mas a sua condição de exilado. É quem mantém o equilíbrio entre a dissociação, a separação e a melancolia da solidão de quem é estranho até a si mesmo. Consciente de que nada é permanente na construção permanente do ser, na qual ocorre a cisão do eu para o outro, ele permanecerá tal qual porto seguro para as contradições de Graciela e para o filho, agora tão estrangeiro quanto ele. Nele, a questão do exílio se resolve através da adaptação, sem que se aculture por completo, mantendo uma boa dose de tolerância ao outro que é o nativo do país que o acolheu. Ao aceitar o exílio, aceita-se a si na nova identidade, apossando-se , inclusive do local do exílio:

*Lo esencial es adaptarse.(...) mi exilio es mío(...) lo convertí en mío (...) yo diría que hay que empezar a apoderarse de las calles. De las esquinas. Del cielo. De los cafés. (...) cuando uno llega a percibir que una calle no le es extranjera, sólo entonces la calle deja de mirarlo a uno como a un extraño (p.17).*

Mas, mesmo com a sabedoria e a tolerância dos mais velhos, *D. Rafael* padece, às vezes, da dúvida de não saber quem é, afinal: “¿Soy extranjero?(...)sigo puteando tal y como lo hacía en mi tierra” (p.140). Em tal pergunta inscreve-se a dúvida da identidade, resultado do conflito que se instala: “*Pero también cabe la posibilidad de que el verdadero Rafael Aguirre sea éste, (...) y que en cambio el otro Rafael Aguirre (...) sea en realidad una máscara del otro*” (p.143). Benedetti lhe concede a

esperança de uma nova vida por meio do trabalho e ao lado da nova mulher, Lidia, no país do exílio:

*Nadie puede ni quiere quitarse sus nostalgias, pero el exilio no debe convertirse en frustración. Vincularse y trabajar con la gente del país, como si fuera nuestra propia gente, es la mejor forma de sentirnos útiles y no hay mejor antídoto contra la frustración que esa sensación de utilidad. Vincularse con la gente del país. Bueno, yo me vinculé con Lidia. (...) Tal vez me vinculé con un país llamado Lidia (p.143-144).*

Segundo Castells, o sujeito (o ator social) redimensiona as suas antigas identidades, caso haja a necessidade de mudanças. Portanto, a tentativa de refazer sua vida insere *D. Rafael* nessa teoria. Não obstante a busca por nova existência ao lado de outra mulher, a personagem não abre mão totalmente de sua antiga identidade, pois, ao encontrar-se com seus compatriotas que estão no exílio, como ele, reforça a condição anterior. É somente com eles, na identificação simultânea de si mesmos como uruguaios, na afirmação dessa nacionalidade, que se reconhecem mutuamente no infortúnio do exílio. É como se houvesse várias identidades em cada um, transitórias, instáveis na permanência do estrangeiro: *“No obstante me sigo viendo con los compatriotas. Hay multitud de temas que solo puedo hablar con ellos, quiero decir hablarlos con plenitud, con conocimiento de causa”* (p.144).

*La canción de nosotros* trata de personagens que também estão envolvidas com a questão política do Uruguai naqueles anos. É incontestável a semelhança temática que serve como pano de fundo para ambos os livros, embora se reconheça que o tema está invertido, isto é, o pretexto não é a ditadura, mas sim as personagens, porque a intenção dos dois autores é realizar *“una novela denunciatoria”*. Então, o que interessa, na realidade, é o meio sócio-político. As personagens são meros atores que são revestidos de importância à medida que o contexto assim o exige.



Em relação à identidade, verifica-se que se em *Primavera con una esquina rota* ela tem como pretexto a questão política e a tortura, em *La canción de nosotros*, além desses motivos, ela se manifesta por meio da questão econômica. Galeano não se limita ao âmbito político, mas sim, em decorrência dele, aborda a miséria e o abandono social a que estão submetidos não apenas o Uruguai, mas todos os países da América Latina. Ou seja, a identidade é tão pouco reconhecida que ninguém vale nada, somos um povo supostamente sem identidade. Em Benedetti, as personagens são pessoas intelectualizadas: jornalistas, e professores; em Galeano, são pessoas miseráveis que vivem à margem da sociedade e que não são reconhecidas como cidadãos. Além dessa distinção entre as personagens, o ponto de partida para uma nova construção do eu no livro de Benedetti é a prisão e o exílio. Já em Galeano a zona portuária de Montevideu é o ponto identitário de todas as personagens. É de lá que vislumbram a cidade à qual só conseguem aceder na condição de marginalizados. São estrangeiros dentro do próprio país. É a partir do porto que a história começa. Lugar de partida e lugar de chegada. Eterno movimento do nada para o nada. Constante exílio. No reconhecimento do espaço geográfico que o acolhe, Mariano também reconhece a si mesmo, sabe quem é: *¿“Por qué regresa uno? ¿Por la revolución?(...) esta ciudad, ¿no supo ser un fraternal campamento sin fronteras? ¿No es acaso nuestra impresión digital, nuestra tan de veras señal de identidad, y al mismo tiempo nuestra podrida jaula?”* (p.17).

O disfarce (o perigo ainda existe) não lhe agrada, embora seja necessário. Para ele, continua sendo um uruguaio com nome e tudo o mais que isto significa. O exílio não o impediu de continuar sendo o que era e de agir em prol de uma causa justa. Voltou sendo quem era: *Mariano*. Um nome, um passado. Um sinal muito forte de si mesmo de que a tortura não surtiu o efeito esperado, nem destruiu seus valores e nem suas convicções. No seu caso, a conceituação positiva que faz de si mesmo reforça a auto-imagem e afeta diretamente o compromisso que

tem consigo e com seu ideal. A volta a Montevideu foi um retorno para o passado, para *Clara*, sua namorada, para o mesmo, para o conhecido. Mas é para esse mesmo, sua cidade, que retorna como exilado e assume uma nova identidade, passando a ser mais um na multidão de desconhecidos; está prestes a tornar-se o caminhante errante; o que teve interdidas as relações com o outro, impossibilitado de criar laços que o identifiquem com os demais. A realidade entra em conflito com a imagem que *Mariano* ainda tem de si.

O exílio apresenta-se de forma diferente em Benedetti e em Galeano embora a condição de prisioneiro seja igual em ambas as obras. O que diferencia um do outro é que, em Benedetti, a personagem sai da prisão e vai para outro país tentar uma nova vida e assumir uma nova identidade, além de poder continuar a viver ao lado de seus entes queridos. Em Galeano, a personagem é vítima e refém de uma condição econômica e política. *Mariano* ao fugir para Buenos Aires, exilou-se voluntariamente, tomando para si o controle de sua liberdade. Quando a ditadura se faz mais presente também na Argentina, ele retorna à Montevideu, acreditando que o perigo maior tenha passado. No entanto, a experiência da estrangeiridade no próprio país lhe é imputada pela condição de fugitivo e de marginalizado que se delineia ao voltar clandestinamente. Até que a tormenta passe, *Mariano* será o exilado de dentro, vivendo em estado marginal, tal qual os mendigos *Buscavida* e *Ganapán*.

As semelhanças entre um livro e outro são evidentes. Uma delas é a que se refere às descrições feitas pelas personagens dos espaços físicos significativos indicam uma busca por uma identificação com os mesmos. No livro de Galeano, o porto de Montevideu é a referência identitária que *Mariano* levou consigo ao exilar-se: “*Mariano sabe que el café del griego no existe más. Pero existir, existió (...) fue de vidrio y de madera y en las madrugadas neblinosas se detenían, a sus puertas, las lanchas remolcadoras y los barquitos pesqueros*” (p.18). Do mesmo modo, igual a *Santiago*, *Mariano* tinha na imagem feminina, o seu elo de ligação com a

realidade do mundo externo à prisão. Em Benedetti, são as cartas à mulher amada que estabelecem esse elo. Em Galeano, apenas a memória e a força das lembranças referentes à Clara é que fazem o contraponto entre o inferno da prisão e a liberdade: “*Si se pudiera decirte que en la prisión vos eras la única libertad que ellos no podían arrancarme*” (p.40); “(...) *Había pensado mucho en vos estando preso*” (p.205).

É como se, ao recordar, ele mantivesse o controle da situação, adquirindo esse ato uma afirmação de seu eu. Tal qual *Graciela, Clara* representa o objeto amado. Tanto em *Santiago* em relação à *Graciela* como em *Mariano* em relação à *Clara*, o ideal do eu é referendado nas mulheres. O amor por elas, que na verdade vem a ser o amor por si mesmos, segundo a lógica freudiana, revista por Lacan através da imagem especular, representa a sua tábua de salvação. Relembrando, permanece o mesmo. Mas essa permanência do mesmo no sujeito como uma entidade estável de antemão encontra-se ameaçada pela imposição de uma autoridade revestida de pleno poder. Mariano, antes de ser preso, já reconhecia esta ameaça:

*Enanos con abanico rodean el Poder; lo flanquean los jinetes enmascarados del Escuadrón de la Muerte. El Poder es capaz de todos los crímenes, (...) Devora héroes y caga locos.(...)El Poder inaugura cárceles el día primero de cada mes (p.31). (...) Cada esquina era una trampa.(...) sentia que había un ejército pisándome los talones; desconfiaba de mi sombra. (...) la gente(...) estaba toda escondida, presa, muerta o desterrada. Nadie sabía nada.(...) ya entonces era la nuestra una república del silencio (p.141).*

Tal reconhecimento pode ser visto como um prelúdio de um devir incerto que interfere diretamente na identidade atual. *Mariano* não foi mais o mesmo ao tomar consciência do perigo. Como animal acuado, seus sentidos tornaram-se mais alertas. Reconhecer-se no outro significava desconfiança, prisão eminente. A relação desta mudança identitária com a teoria de Stuart Hall pode ser claramente percebida pelas sucessões de

identidades diferentes em momentos também diferentes pelas quais o sujeito passa. No caso de *Mariano*, percebe-se uma construção social em estado desfavorável, pois está prestes a ser preso pela máquina, portanto, passando à condição de prisioneiro. O fato influenciará diretamente no âmago de seu ser, não apenas pela perda da liberdade, mas pelo sofrimento das torturas.

No confronto com a violência física, quando o corpo está submetido às mais atrozes dores, a identidade, já abalada pelo contexto externo, tende a fragmentar-se e muitas vezes a desaparecer por completo. O sujeito, até então social, passa para a condição de indivíduo desestabilizado, descaracterizado. Encerra-se o ciclo do desempenho do papel social positivo para assumir uma identidade que é dinâmica, mas negativa. O termo “dinâmico” é entendido aqui como retrocesso, movimento inconstante “de alguém que perdeu seu mundo” (Strauss, p.56).

Em *La canción de nosotros*, a tortura não está implícita como em *Primavera con una esquina rota*. Ao contrário, ela é referendada na voz de várias personagens. No que toca a *Mariano*, percebe-se o quanto as palavras de Bermann condizem com a situação. A personagem constata a experiência limite da degradação de seu próprio corpo, de estar subjugado ao poder, personalizado nas mãos do torturador, e sentir-se desmantelado fisicamente, estar ao completo desamparo e isolado até mesmo de quem lhe imputa sofrimento. Não é à toa que o prisioneiro é encapuzado ou vendado. Este ato reveste-se de toda a lógica do espelho lacaniano: se o torturado vê o outro, esse outro pode reconhecê-lo como o mesmo, o si; a troca de olhares favorece a identificação como ser humano. Assim, o capuz e a venda têm a dupla função de proteger o carrasco do olhar do outro e de proteger-se de um provável reconhecimento físico, caso um dia o preso fosse libertado, o que não era muito comum naquela época:

*Después empezaron los interrogatorios. Me preguntaban sobre Fierro. Me mandaron a la máquina. Uno se siente muy náufrago, Clara, muy completamente solo sobre todo cuando uno queda desnudo. Porque ellos están vestidos, ¿no? Mientras a uno le queda el calzoncillo puesto, uno es más dueño de si mismo. Y además ellos pueden verlo a uno, pero uno está encapuchado.(...) Está todo organizado para que te desmorones antes que empiece el dolor (p.143).*

O corpo sempre será a marca de identidade de cada ser humano. Receptáculo de nossas emoções e sentidos, é a ele que nos voltamos a cada fração de segundo de nossas vidas. Nos reconhecemos em nós mesmos. Quando este corpo é aviltado, violado, nos desterritorializamos de nosso corpo para emigrar a um estado infinito da dor. A tortura física causa este efeito, o da desorganização do sujeito consigo mesmo e com o mundo. Apossar-se do outro através do seu corpo, da sua história por meio do sofrimento físico, é apagar suas marcas pessoais e delimitar espaços mentais nos quais se destaquem apenas as informações que interessem ao torturador.

Resistir a isso implica em mais dor e demonstra que o preso ainda é dono de si que continua um eu. Em *Mariano* esta resistência revela a sua capacidade de lidar com o momento crucial. Mais do que qualquer coisa, resistir ao desmonte de si mesmo, reagir positivamente, é algo significativo para o sujeito. É assumir o controle de uma situação que lhe é totalmente adversa; significa interferir nos próprios conceitos que tem de si mesmo. *Mariano*, ao reagir à tortura, distancia-se de seu corpo, é um outro que lhe possibilita elaborar esse novo olhar:

*por una especie de distancia que se abre entre uno y otro, y es esa distancia la que te tranquiliza y te hace resistir. Yo no podía ver-los a ellos, pero me miraba a mí mismo desde afuera, era mi propio espectador, y razonaba y sacaba conclusiones entre paliza y paliza (p.144). (...) uno puede dominarse y uno está salvado mientras es capaz de dominarse (...)¿ ya no soy mi dueño? ¿Estoy dejando de ser mi propio dueño? ¿quién es el dueño de mí? Es la máquina (...). Eso es peor que cualquier dolor y más triste que la muerte. La muerte es el último cartucho y el que muere pierde (p.146).*

A personagem *Fierro* apresenta-se sob um nome significativo. Talvez *Mariano* devesse chamar-se *Fierro*, pois foi quem sobreviveu, mas esta sobrevivência teve um preço muito alto já que ele “rebaixou-se” socialmente; saiu do país como fugitivo e voltou do mesmo modo. Até o fim da ditadura, deverá conviver com o disfarce e com o estigma de fugitivo. Assume outra posição na camada social, muda de identidade. *Fierro*, ao contrário, morre com essa identificação, mantendo o vínculo que ele tem com o apelido. Provavelmente este não seja o verdadeiro nome da personagem, mas o autor, propositadamente, coloca-lhe o apelido, que remete à resistência e à convicção e que assume a importância de um nome. *Fierro* incorpora o vínculo que existe entre um nome e a auto-imagem de quem o porta. Na história de Galeano, o nome representa a resistência ao sistema. A degradação física e moral a que foi submetido não interfere nessa auto-imagem: “*Yo soy yo*”, “(...) *Me pertenezco*”, “(...) *soy fuerte*”, “*somos*” (p.97-98), numa clara alusão ao próprio nome e à identificação com os outros.

Ao longo das sessões de tortura e após estas, *Fierro* reflete a respeito de sua vida. O recurso do autor é o mesmo utilizado por Benedetti. A memória tem papel significativo para a manutenção da identidade. Assim, a personagem recorre às imagens vividas na infância e durante sua adolescência: “*La memoria era una fuente de bravura* (p.98)”. “*Me recuerdo, soy invulnerable*”. “(...) *El trapo negro le aplastaba los ojos y lo asfixiaba, pero no le impedía ver caras y comarcas que se ofrecían desde los años idos, ni respirar aires de otros tiempos. Recordar, fuga fugaz, no salvaba; pero ayudaba*” (p.100). Durante o processo de rememoração, *Fierro* reconstrói sua vida até o presente e percebe que desde sempre teve motivos para lutar contra o sistema. Essa constatação dá-se pelas lembranças de sua infância, quando seu pai lutava para manter a família com os poucos recursos extraídos da terra alugada dos latifundiários: “*Vienen cruzando por el campo vecino, los caballos, a galope tendido y rodean la casa. El caballo del jefe se para en dos patas.*”

*Un golpe de culata en contra la cabeza de mi padre. Mi hermano mayor rueda de un empujón. Yo me escapo (p.96)”. A justificativa para seu modo de viver transparece também na opinião que *Mariano* constrói a respeito do companheiro de militância:*

*Yo sabía que había tenido una infancia muy jodida.(...)Un buen día él mismo descubrió quién era. Supo de golpe, como en una revelación, para qué había aprendido todo lo que sabía y a quiénes iba a entregar todo lo que fuere capaz de dar en el tiempo de vida que pudiera vivir. (...) Fue el día en que lo echaron del empleo (...) y la noche en que decidió dejar de estudiar porque descubrió que el Derecho no existía (...). El Derecho era el derecho de muchos hombres a hacerse puré bajo la suela de pocos. Mandó a la mierda y se dedicó a organizar la rabia (p.80-81).*

*Fierro*, como centenas de uruguaios daquela época, assumiu uma posição que não deixava dúvidas quanto ao seu comprometimento com a causa, e por ela estava disposto a morrer. A teoria de Strauss (1999) aplica-se neste caso, já que o compromisso relaciona-se com o sacrifício, sendo este possível transformar-se em auto-sacrifício, levando o sujeito a imolar-se através da morte. Em *Fierro* tal teoria adquire sentido na medida em que a personagem, após refletir sobre quem era, decide, por fim, entregar-se à morte, num ato extremo de retomar o seu eu. Como já se viu, o propósito da tortura não é apenas demonstrar que se tem controle físico sobre o outro, mas também se busca a destruição da identidade. *Fierro* tem consciência de tal intenção, e o fato de permanecer convicto em seus princípios o impede de entregar-se totalmente nas primeiras sessões. No entanto, ao reconhecer que, embora morto, é ele, ainda quem manterá o domínio sobre si, decide não resistir mais e deixa-se morrer:

*Lentamente iba reconociendo su cuerpo, el territorio bombardeado que todavía era suyo (p.109). (...) ¿Cuánta será la cantidad de dolor reservada para mí? ¿Y todo por quién? ¿Por los otros? ¿(...) puede uno sentirse abrazado por la multitud? Sí puede sí puede. Podés.*

*Pudiste. Te ocurrió. (...)Por eso: por todo. La revolución. (...) pagar el precio. ¿No era lo que pedías?¿No era lo que querías?La larga noche de los años. Vos. Yo. Nosotros.¿No quisiste hablar con la voz de los que no tienen voz?¿Pelear del lado de los que no tienen armas? (...) soy más fuerte que mi dolor. (...) Somos más fuertes. Nosotros. Nosotros somos. Yo. Dispuesto a pagar el precio. Aquí estoy y sabemos porqué morimos. Ellos no saben por qué matan. Pobrecitos hijos de puta. Estoy dispuesto a sufrir. Voy a sufrir con salvaje alegría. No soy mi dolor. Soy otro...¿(...) quién soy? (...)¿quién era yo?(...) soy fuerte porque siento asco. Soy fuerte porque siento odio. (p.112-113)*

Note-se que a narrativa desenvolve-se nesse ponto em duas pessoas. Há o desdobramemnto da personagem. *Fierro* distancia-se de si mesmo para analisar-se, mas também para resistir. Em não sendo ele próprio (*yo*), distingue ao outro (*tú, vos*)<sup>24</sup> para arcar com todo o sofrimento. No entanto, a duplicidade não o exime (nem ele o quer) da responsabilidade dos fatos. Apesar de tudo, *Fierro* (*yo, nosotros*) é quem permanece convicto de seus princípios. O pronome *nosotros* remete à identificação com uma causa comum, à unidade de ação e de pensamento e à resistência. Castells (2000) alude a essa identidade como um fenômeno resultante de uma construção social. *Nosotros* para *Fierro*, naquele momento crucial, era o povo uruguaio, que estava sob o jugo da ditadura e pelo qual ele se imolava.

A morte, para ele, não seria uma derrota. Ao contrário. Deixa-se morrer, não resistir mais, querer morrer, significava que ainda estava no controle da situação. *Fierro* sabia que a causa pela qual ele lutou não se extinguiria com sua morte e que o sacrifício valeria a pena. Renunciando ao corpo, não renuncia às suas identidades. Atirado o seu cadáver em um monte de lixo às margens do Rio da Prata, *Fierro*, sem nenhuma identificação formal, ainda consegue o reconhecimento de seu empenho através de *Ganapán*, que o encontra e lhe dá uma sepultura decente. O

---

<sup>24</sup> Em alguns países da América Hispânica, entre eles o Uruguai, utiliza-se o pronome pessoal de 2ª pessoa do singular *vos* em substituição ao *tú* cujo emprego é característico da Espanha. Do ponto de vista lingüístico, essa variante também pode ser considerada uma marca identitária da América Latina.



corpo destroçado, queimado, aviltado, é reconhecido pelo mendigo (que nunca o tinha visto antes) como um preso político que sonhava com um Uruguai mais justo. Ao solidarizar-se com o morto, *Ganapán* identifica-se com ele, pois ambos foram marginalizados pela *máquina*. Portanto, justifica-se, mais uma vez, o emprego da palavra *nosotros* :

*Le vio el pie y adivinó el resto (...) se aproximó, persignándose. Vio el cuerpo desnudo y desbaratado, el lívido pellejo y los manchones morados de golpe y quemaduras. Vio el misterioso fueguito invulnerable todavía brotando de alguna parte y todavía imponiéndose. El cuerpo no había empezado a descomponerse. A este pobre hombre lo han matado varias veces, pensó. Está pidiendo tierra, pensó. Y paz. Y otra cosa más está exigiendo o advirtiéndolo. (p.123-124-125)*

*Ganapán*, por sua vez, representa duplamente o exilado. Primeiro, porque é paupérrimo e seu espaço identificador é a zona portuária de Montevideu e seus arredores. Segundo, porque é negro: “*Negro lumpen, desgraciado.*” (p.74). E ser negro no Uruguai significa ser minoria desfavorecida. Juntamente com os índios, os negros foram dizimados no Uruguai, entre os séculos XVIII e XIX, por conta de lutas interinas entre facções políticas locais e de confrontos com outros países.

Afora a literatura da Afro-América, que, freqüentemente, trata de temas sobre o negro, os países hispano-americanos não têm uma tradição neste sentido. Mas Galeano destoa de tal omissão. Em geral, em seus livros há sempre indígenas das épocas pré-colombianas e negros. Em *La canción de nosotros* dos marginalizados essa voz se faz ouvir ao longo da história. Juntamente com *Buscavida*, *Ganapán* não pode ter outra identidade senão a de um mendigo no Uruguai branco. O estigma da cor e a condição econômica se reforçam nesse contexto, que os marginaliza e os estrangeiriza.

Nesse sentido, a condição social das personagens caracteriza-se também pelo emprego de interrogativos que distinguem socialmente uns dos outros. *Mariano* e *Fierro* se perguntam: “*¿Quién soy yo?*”, numa clara

alusão à sua condição de seres humanos. No entanto, em *Ganapán* e *Buscavida*, a referência não ocorre em direção a um ser, mas sim a uma coisa, a um objeto, a algo sem valor: “(...)¿ qué somos?” (p.25); “(...)¿ qué soy yo?” (p.135). Assim, a questão do não eu, de não ter identidade se esclarece pelo contraponto entre os pronomes interrogativos.

O estatuto de subordinação a um sistema que os desconhece como seres humanos acarreta no exílio involuntário a que estão submetidos os dois mendigos. Em *Ganapán* a consciência do isolamento é muito presente, pois faz dele um andarilho sem rumo no próprio país. Ele é o nômade de dentro, que se desloca entre vários pontos e sem destino certo cuja existência é dificultada pelo fato de ser negro: “Y yo caminé y seguí caminando. Siempre apuradas mis piernas como si tuvieran algún lugar adonde ir o buscando algún lugar que sea mi lugar y no encontrando. Caminé sin bajar los brazos, mundo arriba y mundo abajo, caminante, viviente, sobreviviente, con la desgracia haciéndome sombra” (p.138).

Mais adiante, *Ganapán* refere-se à origem de sua descendência real provinda da África, reforçando cada vez mais a sua estranheiridade:

*Para mí que la propia entrada mía en el mundo ya estuvo equivocada. Los antepasados míos eran príncipes guerreros del África, de ahí de la frontera del desierto y la selva. (...) Se ve que ya el nacimiento mío fue un error y que no estaba para venir acá. No soy el que soy y no me encuentro.*

*(...) Yo sé que éste no es mi lugar. Aquí estoy pero no estoy. (...)¿ Encontraré mi lugarcito? (p.139-140).*

Com efeito, *Ganapán* não reconhece a cidade como sua. O *status* de marginalizado não permite que se inclua num mundo que é de outra cor e de outras raças<sup>25</sup>. Por outro lado, a referência às suas origens representa o último recurso que ele lança mão no sentido de ter, pelo

---

<sup>25</sup> Durante o século XIX intensificou-se a emigração europeia em direção ao Uruguai, formada por núcleos de italianos, franceses, alemães, espanhóis, etc.

menos, uma identidade social legitimada. Mas, na verdade, como esta é uma identidade distante que não o consola, *Ganapán* recorre ao seu próprio nome, como se este fosse a última coisa que tinha de seu ao alcance da comprovação: “*Mi nombre es Ganapán y soy muy tigre*” (p.140). A palavra *tigre* encerra dois significados essenciais para o contexto: o primeiro deles relaciona-se à ferocidade, à luta constante e à capacidade de sobreviver em ambiente hostil. No segundo inscreve-se o conceito de latino-americano. O emprego da palavra na literatura hispano-americana é freqüente: Borges, Cortázar, Neruda, Roa Bastos e o próprio Galeano (em outros livros) a utilizaram como elemento simbólico e marca identitária da América Latina, justamente pelos significados citados acima.

Na impossibilidade de atribuir à sua personagem uma posição digna dentro da história, Galeano confere-lhe uma identidade social longínqua (África), expressa em uma das raças que compõem a América Latina e cuja contribuição cultural acentua as diferenças, mas permite constantes construções. *La canción de nosotros* é sobretudo, uma aglutinação de identidades sociais marginalizadas que se refazem a todo momento dentro de um cenário formado pelo porto de Montevideu, pela prisão *Libertad* e pelo casebre de *Ganapán*. Mas outra interpretação é possível a respeito da dicotomia entre as classes sociais; quem está à margem não são as personagens analisadas, mas sim os outros; os que não se verbalizam, mas sobre as quais o leitor pressente suas ações; as percebe: são as que se encontram ao lado da *máquina* e do poder. Assim, Galeano as refuta e as coloca à margem para dar voz a uma outra classe da sociedade uruguaia, que nunca teve a oportunidade de agir e de manifestar-se abertamente. Para o autor, os sujeitos que compõem essa classe são os legítimos latino-americanos.

## REFLEXÕES FINAIS

Assim como as identidades são fruto do rompimento do círculo de certezas, este final não é conclusivo e nem definitivo. Por ora, lança-se um derradeiro olhar para as fronteiras transpostas ao longo desse trabalho.

As considerações traçadas dão conta do conflito que existe nas chamadas literaturas de países emergentes, porque, segundo Pizarro, as identidades encontram-se em constantes processos de construção. Como a Literatura Comparada ultrapassa fronteiras lingüísticas e culturais, tal movimento é exemplar para a discussão das identidades. Essa, enfim é uma de suas contribuições mais significativas para a América Latina, pois sua prática facilita o estudo das literaturas resultantes de processos históricos conflitivos.

Buscou-se estabelecer um diálogo interdisciplinar entre diferentes áreas do pensamento humano, em que a Literatura Comparada, a Psicanálise e a Sociologia atuassem como interlocutores que desconstruíssem paradigmas fundados pelos moldes europeus. Dessa forma, foi possível o estudo de duas obras uruguaias, em sua língua original, valendo-se das reflexões referentes à instabilidade das identidades. O que une e identifica as personagens de Benedetti e de Galeano? Precisamente o fato das mesmas terem a consciência e o conhecimento *in locus* da hostilidade natural do ser humano e sua relação com a busca da felicidade sustentada pelo princípio do prazer e pelo instinto de morte. Elas encontram-se em choque permanente com essa hostilidade e o estado de felicidade, porquanto não existe e nunca existiu dentro da realidade latino-americana uma condição ideal de bem-estar. Segundo Freud, a realização do prazer é algo insustentável pelo fato de o

homem ser um ente social. Mas, por outro lado, ele também é anti-social, já que não consegue conciliar a busca pelo prazer com o instinto de morte. Tal desarmonia entre esses dois fenômenos evidencia-se nas histórias analisadas, pois cada uma das personagens estabelece suas próprias normas e os meios para atingir o bem-estar.

As narrativas dão conta de um sistema sócio-histórico que visa, embora de forma diferente, o bem comum. As pessoas que o compõem acreditam estar agindo corretamente. No outro lado encontra-se a maioria de uma população que não está de acordo com os métodos e nem com a ideologia posta em prática. Assim, ao refutar o sistema, também elas procuram uma outra variante do princípio do prazer, mas que acaba resultando no conflito político-social. Tanto em *Primavera con una esquina rota* como em *La canción de nosotros* tem-se as duas faces de uma mesma moeda: a felicidade social e individual prevista pelo Poder e os indivíduos que o contrariam; em ambas caracteriza-se a ambivalência da situação, pois se um indivíduo encontra-se à mercê de outro indivíduo cuja felicidade é a causa de sofrimento alheio, então esta é uma questão dúbia e de difícil compreensão.

Do ponto de vista identitário, esta ambivalência impede a realização da identificação plena, já que as pessoas envolvidas nas tramas são a causa e o objeto de sofrimento. Embora em nenhum momento os dois autores tenham esclarecido quem sejam os torturadores, supõe-se que sejam pessoas dotadas do distanciamento necessário para pôr em prática suas ações, isto é, que não tenham a mínima identificação ideológica com a vítima. O que leva a concluir a respeito da fruição do prazer, decorrente de atos violentos, que eles refutam a lei bíblica cujo objetivo é estabelecer no homem a medida ideal possível de convivência humana: amar ao próximo como a si mesmo. Tal medida exige de todos um esforço muito grande que nem sempre dá resultados positivos, posto que o grau de amor que cada um tem por si próprio impede que se realize essa identificação. Da mesma forma, o algoz põe em prática uma

agressividade que lhe é natural por fazer parte da espécie humana. A ação violenta pode voltar-se contra ele mesmo, mas, nesse caso, é desviada para o outro.

Dentro dessa visão pessimista, *Santiago, Mariano, Fierro e Ganapán* são vítimas de um mesmo sistema que permitiu, por longo tempo, uma violência institucionalizada que visava o desmonte de cada indivíduo e a destituição de suas identidades.

Entretanto, o pensamento de Freud torna-se, em parte, invalidado, pois as narrativas contradizem a sua lógica pela qual nem a ética alcança totalmente os seus objetivos e nem o sofrimento e o instinto de morte manifestos pela agressividade são capazes de suplantar a esperança. Para os autores, *primavera* e *canción* são significados positivos, porque, no fim de tudo, trazem no seu âmago a beleza, a vida, o outro e, sobretudo, a força para opor-se ao mal em si.

Diante de tais reflexões, é possível traçar algumas conclusões a respeito da identidade no contexto uruguaio e, conseqüentemente, latino-americano, partindo da idéia de que os dois livros analisados revelam marcas dos autores, pois estes usam fatos históricos e realidades vividas por eles, portanto, as obras têm caráter autobiográfico e são fruto de pessoas que, conscientes de sua função como escritores, colocam a ética e o compromisso a serviço dos demais. Para Benedetti e Galeano, a literatura é mais que entretenimento, já que tem caráter inibidor do instinto de morte. Assim, para além do mal, a felicidade é sempre possível e nela se inscreve a identidade de cada um.

Constatou-se que nos livros analisados, as personagens protagonizam representações conflituosas de um sistema sociopolítico que visa o bem-estar geral, mas que não escolhe os meios adequados para a realização do mesmo.

De Freud para cá, o conceito de identidade vem mudando de status. De fenômeno estável e definido, transformou-se em algo complexo, dependente de mecanismos identificadores também instáveis. Da

continuidade e da linearidade eriksoniana até o confronto com o real, nem sempre agradável, produzido pelas imagens especulares de Lacan, a identidade deixa de ser uma certeza para tornar-se uma incógnita, cujos dados constitutivos do sujeito são tão transitórios quanto os dados que compõem a pós-modernidade. Em termos de América Latina, essa conclusão tem sentido por causa do fenômeno social do exílio, cuja ação interfere na manutenção e na transformação de identidades.

Tal efeito é visível nas personagens, porquanto todas elas são obrigadas a administrar novas formas de viver e de ser, já que a realidade não condiz com seus imaginários. *Santiago, D. Rafael, Mariano, Fierro e Ganapán* procuram resistir ao desmonte de si mesmos, rememorando fatos, lugares e pessoas que os mantivessem ainda com suas identidades primárias, produtoras de sentido. O contraste ocorre porque, entre o que eram e o que são, não há nenhuma chance de intermediação entre as imagens pessoais edificadas anteriormente e as que são levados a construir no atual momento.

Por outro lado, o fato de resistirem e lutarem, cada um à sua maneira, demonstra que, apesar da hostilidade, o processo desidentificador não foi tão eficaz. A resistência à violência deixa claro que todos mantêm marcas identitárias muito fortes como as que indicam uma identidade social comum a todos, ao suportarem as pressões impostas pelo sistema. Nesse processo, elas vivem papéis sociais significativos tanto para elas como para os demais, percebendo-se o princípio do amor ao próximo e, por conseguinte, da identificação com este. Ao tomarem para si a responsabilidade de resistir ao poder, que impõe uma identidade legitimadora e estática, as personagens assumem, por sua vez, a identidade de resistência e transitória. Estão prestes a desempenhar outro papel social, a identidade de projeto, cujo enfoque não é a mobilidade, mas sim, a necessidade de transformação. Ao longo de suas existências, esses atores sociais praticam a errância, a assimilação e as mudanças de categorias.

Nesses termos, observa-se que as personagens de Benedetti e Galeano são o resultado de uma sociedade narcísica na qual deparam-se com desconstruções do eu, negam-se a si mesmas a cada instante, pois o ego está em constante confronto com a realidade, obrigando-as a desterritorializarem-se e a buscarem continuamente no outro o reconhecimento de si. Para elas, não existe a homogeneização. A alteridade individual e social é uma constante, e os processos identitários não são apenas individualizados, mas compartilhados, destacando a luta entre a permanência e a desordem do eu como sujeito social.

Esta, enfim, é a marca do homem latino-americano transposta para as histórias de Benedetti e de Galeano. A crise da identidade se deve à sua percepção de que não houve nenhuma trégua desde Colombo até a contemporaneidade, entre a condição de subdesenvolvido e a impotência imposta pelo Estado que impede o sujeito de agir segundo sua ética. Ao verbalizar a violência instituída, os autores ora rebaixam, ora elevam seus protagonistas, numa representação simbólica de uma sociedade fragmentada e desordenada que os leva a renovar o pacto com o desconhecido, resultante da incerteza em relação ao futuro no exílio.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. *Mínima moralía*. Tradução de Luiz Eduardo Bicca. São Paulo: Editora Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. *Educación para la emancipación*. Traducción de Jacobo Muñoz, Madrid: Ediciones Morata, 1998.

\_\_\_\_\_. *La ideología como lenguaje*. Madrid: Taurus, 1982.

\_\_\_\_\_. *Dialéctica negativa*. Madrid: Taurus, 1984.

ARENDT, Hanna. *Da violência*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

\_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

ASTORI, Danilo et alii. *El Uruguay de la dictadura, (1973-1985)*; Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1996.

BACKES, Carmem. *O que é ser brasileiro?*. São Paulo: Escuta, 2000.

BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas*. Tradução de Suely Bastos. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BAUMGARTNER, J.L.; DURAN MATOS J.; MAZZEO, M. *Os desaparecidos. A história da repressão no Uruguai*. Tradução de Cássia Corintha Pinto, Porto Alegre: Tchê!, 1987.

BENEDETTI, Mario. *Primavera con una esquina rota*. Buenos Aires: Sudamérica, 2000.

\_\_\_\_\_. *Subdesarrollo y letras de osadía*. Madrid: Alianza Editorial, 1987.

\_\_\_\_\_. *Crítica cómplice*. La Habana: Instituto Cubano del Libro, 1971.

\_\_\_\_. In: *Letras hispanas*. Jornal do Brasil. Mayo de 1997. Disponível em: <<http://www.webco.com.rsoca/bene.html>>. Acesso em 22 mar.2000.

BERMANN, Sylvia et alii. *Efectos psicosociales de la represión política. Sus secuelas en Alemania, Argentina y Uruguay*. Buenos Aires: Goethe Institut, 1994.

BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

\_\_\_\_. (Org.). *Olhares cruzados*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

\_\_\_\_. (Org.) *Escrituras híbridas. Estudos em literatura comparada interamericana*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

\_\_\_\_; LOPES, Cícero Galeno. *Identidades e estéticas compósitas*. Canoas: Centro Universitário La Salle/ Porto Alegre: PPG-Letras UFRGS, 1999.

BERRY, Nicole. *O sentimento de identidade*. São Paulo: Escuta, 1991.

BRUNEL, P.; PICHOS, C.; ROUSSEAU, A. M. *Que é literatura comparada?* São Paulo: Perspectiva/USP; Curitiba:UFPR, 1990.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 6.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

\_\_\_\_. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

\_\_\_\_. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

CARPENTIER, Alejo. *La novela hispanoamericana en vísperas de un nuevo siglo y otros ensayos*. 2.ed. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1981.

CARVALHAL, Tania Franco. *Literatura comparada*. 2.ed. revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1992.

\_\_\_\_. (Org.) *Cultura, contextos e discursos. Limiares críticos no comparatismo*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. (Org.) *O discurso crítico na América Latina*. Porto Alegre: IEL: Ed. da Unisinos, 1996.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 2.ed. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

CHAITIN, Gilbert. Otredad. "La literatura comparada y la diferencia". In: VEGA, Maria José; CARBONELL, Neus. *La literatura comparada: principios y métodos*. Madrid: Gredos, 1998, p.145-165.

CORTÁZAR, Julio. "Exilio y literatura". In: *Cuadernos hispánicos*. Madrid: 1993, n.519.

COSTA LIMA, Luis. *A metamorfose do silêncio*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

COUTINHO, Eduardo F. & CARVALHAL, Tânia Franco.(Orgs.). *Literatura comparada*. Textos fundadores. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

\_\_\_\_\_. *Fronteiras imaginadas*. Cultura nacional / Teoria internacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

\_\_\_\_\_. A reconfiguração de identidades na produção literária da América Latina. In: CARVALHAL, Tania Franco (Org.). *Cultura, contextos e discursos*. Limiares críticos no comparatismo. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999, p.50-57.

CUNHA-GIABBAI, Gloria da. *El exilio, realidad y ficción*. Montevideo: Arca, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed.34, 1997.

DERRIDA, Jacques. *Estados-da-alma da psicanálise*. O impossível além da soberana crueldade. Tradução de Antonio Romance Nogueira e de Isabel Kahn Marin – São Paulo: Escuta, 2001.

ECO, Umberto. *Lector in fabula*. La cooperación interpretativa en el texto narrativo. Traducción de Ricardo Pochtar, cuarta edición, Barcelona: Lumen, 1999.

ERIKSON, Erik. H. *Infância e sociedade*. Tradução de Gildásio Amado, 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FARIA, José Henrique de. *Relações de poder e formas de gestão*. Curitiba: Criar, 1985.

FELMAN, S. Educação e crise ou as vicissitudes do ensinar. In: NESTROVSKI E SELIGMANN-SILVA. *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000. p.13-71.

FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a "Teoria do autoritarismo"*. São Paulo: Hucitec, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FUCKS, Betty. *Freud e a judeidade. A vocação do exílio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GALEANO, Eduardo. *La canción de nosotros*. Buenos Aires: Sudamericana, 1975.

\_\_\_\_\_. *Las venas abiertas de América Latina*. Septuagésima edición. México: Siglo Veintiuno Editores, 1997.

GOZICH, Wlad & COSTA LIMA, Luis. *Litertaura comparada: questões e perspectivas*. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

GUAZELLI, César Augusto. *América Latina: a busca de uma identidade*. In: VIDYA, Faculdades Franciscanas, FAFRA, v.16, n.27, p.01-128, jan/Jun, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HERREN, Ricardo. *Índios carapálidas*. Buenos Aires: Planeta, 1992.

HOBBSAWN, E. J. Identidad. In: SILVEIRA GORSKI, H. *Identidades comunitarias y democracia*. Madrid: Trotta, 2000, p. 47-62.

IANNI, Octavio. O discurso do poder no romance latino-americano. In: *Humanidades*. Brasília: UNB, ano 4, n.1262, 1987.

KOLTAI, Caterina. *Política e psicanálise*. O estrangeiro. São Paulo: Escuta, 2000.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Tradução de Edition Du Seuil, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. *O seminário. Livro 1. Os escritos técnicos de Freud*. Versão brasileira de Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

\_\_\_\_\_. *O seminário. Livro 2. O Eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LARRAIN Jorge. *Modernidad, razón e identidad en América Latina*. Santiago de Chile: Andrés Bello, 1996.

LEENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas-SP: Unicamp, 1998.

LUCÁKS, Georg. *Ensayos sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MACHADO, A . M. 7 PAGEAUX, D. H. *Da literatura comparada à teoria da literataura*. 2.ed. revista e aumentada. Lisboa: Presença, 2001.

MARIANO, Nilson Cezar. *Operación cóndor*. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998.

MARQUES, Reinaldo. Literatura comparada e estudos culturais: diálogos interdisciplinares. In: CARVALHAL, Tânia Franco. (Org.) *Cultura, contextos e discursos*. Limiares críticos no comparatismo. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999, p-58-67.

MIERES, P. La ideología política de la dictadura. In: ASTORI et alii. *El Uruguay de la dictadura, (1973-1985)*. Montevideo: Banda Oriental, 1996. p.73-108.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Marcio. *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.

NITRINI, Sandra. *Literatura comparada. Historia, teoria e crítica*. São Paulo: Edusp, 1997.

O'DONNELL, Guillermo. *Contrapontos. Autoritarismo e democratização*. Tradução de Evelyn Kay Massaro e Nathan Giraldi. São Paulo: Vértice, 1986.

PALAVERSICH, Diana. *Silencio, voz y escritura en Eduardo Galeano*. Montevideo: Luis Retta, 1995.

PALLARES, Ricardo. Por todos los derechos, contra todas las proposiciones. In: *JAQUE, Revista Semanario*. Montevideo, 7 al 14 de febrero de 1985. Año II, n. 61. Edición de 32p.

PAOLETTI, Mario. *El aguafiestas*. Madrid: Alfaguara, 1996.

PAZ, Octavio. *El laberinto de la soledad*. 5.reimpresión. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

PIZARRO, Ana. Discursos y fronteras. In: INDURSKY, Freda e CAMPOS, Maria do Carmo. *Discurso, memória e identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

QUEIRÓS, Maria José de. *Os males da ausência ou a literatura do exílio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

QUESADA, Sebastián. *Curso de civilización española*. Segunda edición. Madrid: SGEL, 1996.

REMAK, Henry H.H. La literatura comparada: definición y función. In: VEGA, Maria José; CARBONELL, Neus. *La literatura comparada: principios y métodos*. Madrid: Gredos, 1998, p.89-99.

RIBEIRO, Darcy. *América Latina. A pátria grande*. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1986.

SELDEN, Raman. *La teoría literaria contemporánea*. 3.reimpresión. Traducción de Juan Gabriel López Guix. Barcelona: Ariel, 1998.

SILVEIRA GORSKI, Hector C. *Identidades comunitarias y democracia*. Madrid: Editorial Trotta, 2000.

STEINER, George. *No castelo de Barba Azul*. Algumas notas para a definição da cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

STRAUSS, Anselm. *Espelhos e máscaras*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1999.

TODOROV, Zvetan. *El hombre desplazado*. Traducción de Juana Salabert. Madrid: Taurus, 1998.

\_\_\_\_\_. *A conquista da América. A questão do outro*. 2.ed. Tradução: Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martin Fontes, 1999.

UMBACH, Rosani Úrsula Ketzer. O ceticismo literário na obra de Christa Wolf. *Expressão – Revista do Centro de Artes e Letras*. Santa Maria: UFSM, (1), jan/jun. 1999.

VIÑAR, Maren; Marcelo, VIÑAR. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992.

ZUBILLAGA, C. La democracia atacada. In: ASTORI et alii. *El Uruguay de la dictadura, (1973-1985)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1996. p.1-136.